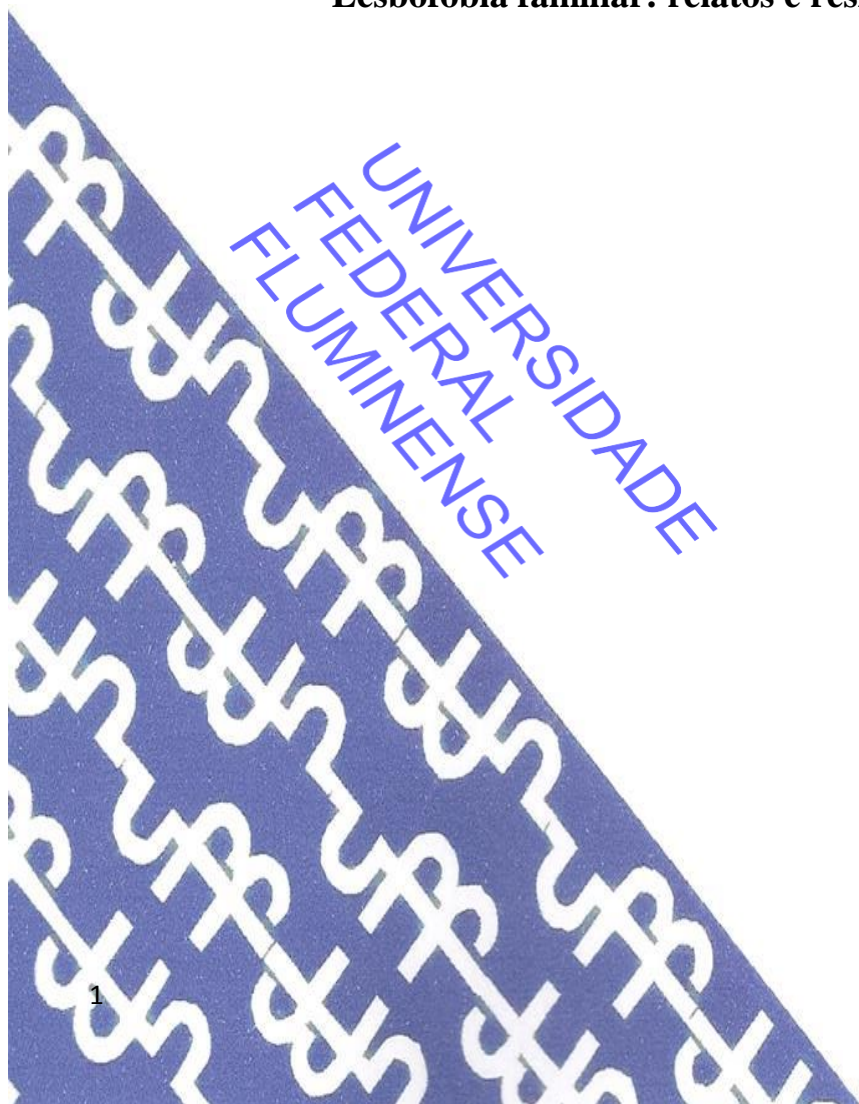


**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA
SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

Nathaliê Cristo Ribeiro dos Santos

Lesbofobia familiar: relatos e resistências



Lesbofobia familiar: relatos e resistências

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social. Área de concentração: Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas

Niterói

2021

Ficha Catalográfica

Santos, Nathaliê Cristo Ribeiro dos.

Lesbofobia familiar: relatos e resistências / Nathaliê Cristo Ribeiro dos Santos. – 2021.

108 f.

Orientadora: Rita de Cássia Santos Freitas. Tese (Doutorado Acadêmico em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2021.

1. Mulheres. 2. Violência familiar. 3. Lesbianidade.

I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

NATHALIÊ CRISTO RIBEIRO DOS SANTOS

Lesbofobia familiar: relatos e resistências

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social. Área de concentração: Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas

Banca da Defesa da Tese

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas (Orientadora/UFF)

Prof.^a. Dra. Nívia Valença Barros – UFF (1^a
Examinadora/UFF)

Profa. Dra. Adriana de Andrade Mesquita (2^a
Examinadora/UFOP)

Prof. Dra. Cilene Sebastiana da Conceição Braga (3^a
Examinadora/UFPA)

Dra. Josélia Ferreira dos Reis (4^a Examinadora/JFRJ)

Dezembro de 2021, Niterói – RJ

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me ajudar em todos os meus caminhos e permitir que eu chegasse até aqui;

Agradeço à toda a minha família, em especial à minha querida mãe Marcia Maria Sanches de Cristo, por todo o amor e cuidado e por não ter medido esforços para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade, sem ela nada disso seria possível. Dedico esta conquista a você, mãe;

Obrigada a minha amada irmã Isabella Cristo, por todo o apoio e por ser minha melhor amiga, sempre me impulsionando e me estimulando a avançar, se alegrando a cada conquista minha.

Agradeço imensamente à minha orientadora Prof^{ra} Dr^a Rita de Cássia Santos Freitas, pela honra de ser sua orientanda e pelo privilégio de tê-la em minha vida desde a graduação. Obrigada por ser para mim um exemplo de vida e sou extremamente grata pelos incontáveis e indescritíveis momentos de aprendizado que tenho tido enquanto sua aluna e amiga durante todos esses anos. Obrigada por me ensinar a arte da pesquisa e me fazer enxergar a preciosidade que há nos detalhes da subjetividade humana e a beleza que há na busca pelo conhecimento. Quero continuar aprendendo cada vez mais com você.

Gostaria também de agradecer imensamente à Prof^{ra} Dr^a Nívia Valença Barros, que está presente em minha vida e trajetória acadêmica desde a época da monografia, quando a conheci e tive a honra de poder aprender com esta pessoa e profissional espetacular que tanto admiro e que é uma pessoa extremamente importante na minha história. Muito obrigada por todo seu incentivo, apoio, sempre me estimulando a confiar em meu trabalho e seguir na carreira acadêmica, me sinto muito honrada por tê-la em minha vida e história.

Agradeço imensamente à todas as docentes membros da banca examinadora desta tese, a começar pela Profa. Adriana de Andrade Mesquita, por todos os ensinamentos compartilhados desde a época da graduação em que fui sua aluna na disciplina de famílias. Ali foi um dos meus primeiros contatos com a questão de famílias, algo que foi fundamental para que eu despertasse o meu interesse na questão de gênero e famílias e é um privilégio poder aprender tanto com você que é essa pessoa e profissional que tenho grande admiração;

Agradeço muitíssimo à Dra. Josélia Reis, por sua amizade e por aceitar participar da banca de defesa desta tese. É uma honra ter sua presença neste momento tão especial, obrigada por tudo;

Muitíssimo obrigada à Prof^a Dr^a Cilene Sebastiana da Conceição Braga, profissional a qual tenho grande admiração e sou muito grata por sua participação nesta banca, sou muito grata;

Agradeço a todos (as) professores da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense por todo o aprendizado, e um agradecimento especial aos docentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, lugar onde me encontrei enquanto pesquisadora e que sou muito feliz por ter construído minha trajetória acadêmica neste Programa.

Em suma, a todos (as) que contribuíram de maneira direta e indireta para a realização deste trabalho e deste sonho, deixo aqui o meu muito obrigada!

RESUMO

Esta tese analisa a problemática da lesbofobia familiar tendo como base dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres lésbicas residentes na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. A partir dos relatos colhidos nas entrevistas semiestruturadas busco analisar as principais características da lesbofobia familiar e suas consequências na vida das mulheres que vivenciam este problema. A análise da lesbofobia familiar nos impele a refletir e procurar compreender as diversas estruturas de poder presentes nas dinâmicas familiares e nos leva a perceber como a família muitas vezes opera como uma instituição reprodutora, protetora e mantenedora da ideia da heterossexualidade como algo compulsório e obrigatório na vida das mulheres. Conclui-se que a lesbofobia familiar opera muitas vezes de maneira complexa, se desdobrando em uma violência psicológica vivenciada e até mesmo introjetada por lésbicas que vivenciam esse problema, despertando sentimentos de rejeição, autculpabilização, baixa autoestima, dificuldades de relacionamento, socialização, aprendizagem, dentre outros graves problemas para a saúde mental e física da população lésbica.

Palavras-chave: Lesbianidade; violência; famílias; lesbofobia.

ABSTRACT

This thesis analyzes the problem of family lesbophobia based on data collected from semi-structured interviews carried out with lesbian women living in the city of Niterói, in the State of Rio de Janeiro. From the reports collected in the semi-structured interviews, I seek to analyze the main characteristics of family lesbophobia and its consequences in the lives of women who experience this problem. The analysis of family lesbophobia impels us to reflect and seek to understand the various power structures present in family dynamics and leads us to realize how the family often operates as a reproductive, protective and maintainer institution of the idea of heterosexuality as something compulsory and obligatory in society. It is concluded that family lesbophobia often operates in a complex way, unfolding in psychological violence experienced and even introjected by lesbians who experience this problem, arousing feelings of rejection, self-blame, low self-esteem, difficulties in relationships, socialization, learning, among other serious problems for the mental and physical health of the lesbian population.

Keywords: Lesbianity; violence; families; lesbophobia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 - Feminismos, Movimento LGBTI+ e o reconhecimento da identidade	
lésbica	16
1.1. Movimento feminista, feminismo lésbico e interseccionalidade.....	17
1.2. O movimento LGBTI+ e o processo de consolidação da identidade	
lésbica	23
Capítulo 2 - Políticas e direitos sexuais: a trajetória de reconhecimento dos direitos humanos das	
mulheres e da população LGBTI+	33
2.1. Políticas e direitos sexuais: uma trajetória de busca pelo reconhecimento....	34
2.2. Breves apontamentos sobre o contexto	
atual	49
Capítulo 3 - Lesbofobia familiar: notas	
preliminares	60
3.1. Apontamentos sobre famílias: histórico e transformações ao longo do tempo.....	61
3.2.A Lesbofobia familiar e suas especificidades.....	67
Capítulo 4 – Uma análise acerca da lesbofobia familiar na cidade de	
Niterói	80
4.1. Breves considerações acerca das escolhas metodológicas da pesquisa ..	81
4.2. O processo de descoberta da sexualidade e a lesbofobia familiar.....	86
Considerações finais.....	99
Referências Bibliográficas.....	102

Introdução

Esta tese aborda a problemática da lesbofobia familiar e busca apontar algumas características específicas dessa violência e os seus impactos na vida de mulheres lésbicas residentes na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, considero importante situar a minha trajetória acadêmica e a maneira como esta problemática veio a se tornar o tema de minha tese de Doutorado. O interesse pela questão da violência familiar contra as lésbicas surge, primeiramente, a partir da minha aproximação com o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referências Documentais (NPHPS/CRD) e com o Núcleo de Pesquisas em Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (NUDHESC)¹, ambos pertencentes à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. A inserção no NPHPS ocorreu ainda quando cursava a Graduação em Serviço Social e permitiu um primeiro contato com a área de diversidade sexual e de gênero.

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisei como a questão da diversidade sexual vinha sendo trabalhada no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) a partir de uma análise documental do currículo acadêmico do curso de Serviço Social da UFF e da realização de entrevistas com docentes da escola, a fim de investigar como se dava a relação do ensino em Serviço Social com o debate da diversidade sexual. Através desta pesquisa pude notar que na distribuição das disciplinas acadêmicas do Serviço Social, outros debates ainda prevaleciam sobre a questão da diversidade sexual e de gênero, raça e etnia, que são temáticas fundamentais na formação das assistentes sociais.

Já em minha Dissertação de Mestrado abordei o tema da violência conjugal lésbica e o atendimento profissional direcionado a esse tipo específico de agressão². Neste período tive a oportunidade de entrevistar assistentes sociais que atuam na rede de

¹ O NPHPS/CRD é coordenado pela Prof^a Dr^a Rita de Cássia Santos Freitas e possui como temas de investigação as questões teóricas pertinentes à proteção social, aprofundando os estudos em questões como direitos humanos, direitos sociais, gênero, criança e adolescência, violência e saúde, memórias e formas coletivas de mobilização. O NPHPS/CRD atua articulado ao Núcleo de Pesquisas em Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (NUDHESC), coordenado pela Prof^a Dr^a Nivia Barros.

² A referida Dissertação de Mestrado foi apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense e foi intitulada de: “Violência conjugal lésbica: concepções e relatos de profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Niterói.” Este trabalho buscou dar visibilidade à violência conjugal entre lésbicas, propondo uma ampliação da análise da violência conjugal contra as mulheres para além de seu viés heteronormativo.

atendimento às mulheres em situação de violência e analisar suas concepções acerca da violência existente nas relações lésbicas. Nesse sentido, foi possível perceber que no âmbito prático, a violência contra as mulheres ultrapassa a barreira da heteronormatividade³ trazendo a necessidade de pensarmos também na situação de lésbicas que sofrem violência familiar e quais as alternativas de proteção social existentes destinadas à essas mulheres.

De uma maneira geral, a violência contra as mulheres é um assunto que vem ganhando destaque no contexto brasileiro, principalmente a partir da década de 1980 quando os movimentos feministas começaram a exercer pressão política sobre o Estado, reivindicando a construção de políticas sociais que tivessem como foco a violência de gênero. Foi nesse período, por exemplo, que ocorreu a criação das primeiras Delegacias Especiais de Atendimento à Mulheres em situação de violência (DEAMs) – uma experiência pioneira a nível nacional e internacional. De fato, as reivindicações destes movimentos chamaram a atenção do Estado e da sociedade para a gravidade da questão e possibilitaram a criação de leis⁴, políticas públicas e instituições destinadas a atender as mulheres em situação de violência em todo o Brasil.

Como destacam Bandeira & Melo (2014, p. 131) o desenvolvimento do movimento feminista nacional e internacional constitui-se como:

“Uma poderosa narrativa de desconstrução das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres a partir da denúncia sobre a invisibilidade feminina nos espaços domésticos e da sua posição secundária na sociedade.”

A violência atinge mulheres das mais diversas classes sociais, raças, idades, territórios e orientação sexual. Nesse sentido, a população lésbica também tem sido alvo de diversas agressões, em primeiro lugar por serem mulheres em uma sociedade machista e misógina, e também por serem lésbicas em uma sociedade que discrimina todas as orientações sexuais que dissidem da norma heterossexual. É importante

³ O conceito de heteronormatividade é abordado diversas vezes neste trabalho e por isso é necessário esclarecer o significado desta categoria. Segundo Petry e Meyer (2011), “a heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.” (PETRY E MEYER, 2011; p.195).

⁴ A partir do protagonismo dos movimentos de mulheres e feministas na cena pública, tem-se em 2006 a promulgação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. A partir dessa Lei foi possível tratar da questão da violência de gênero a partir da esfera jurídica. É importante destacar que a Lei deixa claro em seus artigos 2º e 5º (Parágrafo único) que ela abrange a violência doméstica contra as mulheres independente de orientação sexual, abarcando também a população lésbica. A Lei pode ser consultada na íntegra no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

destacar que a violência contra as lésbicas se manifesta não só nos espaços públicos, mas também nos espaços privados e familiares, e nesse último caso a violência assume formas peculiares. Como destaca Barros (2005, p.24), “(...) a violência intrafamiliar, como as demais violências, manifesta-se sob formas complexas e possui características que a fazem peculiar.”

Na maioria das famílias, pais, mães e outros familiares diversos acabam praticando algum tipo de discriminação ao descobrirem que suas filhas, irmãs, sobrinhas, são lésbicas. Essa atitude tende a gerar um sentimento de rejeição, vergonha, negação da subjetividade e tantas outras conseqüências graves para a saúde mental e física das mulheres que são afetadas por essa discriminação. Diante da quebra com o vínculo familiar muitas lésbicas precisam buscar redes alternativas de proteção social para enfrentar a violência que vivenciam.

A partir das reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres brasileiros é regulamentada, em 2011, a Política Nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres⁵, orientada por princípios que apontam para a desconstrução da desigualdade e promoção de uma maior igualdade entre homens e mulheres e o respeito à diversidade, seja ela cultural, racial ou social. A violência intrafamiliar contra lésbicas é uma expressão da violência contra as mulheres, e por isso, torna-se necessário investigar em que medida a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres tem alcançado as lésbicas que sofrem violência no âmbito familiar.

A particularidade da situação das lésbicas diante da violência é que as agressões ocorrem por conta do gênero e também por conta da orientação sexual, configurando-se em uma dupla violência. Sendo assim, a violência familiar contra lésbicas se coloca como um desafio para a Política de enfrentamento à violência contra a mulher, pois é necessário que os profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres não reproduzam uma lógica de discriminação e exclusão das lésbicas, privando-as de um atendimento de qualidade.

É importante explicar porque a cidade de Niterói foi escolhida como lócus dessa pesquisa. Esta cidade fica localizada no Estado do Rio de Janeiro e conta com

⁵ Castro (2012) destaca a existência de políticas sociais transversais na sociedade brasileira. Tais políticas consistem em ações voltadas para a igualdade de gênero, igualdade racial, crianças e adolescentes, jovens e idosos. Nesse sentido, a Política Nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres pode ser considerada uma política social transversal. Sobre a transversalidade das políticas de gênero consultar Bandeira & Melo (2012).

aproximadamente 515.317 habitantes⁶. Como veremos mais adiante, Niterói possui um importante histórico de luta tanto dos movimentos feministas e de mulheres quanto do movimento LGBTI+. Na cidade atuam diversas organizações e associações ligadas à população LGBTI+⁷ como: o Grupo Diversidade Niterói (GDN), o Coletivo Diversitas UFF, o Grupo 7 cores, dentre outras. Vale ressaltar que o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referências Documentais (NPHPS/CRD) da UFF, no qual estou inserida, tem como objetivo promover um intercâmbio entre a UFF e outras instituições fora da Universidade que atuam na defesa dos direitos humanos das mulheres e da população LGBTI+.

Ainda que existam produções acadêmicas sobre a questão da homofobia familiar - produções essas que serviram de base para a revisão bibliográfica desta tese - é importante destacar que não foram encontrados artigos, dissertações ou teses que abordassem especificamente a temática da lesbofobia familiar. Nesse sentido, considero necessário trazer este tema à tona, e mesmo que esta tese não tenha a pretensão de esgotar um assunto tão complexo e tão vasto como esse, apresento algumas reflexões introdutórias sobre a questão e aponto alguns impactos que essa violência pode gerar na vida de mulheres lésbicas que vivenciam a lesbofobia no âmbito familiar.

O processo metodológico, que será melhor discutido no capítulo quatro, envolveu uma revisão bibliográfica sobre a temática e aplicação de entrevistas semiestruturadas com lésbicas residentes na cidade de Niterói. Para a seleção das entrevistadas foi utilizada a técnica de amostragem em bola de neve (*snow ball*).

No primeiro capítulo desta tese abordo o desenvolvimento dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil e o processo de reconhecimento da violência contra as mulheres impulsionado pelas reivindicações destes movimentos. Além disso, analiso o surgimento do movimento LGBTI+ no Brasil – inicialmente denominado movimento

⁶ Dados obtidos em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>.

⁷ Quanto às diversas siglas do movimento, Fachinni (2009, p. 140) destaca que “até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o “T” refere-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas.” A sigla que utilizaremos no decorrer deste trabalho é a LGBTI+, buscando dar conta dessa diversidade, e acrescentando o sinal de + para dar conta de identidades outras.

homossexual – e o processo de reconhecimento da LGBTIfobia estimulado pela interlocução entre esse movimento e outros atores da sociedade, como as universidades, ONG's, e o próprio Estado. Posteriormente, ainda neste primeiro capítulo, abordo o processo de afirmação da identidade lésbica no interior do movimento LGBTI+, e o processo de autonomização das lésbicas, o que possibilitou o surgimento do movimento lésbico brasileiro.

No segundo capítulo analiso a trajetória dos direitos humanos das mulheres expressa em diversas Conferências, Convenções, Tratados e documentos que tiveram como tema a questão dos direitos das mulheres. Também analiso o processo de reconhecimento dos direitos da população LGBTI+ nestas conferências e o desenvolvimento das políticas e direitos sexuais. O segundo capítulo também aborda o reconhecimento da violência contra as mulheres no contexto brasileiro e a criação de uma série de planos, programas, políticas, leis, serviços e instituições destinados ao enfrentamento da violência que atinge as mulheres, como a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 e da Política Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher em 2011. Ao final do capítulo 2 apresento breves apontamentos sobre o contexto atual, destacando a crise mundial trazida pela pandemia da COVID-19 e os retrocessos que a sociedade brasileira vem vivendo e que foram aprofundados pela crise pandêmica.

Já no terceiro capítulo, apresento algumas reflexões sobre o conceito de famílias no intuito de compreender o papel desta instituição tão importante na sociedade e que vem sendo alvo de muitos estudos e pesquisas na área de ciências humanas e sociais e muitas outras. Além disso, faço alguns apontamentos sobre como as configurações familiares foram se modificando ao longo dos anos, além de abordar a relação direta que há entre as famílias e o controle sobre a sexualidade das mulheres, algo que é de suma importância para compreendermos como a lesbofobia familiar se manifesta. No capítulo 3 também apresento o conceito de lesbofobia destacando os impactos desta violência na vida e na saúde das mulheres que enfrentam esse problema.

No quarto e último capítulo analiso aspectos específicos da lesbofobia familiar tendo como base dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres lésbicas residentes na cidade de Niterói. A partir dos relatos colhidos nas entrevistas semiestruturadas busco analisar a questão da lesbofobia familiar apresentando algumas de suas principais características e formas de manifestação. Poderemos perceber como a lesbofobia familiar opera muitas vezes de forma complexa, se desdobrando em uma violência psicológica que em alguns casos é internalizada pelas

mulheres que a vivenciam, desencadeando sentimentos de rejeição, autculpabilização, baixa autoestima, dificuldades de relacionamento, aprendizagem, dentre outros graves problemas. Neste quarto capítulo serão apresentadas as escolhas e caminhos metodológicos da pesquisa e as técnicas utilizadas. Além disso, apresento uma breve descrição dos serviços e instituições que vem atuando no combate da violência contra as mulheres e população LGBTI+ de Niterói. Neste último capítulo também veremos como a heterossexualidade compulsória acaba impactando diretamente a vida das lésbicas, o que faz com o período de descoberta da sexualidade muitas vezes seja um momento desafiador e solitário. Por fim, busco apontar algumas reflexões sobre o enfrentamento desta violência que afeta a vida de muitas lésbicas em todo o mundo. Em suma, esse trabalho consiste em apontar a existência de um problema real, mas ainda invisibilizado nas produções acadêmicas.

CAPÍTULO 1 – Feminismos, Movimento LGBTI+ e o reconhecimento da identidade lésbica

Em um primeiro momento deste capítulo gostaria de abordar a questão do desenvolvimento dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil e o processo de reconhecimento da violência contra as mulheres gerado através das reivindicações destes movimentos. Também busco apontar a existência feminismo lésbico que surge para questionar a centralidade dada pelo movimento feminista à questão da heterossexualidade em detrimento de outras sexualidades, demonstrando que a diversidade sempre foi uma marca do feminismo. Além disso, disserto sobre o surgimento do movimento LGBTI+ no Brasil e o processo de afirmação da identidade lésbica no interior do movimento LGBTI+.

Castells (1999) apresenta diversos tipos de identidade coletiva existentes na sociedade. Ele cita o feminismo como exemplo de formação de “identidade de projeto”, que ocorre quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 1999; p. 22). Já o movimento lésbico estaria relacionado com a afirmação do que o autor denomina de “identidade de resistência”, identidade esta que é:

“Criada por atores que encontram-se em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos.” (CASTELLS, 1999; p.24)

A luta dos movimentos feministas, do movimento LGBTI+ e do movimento lésbico pode ser entendida como um exemplo desta busca por reconhecimento das identidades. Se não fosse a reivindicação destes movimentos não poderíamos estar falando sobre lesbofobia hoje, nesse sentido, considero fundamental para o trabalho compreendermos a trajetória histórica destes movimentos sociais.

1.1. Movimento feminista, feminismo lésbico e interseccionalidade

Analisar e compreender o funcionamento dos movimentos sociais é uma tarefa complexa e que nos desperta profundas reflexões. Uma das características dos movimentos sociais é que eles não operam de maneira linear e homogênea, ao contrário, estes “demonstram muita variedade e mutabilidade” (FRANKL E FUENTES, 1989, p. 19) e “transitam, fluem e acontecem”. (GOHN, 2014, p. 21)

No processo de reconhecimento da violência que atinge as mulheres, o movimento feminista e suas inúmeras vertentes, possuem um papel central e fundamental tanto a nível mundial como no contexto nacional. Nesse sentido, serão abordados alguns aspectos deste movimento e sua trajetória histórica, buscando apontar para uma marca essencial deste movimento que é a heterogeneidade e diversidade.

De uma maneira geral, o movimento feminista inaugurou uma nova forma de se enxergar a condição das mulheres na sociedade, levando para a esfera pública problemas que durante muitos anos atingiram as mulheres mas eram tratados como questões de caráter privado, individual. O feminismo ampliou a compreensão acerca das problemáticas que perpassam a vida das mulheres e que por muito tempo foram erroneamente naturalizadas, como é o caso da violência doméstica.

No contexto brasileiro, as primeiras organizações feministas tiveram como pauta principal o direito das mulheres brasileiras ao voto, que foi conquistado no ano de 1932. No Brasil, os primeiros grupos feministas apontavam para um movimento intelectual e político de oposição radical ao poder patriarcal e questionamento das relações de poder, opressão e exploração de grupos de pessoas sobre outros. (TELES, 1993, p. 10). Sarti (2001) destaca que no Brasil o feminismo (re)surge nos anos 70 como um movimento de esquerda, influenciado pelo pensamento marxista e com uma perspectiva de oposição à ditadura militar que vigorava no país desde o golpe militar de 1964. A autora aponta que:

“Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava de “movimento de mulheres”, pela sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento inter-classes.” (SARTI, 2001, p.37)

Havia duas principais vertentes no interior da corrente feminista do movimento de mulheres dos anos 70. Uma delas tinha o seu foco em questões relativas ao âmbito

do trabalho e à redistribuição de poder entre os sexos. Enquanto a outra se concentrava em analisar as relações interpessoais e o campo da subjetividade, manifestando-se através de grupos de estudos e de reflexão. (SARTI, 2001)

No ano de 1975, a ONU (Organização das Nações Unidas) decide que aquele seria considerado o “Ano Internacional da Mulher”. Nesse processo, o debate acerca dos direitos das mulheres alcança uma maior visibilidade na arena política e começam a ocorrer diversos eventos, como por exemplo, o de comemoração pelo Ano Internacional da Mulher, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Este evento estimulou o debate acerca da inserção da mulher no espaço público e culminou na criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. A criação deste Centro partia da vontade de se criar uma instituição onde a preocupação central era a questão da mulher. A proposta estrutural para esta instituição era a presença de um departamento de estudo e pesquisa e outro departamento para tratar de ações práticas com relação aos problemas que perpassam a vida das mulheres.

Nos anos 80 há uma expansão do movimento de mulheres no Brasil e as ideias feministas ganham espaço entre associações profissionais, sindicatos, dentre outros espaços. Sarti (2001) aponta esse período como um marco na institucionalização do movimento, onde houve uma aproximação com a discussão acerca de políticas públicas voltadas para as mulheres:

“A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, finalmente, no fim da década de 80, como saldo positivo de todo este processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.” (SARTI, 2001, p. 42)

A partir da década de 1980, com a derrocada da ditadura militar e o início do processo de redemocratização na sociedade brasileira, ocorre um processo de aproximação dos movimentos feministas brasileiros com as classes populares, o que aponta para o fato de que apesar da origem destes movimentos estar ligada à classe média intelectualizada, começou a haver também um diálogo com as demandas das mulheres das classes populares. (PINTO, 2010)

De uma forma geral, os movimentos feministas inauguram uma nova forma de se enxergar a condição das mulheres na sociedade e chama a atenção para a importância de se combater a violência de gênero, levando para a cena pública problemas que durante muitos anos vem impedindo a consolidação de uma cidadania plena para as

mulheres. Os estudos feministas trouxeram uma ampliação do entendimento acerca das problemáticas que perpassam o universo feminino, e “a partir dos movimentos feministas, a abordagem sobre conflitos e violência na relação entre homens e mulheres, como resultante de uma estrutura de dominação, tornou-se pública.” (LISBOA; 2010; p. 69)

É importante destacar que o movimento feminista nunca foi totalmente homogêneo, sendo palco de diversas concepções teórico-políticas e correlações de forças entre os variados grupos que o integram. Não há como falar de diversidade e movimentos feministas sem abordar o conceito de interseccionalidade, ainda que de maneira breve dada a complexidade do assunto. Piscitelli (2008) aborda o surgimento do conceito de interseccionalidade, categoria analítica que vem sendo bastante utilizada em estudos e pesquisas na área de diversidade sexual e de gênero, raça, políticas públicas, violência, dentre outras. A noção de interseccionalidade está relacionada à uma desconstrução da centralidade que o movimento feminista historicamente concedeu à questão de gênero em detrimento de outras problemáticas extremamente importantes como raça, cor, etnia, orientação sexual, classe social, dentre outras. Essa centralidade passou a ser criticada e desconstruída por mulheres negras integrantes do movimento feminista e que não se sentiam representadas em um movimento que desconsiderava o debate sobre racismo. Acerca do termo “interseccionalidade”, Akotirene (2020, p.18) destaca que:

“O termo define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única. (...) Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista”

A análise interseccional nos alerta para a importância de compreendermos os fenômenos levando em conta os diversos eixos de diferenciação presentes na sociedade, como gênero, raça, cor, etnia, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, dentre outros, eixos esses que se encontram imbricados e interligados entre si. Algumas teóricas do feminismo negro tiveram papel fundamental na criação desta importante ferramenta analítica, em especial Kimberlé Crenshaw, teórica feminista e professora afro-estadunidense que cunhou o termo “Interseccionalidade”. (AKOTIRENE, 2020).

Outra importante teórica norte-americana do feminismo negro, Audre Lorde, traz em seus escritos muitos ensinamentos acerca da perspectiva interseccional. Em um de seus textos, denominado “Irmã intrusa, raça, cor, sexo e classe: mulheres redefinindo as diferenças”⁸, a autora que se identificava como negra, lésbica, feminista e socialista, faz uma crítica ao racismo presente dentro do próprio movimento de mulheres:

De dentro do movimento das mulheres hoje, as mulheres brancas se concentram em sua opressão como mulheres e ignore as diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade. Existe uma pretensão de homogeneidade de experiência coberta pela palavra irmandade que de fato não existe. (LORDE, 1984, p. 1, **tradução minha**)

Dentro do movimento feminista existem muitas bandeiras em comum, mas também existem demandas específicas de acordo com as diversas identidades que o integram. Nesse sentido, a compreensão acerca do conceito de interseccionalidade é uma ferramenta fundamental para nos ajudar a compreender essa diversidade e heterogeneidade que é uma marca do feminismo.

O conceito de interseccionalidade também vem sendo abordado por diversas autoras na área das políticas públicas, auxiliando a compreender as desigualdades sociais a partir de um enfoque que integre diversos elementos de diferenciação social como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, etnia, raça, cor, dentre outras. Como destaca Piscitelli (2008, p. 266): “A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.”

A interseccionalidade pode ser entendida como “articulações entre a discriminação de gênero, a homofobia, o racismo e a exploração de classe” (BLACKWELL E NABER, 2002, p. 189). Facchini (2008, p. 8) define as interseccionalidades “como ‘opressões múltiplas’ que podem ser identificadas em sujeitos específicos como é o caso das ‘lésbicas negras’”.

A categoria “mulheres” se apresenta como extremamente diversificada pois é formada por mulheres negras, brancas, indígenas, pobres, ricas, heterossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, dentre tantas outras. Sabemos que existem demandas em comum entre todas as mulheres, por exemplo o combate à violência de gênero, mas as

⁸ O título original desta publicação é “Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference”. Paper delivered at the Copeland Colloquium, Amerst College, April 1980. Reproduced in: Sister Outsider Crossing Press, California 1984. Acesso em 5 de maio de 2021. https://www.colorado.edu/odece/sites/default/files/attached-files/rba09-sb4converted_8.pdf

demandas e reivindicações das mulheres heterossexuais não se apresentam necessariamente da mesma forma que as das lésbicas, que por conta da lesbofobia muitas vezes são expostas a situações de dupla violência e dupla discriminação⁹, vivenciando a violência de gênero acrescida da lesbofobia (SANTOS, 2012). Nesse sentido, as feministas lésbicas passaram a criar grupos destinados a pautar questões relacionadas às particularidades que envolvem especificamente o universo da lesbianidade. Segundo Castells (1999, p.235), “o movimento feminista vem se fragmentando cada vez mais em uma multiplicidade de identidades feministas.” Ou seja, “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes”. (BUTLER, 2003; p. 18) Soares e Costa (2012) apontam que a relação entre feminismo e lesbianidade é marcada por tensões localizadas no campo epistêmico e político. As autoras destacam ainda que:

"Os estudos sobre sexualidade no âmbito feminista têm sido hegemonicamente referenciados pela heterossexualidade lhe assente na divisão binária do humano, na qual, a prática heterossexual é subentendido em torno de esquemas de poder social." (SOARES E COSTA, 2012, p. 4)

Adrienne Rich e Monique Wittig, duas importantes teóricas que marcaram a história do feminismo lésbico, apontam que uma das bases fundamentais do movimento lésbico-feminista é a crítica à centralidade dada à heterossexualidade e um combate à ideia da orientação heterossexual como uma norma ou uma regra a ser seguida. No texto “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”¹⁰, publicado na década de 1980, Adrienne Rich, lésbica, professora, poeta e feminista norte-americana apresenta o conceito de heterossexualidade compulsória e questiona a invisibilidade da existência lésbica no pensamento feminista e na sociedade em geral. Rich faz um relato interessante sobre como esse conceito foi concebido:

“Gostaria de falar um pouco sobre o modo que “Heterossexualidade compulsória” foi originalmente concebida e, ainda, sobre o contexto que estamos agora vivendo. O texto foi escrito em parte com a proposta de desafiar o apagamento da existência lésbica de boa parte da literatura acadêmica feminista, um apagamento que eu sentia (e sinto) ser não apenas antilésbico, mas também antifeminista em suas consequências, além de distorcer igualmente a experiência das mulheres heterossexuais. Não foi escrito a fim de ampliar ainda mais as divisões, mas sim para encorajar as feministas heterossexuais no exame da heterossexualidade

⁹ Cf. SANTOS, Ana Cristina. "Violência conjugal lésbica: do duplo armário à tripla discriminação", comunicação apresentada na/o Congresso Português de Sociologia, Porto, 18 a 21 de Julho, 2012.

¹⁰ O texto original “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence” foi traduzido por Carlos Guilherme do Valle e publicado na Revista Bagoas, n.05, 2010.

como uma instituição política que retira o poder das mulheres e, portanto, a mudá-la.” (RICH, 2010, p. 19)

É possível notar no texto de Rich uma inquietação no sentido de chamar a atenção das feministas heterossexuais para a existência de outras formas de se expressar a sexualidade e “denuncia a heterossexualidade forçada como norma social que produz a invisibilidade do lesbianismo, inclusive no feminismo.” (ALMEIDA & HEILBORN, 2008, p. 227).

Ao longo dos anos a questão da lesbianidade vem ganhando mais espaço na cena pública e nas produções acadêmicas, de maneira que é possível notar a existência de diversos estudos e pesquisas sobre temas relacionados à população lésbica. No entanto, ainda hoje há uma lacuna sobre essa questão. Ao falar sobre a questão da lesbianidade na história do Brasil, Oliveira (2015, p. 1) destaca que:

“A problemática da lesbianidade na história do Brasil está, marcadamente, vinculada a sua invisibilidade, o que provoca consequências de ordens distintas, tanto históricas e historiográficas, como sociais e políticas. Apesar do tema da homossexualidade ter encontrado espaço no meio acadêmico brasileiro durante as últimas décadas, o foco da atenção produzida por pesquisadores situa-se predominantemente relativo à questão masculina.”

Monique Wittig, autora francesa extremamente importante para a história do feminismo lésbico, questiona as bases da análise feminista e afirma que o regime político da heterossexualidade seria ainda mais central que a questão do sistema patriarcal. Como aponta Falquet (2013, p. 14):

“Wittig senta as bases de uma teoria lésbica autônoma, abrindo caminho para um poderoso caudal de análises e práticas políticas que desembocam na constituição de um verdadeiro movimento lésbico, no qual em alguns casos se separa do feminismo. Por exemplo na França, suas afirmações nutrem os cruéis debates que já haviam começado dentro do movimento feminista, originados, entre outro, por um novo grupo lésbico criado em 1979, Les lesbiennes de Jussieu (As lésbicas da [universidade] de Jussieu) e que desembocam em uma ruptura política bastante dura a partir de 1980, com a aparição do movimento que será conhecido como o das lésbicas separatistas.”

Podemos notar então que o movimento feminista nunca foi um grupo totalmente homogêneo, e o movimento lésbico chega a ter até mesmo momentos de tensões com o movimento feminista, buscando se fazer ouvir e conhecer suas especificidades. O movimento lésbico brasileiro e a consolidação da identidade lésbica foi construída no interior tanto do movimento feminista quanto do movimento LGBTI+, denominado inicialmente de movimento homossexual. No tópico a seguir,

veremos como se deu o processo de criação deste movimento no cenário brasileiro, e como o movimento lésbico foi sendo forjado dentre destes grupos.

1.2. O movimento LGBTI+ e o processo de consolidação da identidade lésbica

Um dos propósitos dos movimentos sociais, dentre tantos outros, é o enfrentamento e o combate à violência e discriminação que historicamente vem sendo dirigida a determinados grupos na sociedade, como negros, mulheres, pessoas LGBTI+, etc. Os movimentos sociais se formam quando atores sociais com demandas em comum se unem por uma determinada causa e buscam visibilidade e reconhecimento perante o Estado e a sociedade.

No que diz respeito ao movimento LGBTI+ - inicialmente chamado de movimento homossexual no Brasil - este vem, desde seu surgimento, lutando contra o preconceito e a discriminação dirigido à população LGBTI+ e buscando desconstruir o paradigma da heterossexualidade compulsória. Essa centralidade na heterossexualidade existente na sociedade pode ser notada quando analisamos o modo como a família é historicamente concebida na sociedade. Trata-se de um modelo padrão reproduzido durante anos que desconsidera tudo o que se apresenta como dissidente deste modelo de família heteronormativo.

Com a consolidação do sistema capitalista a partir do século XIX, o modelo de família nuclear burguesa¹¹ se consolida como o único modelo de família aceito e legitimado pelo Estado e pela sociedade em geral. Neste modelo, ao homem pertenceria o mundo público e tudo que é exterior à casa, e à mulher estaria destinada a cuidar do universo privado da casa, das tarefas domésticas e da criação dos filhos. Diante disso, tudo o que foge a este padrão na maioria das vezes é visto como errado. A homossexualidade é historicamente associada a um comportamento imoral e pecaminoso. Como afirma Castells (1999, p. 239):

¹¹ Este modelo ainda é o padrão de hegemônico, o homem cabe o espaço público e o provimento do lar e à mulher o espaço privado e o cuidado da casa. Destacamos que apesar deste ser o modelo hegemônico na sociedade, é preciso levar em conta a diversidade cultural que permeia o tema da família, sabendo que este modelo convive com outros (exemplo: famílias monoparentais, homoafetivas, etc...). A questão é que existem outros arranjos de família, e que os modelos de família não são estáticos, convivendo assim com uma pluralidade de possibilidades. Deve-se olhar a família não como um modelo engessado, como um núcleo, mas como uma rede, uma família que não existe apenas por laços consangüíneos, ou seja, nas concepções modernas a família pode ser constituída por outros tipos de laços, como afetivos e de solidariedade, como discutiremos melhor no capítulo 3.

“A norma fundamental do patriarcalismo era, e continua sendo, a vida organizada em torno da família heterossexual, permitindo-se expressões ocasionais particulares de desejo dos homens por pessoas do mesmo sexo desde que mantidas nos becos escuros da sociedade.” (CASTELLS,

Infelizmente o fenômeno do heterossexismo encontra-se bastante presente na nossa sociedade. Welzer-Lang (2001, p. 467), define o heterossexismo como “[...] a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade.” Nesse sentido, o movimento LGBTI+ surge não apenas para lutar contra o preconceito e a LGBTIfobia, mais que isso, trata-se de uma ruptura e um enfrentamento a algo socialmente construído ao longo de anos: a hegemonia da heterossexualidade.

No Brasil, as primeiras organizações do movimento homossexual surgem na década de 1970 com o propósito de colocar em pauta as questões e demandas que perpassavam as vivências de pessoas homossexuais. Uma das particularidades deste movimento é que ele surge na época em que o país vivia um período de ditadura militar. Apesar de ter sofrido influência de movimentos norte-americanos e europeus, o movimento homossexual brasileiro emerge em um contexto muito peculiar de intensa repressão política e contrário ao desenvolvimento de movimentos identitários.

O primeiro grupo homossexual politicamente organizado surge em 1978, no Estado de São Paulo. Trata-se do “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”, fundado pelo escritor João Silvério Trevisan. No ano de 1976, Trevisan começava a ensaiar as primeiras tentativas de criar um grupo para discutir suas ideias, porém frustrada, já que este grupo durou apenas algumas semanas. Em 1978, Trevisan faz mais uma tentativa de reunir um grupo, e no mês de março, cerca de vinte pessoas passam a comparecer semanalmente as reuniões para debater questões relacionadas aos direitos dos homossexuais. Inicialmente com o nome de “Núcleo de Ação pelos Direitos dos homossexuais”, no mês de dezembro de 1978 o grupo passa a se chamar “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual” e no início de 1979 é convidado a participar de um debate na Universidade de São Paulo (USP), cujo tema abordava os movimentos de emancipação de grupos discriminados.

O final da década de 1970 é marcado por grandes conquistas para o movimento homossexual, como a criação do “Lampião da Esquina”, jornal homossexual que circulou entre os anos de 1978 e 1981, e o surgimento de diversas organizações posteriores ao Grupo Somos, como o Triângulo Rosa no Rio de Janeiro, o Dialogay de

Sergipe, o Grupo Gay da Bahia, dentre outros. No dia 16 de dezembro de 1979 ocorre o I Encontro de Homossexuais Militantes no Rio de Janeiro. No ano seguinte, em abril, ocorre o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados.

É importante destacar que o movimento homossexual nunca foi um grupo homogêneo. Um exemplo disso é um fato que ocorre no mês de maio de 1980, quando a partir do Grupo Somos surgem outros grupos: o Grupo Lésbico-Feminista e o Grupo de Ação Homossexualista. Após muitas idas e vindas, em 1983, por falta de recursos financeiros e ausência de novos membros o Grupo Somos se desfaz.

A década de 1980 é marcada por um significativo enfraquecimento da mobilização política homossexual e uma grande redução dos grupos envolvidos no movimento. Alguns autores atribuem essa redução dos grupos homossexuais ao fim da ditadura militar, argumentando que com o processo de redemocratização estes grupos precisaram se readaptar ao novo ambiente político. Segundo Facchini (2005, p. 104):

“(...) pode-se imaginar que o final da ditadura tenha criado também dificuldades para a continuidade da atuação dos grupos homossexuais. Assim, teriam sido prejudicados principalmente aqueles grupos com um perfil mais comunitarista e antiautoritário. A continuidade num período pós-redemocratização exigiria toda uma adaptação do ideário e do estilo de militância desses grupos ao novo contexto.”

A autora também argumenta que a maioria dos grupos homossexuais, em meados da década de 1980, passaram de uma característica antiautoritária a um enfoque na garantia do direito à diferença. Após esse período de diminuição dos grupos homossexuais na década de 1980, os anos 1990 inauguram um novo período do movimento LGBTI+ brasileiro. A partir de então, o foco principal do movimento passa a ser a luta contra a Aids. Alguns grupos como o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Dialogay do Sergipe, o Atobá do Rio de Janeiro, dentre outros, passam a se reunir em encontros nacionais anuais e bienais.

É importante destacar que apesar do movimento LGBTI+ abranger diversas orientações sexuais e identidades de gênero, com o decorrer dos anos houve um processo de afirmação de identidades específicas no interior deste movimento “guarda-chuva”, como é o caso do processo de consolidação da identidade lésbica, através do movimento lésbico.

No contexto brasileiro, o movimento lésbico começa a ganhar visibilidade com a criação das ONG's lésbicas e através de entidades organizadas como a Associação

Brasileira de Lésbicas (ABL) e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). A afirmação da identidade lésbica ocorre então “no interior de organizações mistas do movimento homossexual brasileiro (formadas por gays e travestis, principalmente), de organizações feministas e do movimento negro.” (ALMEIDA & HEILBORN, 2008, p. 226)

Conforme apontei anteriormente, dentro do movimento feminista não havia uma homogeneidade de pensamento, da mesma forma, a heterogeneidade e a diversidade também são marcas do movimento LGBTI+ que como a própria sigla já explícita, congrega diversas identidades. Fachinni (2009, p. 64) afirma que:

“Da mesma maneira, não se pode supor uma homogeneidade do movimento, considerando-se ser este composto por organizações de diferentes formatos que, por sua vez, alternam entre a cooperação e o conflito no trato com outros grupos.”

Almeida e Heilborn (2009) narram esse processo de afirmação e autonomização da identidade lésbica e destacam que ele foi iniciado em 1970 e intensificado a partir da década de 1990, com o advento das ONG's lésbicas. No início da década de 1980 as lésbicas realizaram diversas iniciativas de afirmação identitária dentro do então denominado movimento homossexual brasileiro, e também no interior de organizações feministas e do movimento negro (ALMEIDA & HEILBORN, 2008). Conforme destacam Soares e Costa (2014, p.13):

“Os encontros nacionais feministas, que tiveram seu auge na década de 80 e 90, foram momentos importantes de visibilização da presença lésbica no feminismo para feministas e para mulheres populares urbanas e rurais dos movimentos de mulheres. Mesmo que a lesbianidade não estivesse pautada no temário central, as lésbicas realizavam oficinas, reuniões, promoviam visibilidade nas festas, demarcando sua existência e presença nos encontros, sem pedir licença para entrar. Muitas lésbicas integraram-se ao movimento feminista brasileiro desde seu início, considerando os anos 70, e o período da abertura política, mas não foram todas que se anunciaram como lésbicas e trouxeram pautas específicas.”

Em meio à esse processo de afirmação da identidade lésbica, nos anos 80 houve uma espécie de subdivisão no “Grupo Somos”, e a partir desse “racha”, no ano de 1979 é criado o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente denominado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista – GALF. Como destaca Pinafi (2003, p. 903):

“As lésbicas no grupo SOMOS foram convidadas pelo jornal Lâmpião da Esquina a redigir uma matéria sobre lesbianidade dois meses após seu ingresso. Em decorrência deste trabalho, as militantes estreitaram laços entre

si e algumas reivindicaram a formação de um grupo exclusivamente feminino, dividindo opiniões.”

Esta iniciativa das lésbicas em criar um subgrupo dividiu opiniões entre os integrantes do Grupo Somos, enquanto alguns homens gays que compartilhavam de concepções feministas apoiaram a criação deste subgrupo, outros criticavam esta atitude por considerá-la “divisionista”, incluindo algumas lésbicas que não aderiram à criação do Grupo Lésbico-Feminista (LF). (MACRAE, 2018) O processo de autonomização das lésbicas dentro do Grupo Somos não se deu sem percalços e crises, de maneira que em um certo período ocorreu o esvaziamento das reuniões e muitas críticas partindo das lésbicas que diziam que esta atitude estimulava o que consideravam um “divisionismo” dentro do movimento. (LESSA, 2007)

Apesar do movimento lésbico brasileiro ter nascido a partir do movimento LGBTI+, a partir do momento em que ocorre esse “racha” no grupo Somos, o Grupo Lésbico-Feminista, que posteriormente passou a ser denominado Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) se volta mais para o movimento feminista, “no qual procurava incentivar que se desse mais atenção às questões da sexualidade e brigava para que militantes feministas assumissem suas práticas homossexuais.” (FACCHINI, 2002). Além do GALF, em São Paulo, surgem outros grupos semelhantes, como o Lamuricumá no Rio de Janeiro.

Como destaca Lessa (2007, p.304), “a questão da ruptura entre lesbianas e gays é a percepção de que a homossexualidade não suprime a assimetria de poder entre homens e mulheres, que é uma característica mais ampla da sociedade fundada em bases patriarcais”, dessa forma dentro do movimento LGBTI+ também pode existir assimetrias de gênero e relações de poder entre homens e mulheres.

Nos anos 1980 e 1990 o movimento lésbico vivencia um momento de maior visibilidade e expansão no contexto brasileiro. (LESSA, 2007) Uma das iniciativas de maior destaque e visibilidade do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) foi a criação do “Boletim Chanacomchana”, um jornal voltado para temáticas lésbicas. Em sua primeira edição, no ano 1981, o Boletim Chanacomchana apresenta um Editorial que aponta para esse surgimento das lésbicas enquanto sujeito político e a busca de visibilidade e reconhecimento, como podemos ver a seguir neste trecho do referido jornal:

“CHANACOMCHANA foi um pulo do conformismo para a participação.

Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”, para alguns como “CHANCA” (pé grande – sapatão), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações.” (GALF, 1981, Editorial)¹²

O Jornal Chanacomchana teve um importante papel no estímulo à cultura e ao conhecimento acerca da vivência da mulher enquanto lésbica. Em sua primeira edição, o jornal apresentou uma entrevista exclusiva com a cantora Angela Ro Ro, uma das poucas artistas, na época, que falava abertamente sobre o fato de ser lésbica. (GALF, Jornal Chanacomchana, 1981)

Além do Jornal Chanacomchana, circulou no ano de 1980 uma edição única do Boletim Lamuricumá, no Rio de Janeiro. Mais tarde, no ano de 1982 foi lançada outra edição do Boletim Chanacomchana, que ocupou um lugar de destaque na imprensa alternativa de São Paulo no decorrer dos anos 1980. A transformação do jornal em um boletim facilitou a distribuição do material e reduziu os custos do processo de divulgação. (LESSA, 2008)

A criação desses jornais e boletins, veículos de comunicação voltados especificamente para a temática lésbica, representa também uma atitude de ruptura com o silenciamento e o estigma que historicamente é relacionado à questão da lesbianidade. Significa um posicionamento das lésbicas enquanto sujeito político autônomo e uma busca de visibilidade através do instrumento da linguagem e da comunicação, em um processo político e também de cunho pedagógico, no sentido de mostrar para a sociedade quem são as lésbicas e quais suas pautas e posicionamentos.

Compreender os meandros da construção do movimento lésbico no Brasil é algo desafiador, já que não há grande quantidade de estudos e pesquisas que apontem com detalhes e profundidade a história da construção da identidade lésbica no país. Ao apontar a escassez de material disponível sobre a comunidade lésbica no Brasil, Marsiaj (2003, p. 135) destaca que:

“Acredito que tal escassez está ligada, em parte, ao fato de mulheres terem sido historicamente relegadas à esfera privada (impedindo assim que se desenvolvessem comunidades de caráter mais público, como foi o caso entre homossexuais masculinos) e também ao silêncio que envolve a sexualidade feminina de maneira geral, ambos os fenômenos decorrentes de uma ordem patriarcal.” (2003, p. 135).

¹² <https://acervobajuba.com.br/wp-content/uploads/2020/09/ChanacomChana-0.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

Creio que um dos principais pontos de tensão entre o movimento homossexual e o movimento lésbico seja a condição peculiar das lésbicas, que além da lesbofobia, enfrentam também situações decorrentes do papel que as mulheres ocupam em uma sociedade patriarcal e que privilegia os homens. Ou seja, é importante compreendermos que mesmo no interior do movimento LGBTI+ - que possui pautas em comum à todas as identidades que fazem parte deste grupo tão plural - podem ocorrer assimetrias de gênero. Nesse contexto, a crença no igualitarismo entre gays e lésbicas foi sendo desafiada, na medida em que “ao trabalharem conjuntamente com os gays, as lésbicas notaram que havia uma grande diferença entre ser uma mulher lésbica e ser um homem gay em uma sociedade androcêntrica, patriarcal e machista.” (PINAFI, 2010, p. 902)

É possível notar que a construção da identidade lésbica se deu tanto no interior do movimento LGBTI+ como também no movimento feminista, havendo momentos de interseção e também de ruptura entre esses dois movimentos mais amplos e o movimento lésbico. Apesar do movimento lésbico e o movimento feminista estarem historicamente imbricados - pois de maneira geral fazem parte de um mesmo movimento em prol dos direitos das mulheres - também existem tensões por conta do conflito entre pautas universais e pautas identitárias, e devido à crítica das lésbicas com relação ao heterocentrismo presente no movimento feminista.

Nos anos 1980 e 1990 o movimento lésbico vivencia um momento de maior visibilidade e expansão no contexto brasileiro. (LESSA, 2008) Outro avanço importante na trajetória de busca por reconhecimento e visibilidade para o movimento lésbico se deu com a criação dos Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALES), que teve sua primeira edição no ano de 1996. O SENALE se tornou um marco para o movimento lésbico brasileiro na medida em que se trata de um evento de grande relevância no cenário acadêmico e político e que trata de temáticas especificamente lésbicas. Conforme apontam Almeida e Heilborn (2009, p.229)

“Os Senales são estruturados por representantes de algumas ONGs lésbicas, algumas poucas lésbicas oriundas de partidos políticos e ainda por outras que se consideram lésbicas ou bissexuais “independentes”, por não atuarem na condição de integrantes/representantes institucionais. Estas últimas são frequentemente filiadas a partidos políticos, pesquisadoras, ativistas feministas ou ativistas culturais.” (ALMEIDA & HEILBORN, 2009, p. 229)

Os SENALES também expressam o processo de organização política da população lésbica e de consolidação da identidade lésbica, de forma que as especificidades que envolvem a questão da lesbianidade aos poucos vão conquistando maior visibilidade e reconhecimento na cena político-acadêmica. Apesar de terem ocorrido diversas edições do Seminário, gostaria de apresentar rapidamente algumas questões que constam no Relatório final do VI SENALE, ocorrido em 2006 na cidade do Recife (PE), ano que marcou os 10 anos de realização do evento. De acordo com o Relatório final do VI SENALE, o objetivo geral do Seminário era:

“Ampliar, fortalecer e visibilizar o movimento de lésbicas e sua organização enquanto sujeito político (ativistas inseridas em grupos, fóruns, redes, articulação dentre outras formas de organização coletiva, bem como lésbicas autônomas/independentes) para o enfrentamento da lesbofobia social e institucional.” (Relatório do VI SENALE; 2006, p. 42)

Como podemos notar neste trecho do Relatório Final do VI SENALE, além de ser um espaço de debate e construção conjunta entre diversos setores e atores da sociedade, os SENALES têm o objetivo de trazer reconhecimento e visibilidade para o movimento de lésbicas e afirmar a conformação deste movimento enquanto um sujeito político destinado a enfrentar um tipo específico de violência que é a lesbofobia, tanto em seu âmbito social quanto institucional, dentre outros problemas que atingem a população lésbica no Brasil.

Dentre os atores e setores sociais que participaram deste processo de construção dos SENALES, o Serviço Social certamente figura como um deles. Muitas das ativistas que participaram ativamente do VI SENALE são assistentes sociais ou professoras de Serviço Social. Ao analisar o Relatório final do VI SENALE é possível notar que muitas das lésbicas que participavam da Coordenação do Seminário eram assistentes sociais e feministas, como é o caso de Marylucia Mesquita, que integrou a Coordenação Política Executiva do VI SENALE. Além de ser assistente social, Marylucia Mesquita na época era Cofundadora e Coordenadora Geral do DIVAS (Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual) e militante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), que foram organizações parceiras no lançamento da Campanha “O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual” lançada pelo Conjunto CFESS/CRESS no ano de 2006.

No VI SENALE também ocorreram mesas redondas que contaram com a participação de profissionais da área do Serviço Social. Na mesa redonda intitulada

“Movimento de Mulheres Lésbicas como Sujeito Político: Poder e Democracia”, uma das palestrantes foi a Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social, Silvana Mara de Moraes dos Santos. (Relatório final do VI SENALE, p. 12)

No entanto, acredito que o trecho do Relatório do VI SENALE que mais expressa a interlocução entre o movimento lésbico e o Serviço Social é este expresso abaixo, no tópico de “recomendações gerais” do Seminário:

“Recomendações gerais: Que as mulheres lésbicas e bissexuais apoiem a Campanha Nacional pela Livre Orientação e Expressão Sexual: “O Amor fala todas as Línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito”, promovido pelo Conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social) em parceria com DIVAS – Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual. A Campanha contou com a colaboração da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) e Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), que reconheceram a relevância da Campanha, comprometendo-se a criar estratégias de popularização e de divulgação da Campanha nos diversos estados do país.” (Relatório final do VI SENALE, p.23)

Como podemos perceber, havia uma clara conexão entre as entidades lésbicas presentes no VI SENALE e o que vinha sendo preconizado pelo conjunto CFESS/CRESS na época do evento, de modo que houve uma recomendação geral vinda do próprio movimento lésbico, no sentido de apoiar, divulgar e popularizar a Campanha, o que representa um importante ponto de interseção entre a luta das lésbicas pelo reconhecimento de suas identidades e as iniciativas do Serviço Social no combate à discriminação por orientação sexual.

É preciso destacar que esta interlocução entre o Serviço Social e os movimentos sociais é fundamental para que haja uma intervenção e uma prática profissional conectada com a realidade. É preciso estabelecer um diálogo com a realidade e com as demandas da população lésbica, a fim de poder auxiliar essas mulheres na busca por direitos e cidadania. Como destaca Silva (2019, p. 6), “urge o debate sobre o reconhecimento das identidades lésbicas no Serviço Social, haja vista que se tratam de mulheres que sofrem preconceito duas ou três vezes mais que as mulheres em condição heterossexual.”

A questão da lesbofobia também possui um papel importante e central nos SENALES e nas bandeiras do movimento lésbico em geral. No tópico do Relatório final do VI SENALE, que apresenta as proposições gerais para Políticas Públicas, o tema da violência aparece com destaque, como vemos no trecho a seguir:

“Incluir em todas as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, à atenção à saúde e à educação um recorte de atenção às mulheres lésbicas, com a participação do movimento de mulheres lésbicas.” (Relatório do VI SENALE; 2006, p. 18)

A questão do racismo também apareceu com destaque no VI SENALE, o que representa um avanço na medida em que foi a primeira vez que o tema “Racismo, Discriminação Racial e Lesbianidade” deixou de ocupar apenas o lugar de oficinas/grupos de trabalho e foi incorporado, pela primeira vez, em mesa central, a partir da demanda do movimento de lésbicas negras. (Relatório do VI SENALE; 2006, p.46) A interlocução entre o movimento de lésbicas e o movimento negro é extremamente necessária e importante. Além da lesbofobia e da violência de gênero, muitas lésbicas vivenciam também a discriminação racial. Nesse sentido, “identificar-se como uma mulher negra e lésbica é saber que sua identidade significa o enfrentamento de uma opressão que envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade.” (MARCELINO, 2017, p. 115), bem como o gênero, poderíamos acrescentar.

Podemos perceber que a partir da atuação do movimento de lésbicas no Brasil e sua interlocução com diversos setores da sociedade civil como universidades, organizações não-governamentais, dentre outros, a questão da violência contra as lésbicas foi gradativamente ganhando reconhecimento, de forma que a lesbofobia não mais era um assunto de caráter individual e privado, mas um problema público que demanda estratégias de enfrentamento.

No capítulo a seguir falarei brevemente sobre a questão do desenvolvimento das políticas e direitos sexuais no Brasil, e sobre diversos eventos internacionais e nacionais que tiveram como foco a questão dos direitos humanos das mulheres, e que fazem parte do processo histórico de reconhecimento da violência que atinge as mulheres em todo o mundo.

CAPÍTULO 2 - Políticas e direitos sexuais: a trajetória de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e da população LGBTI+

Introdução

Antes de falar sobre a questão da lesbofobia familiar especificamente, gostaria de trazer alguns apontamentos acerca da trajetória histórica das políticas e direitos sexuais, o que é fundamental para compreendermos como se deu o processo de reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBTI+ no contexto internacional, processo esse atravessado por conflitos, coalisões, conexões, rupturas e correlações de forças entre diversos setores da sociedade civil.

O capítulo se inicia com uma discussão acerca de algumas conferências, convenções e tratados internacionais que foram de extrema importância no reconhecimento da gravidade da violência contra as mulheres.

Busco apontar também como através da atuação do movimento LGBTI+ a questão dos direitos sexuais começou a ser incluída nos debates e tratados estabelecidos nas conferências e convenções internacionais sobre direitos humanos. Esse processo de reconhecimento das políticas e direitos sexuais é expresso na promulgação dos Princípios de Yogyakarta, documento que se tornou um marco no âmbito dos direitos da população LGBTI+, como veremos mais detalhadamente neste capítulo. Posteriormente, abordo o processo de desenvolvimento das políticas e direitos sexuais no Brasil, apresentando as iniciativas que tem sido tomadas no enfrentamento da LGBTIfobia no contexto nacional.

Por fim, apresento alguns apontamentos sobre o contexto atual, a pandemia da COVID-19 que afeta fortemente todo o mundo e a crise instaurada há algum tempo no país e aprofundada pela pandemia e pela chegada da extrema-direita brasileira ao poder através da vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições para a Presidência da República em 2018. Esta conjuntura traz incontáveis retrocessos e impactos negativos para as políticas sociais como um todo, afetando fortemente as políticas e direitos das mulheres e da população LGBTI+, direitos esses conquistados através de muita luta política e reivindicação dos movimentos feministas e movimento LGBTI+ ao longo de décadas.

2.1 Políticas e direitos sexuais: uma trajetória de busca pelo reconhecimento

Nesse tópico, irei analisar a trajetória das políticas e do reconhecimento dos direitos humanos e sexuais das mulheres e população LGBTI+. Com relação ao direitos das mulheres, as diversas Conferências, Convenções, tratados e documentos internacionais sobre os direitos humanos das mulheres possuem um papel fundamental neste processo. Como destacam Prá e Epping (2012, p. 46):

“Importantes mandatos sobre igualdade de gênero surgiram de conferências mundiais e interamericanas, nas quais os governos nacionais se comprometeram a promover a igualdade de gênero na formulação de políticas e programas públicos.” (PRÁ e EPPING; 2012; p. 46).

Rios (2006, p.76) aponta que “a Primeira Conferência Internacional de Direitos Humanos (Teerã, 1968) reconheceu a importância dos direitos humanos das mulheres e decidiu pela necessidade de medidas para promover tais direitos (art. 15).” Alguns anos depois, em 1979, é promulgada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Em 1980 ocorre a II Conferência Mundial da Mulher em Copenhage e em 1985, a cidade de Nairóbi sedia a III Conferência Mundial sobre a Mulher cujo tema foi: “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”. Em 1993, houve a Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena que marca um avanço no reconhecimento da violência contra a mulher. Petchesky (1999, p.18) destaca que a Declaração desta Conferência, assim como seu Programa de Ação “recorreram ao Estado para eliminar a violência baseada no gênero e todas as formas de abuso e exploração sexual”. Em 1994, acontece a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, e neste mesmo ano ocorre no Brasil a promulgação da Convenção de Belém do Pará (1994), destinada a:

“(…) prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, salientando-se a explícita preocupação com a violência perpetrada no âmbito doméstico e a responsabilidade estatal não só pelos atos de violência estatal, como também pela tolerância de atos privados contra a mulher.” (Rios, 2006, p. 77)

É importante destacar que a questão da sexualidade e dos direitos sexuais demorou a ocupar um lugar na pauta destas conferências e enfrentou resistências de setores conservadores que consideravam estes temas menos importantes. Nesse

sentido, Petchesky (1999, p.19) aponta que é somente na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo), em 1994, “que a sexualidade começou a aparecer nos documentos internacionais como algo positivo, em lugar de algo sempre violento, insultante, ou santificado e escondido pelo casamento heterossexual e pela gravidez.” Rios (2006) também afirma que:

“O Plano de Ação do Cairo, além de introduzir o conceito de direitos reprodutivos, sinalizou para o reconhecimento de direitos sexuais, destacando o direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminações, coerções e violências.” (Rios, 2006, p. 76)

Correa (2018, p. 8) destaca que no Cairo a questão da sexualidade aparece com mais destaque e há também uma maior participação das ativistas lésbicas:

“É preciso dizer, por muitos outros lados a atmosfera do Cairo estava impregnada de sexualidade. Já no primeiro Comitê Preparatório, em abril de 1993, ativistas lésbicas incluíram em suas demandas para a conferência a não discriminação por orientação sexual, sendo apoiada por alguns países.”

Ao falar sobre a presença do debate sobre direitos sexuais na Conferência do Cairo, Girard (2007 apud CORREA, 2018, p.323) explicita a tensão entre as feministas lésbicas e as feministas heterossexuais, tensão essa que se apresenta como um marco histórico:

“Antes do Cairo não havia entre nós uma discussão profunda sobre direitos sexuais. Havia muita confusão sobre o conceito. As mulheres heterossexuais achavam que esse era assunto das lésbicas e as lésbicas achavam que era um problema só das heterossexuais. Nós lésbicas sentimos que tínhamos a responsabilidade de defender os direitos sexuais.” (GIRARD, 2007, apud CORREA, p. 323).

Um ano depois da Conferência do Cairo ocorreu a IV Conferência Mundial da Mulher, sediada em Pequim, confirmando as diretrizes definidas no Cairo. A Conferência de Pequim pode ser considerada um importante avanço no reconhecimento dos direitos das lésbicas especificamente, na medida em que “Em Pequim, entraram em cena as redes lésbicas e a presença efetiva dos grupos gays só aconteceria a partir de 2001.” (CORRÊA, 2009, p. 23).

Corrêa (2009) faz uma rica análise desse processo de reconhecimento dos direitos das mulheres e população LGBTI+ escrevendo como pesquisadora e também como testemunha ocular deste processo, pois participou ativamente de muitas dessas

Conferências. De acordo com a autora, foi em Pequim que a discriminação por orientação sexual ganhou mais espaço, como descreve a seguir:

“Em 1994, por iniciativa da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Lésbicas e Gays (IGLHRC), com apoio da ILGA e do Closet de Sor Juana (México), elaborou-se um documento para garantir que a sexualidade, incluída a orientação sexual, fosse contemplada na agenda da conferência. O texto foi assinado por mais de 6.000 pessoas e organizações e deu origem a uma estratégia de advocacy para assegurar que a discriminação por orientação sexual fosse tratada no capítulo de direitos humanos do documento final da conferência. As feministas que haviam atuado no Cairo, por sua vez, concentraram energia no capítulo de saúde, no qual as recomendações da CIPD seriam debatidas uma vez mais.” (CORRÊA, 2009, p. 23)

Um exemplo das correlações de forças presentes nesse processo é o fato de que havia tensões entre os grupos lésbicos e as feministas ligadas à área da Saúde, com relação à inclusão da questão da sexualidade e da orientação sexual no texto final da conferência de Pequim, e "embora houvesse comunicação permanente entre os grupos lésbicos e as “feministas da saúde”, quando a linguagem de orientação sexual foi derrotada e nas discussões após Pequim, houve tensões." (CORRÊA, 2009, p. 24)

Ao analisar esse processo é possível compreender o caráter heterogêneo que se apresenta no interior do movimento feminista, ou seja, embora haja reivindicações gerais de todas as mulheres, enquanto as feministas lésbicas buscavam maior visibilidade para as questões ligadas à orientação sexual, as feministas da área da Saúde tinham um foco mais voltado para a questão dos direitos reprodutivos. A discussão acerca de sexualidade demora a entrar na pauta das conferências internacionais, de maneira em que a centralidade da discussão permaneceu durante muito tempo na saúde reprodutiva das mulheres. Isso demonstra uma dificuldade até para o próprio movimento feminista em discutir questões que estão para além da heteronormatividade.

A questão da violência contra as mulheres especificamente, também se tornou alvo de iniciativas do poder público, a partir da atuação das diversas vertentes do movimento feminista e movimento de mulheres, além de diversos setores da sociedade civil.

No que diz respeito ao contexto brasileiro, as décadas de 1980 e 1990 marcam o início da trajetória de busca pela ampliação da cidadania e dos direitos das mulheres. No ano de 1984, o Congresso Nacional ratifica a Cedaw – Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Em 1985, é criado a partir do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher (CNDM), visando combater a discriminação de gênero, e no mesmo ano ocorre a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

Avançando no tempo, no ano de 2003 ocorre a criação da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM) cujo objetivo era a construção de políticas públicas para as mulheres, “com a responsabilidade de articular, coordenar, integrar e implementar as políticas para as mulheres nos municípios e nos estados” (BRASIL, 2014).

No ano de 2004, a Secretaria de Política para as Mulheres e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher realizam a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Com base nesta Conferência, em 2005, é criado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) que traz como alguns de seus objetivos “o reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica, que expressa a opressão das mulheres que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública.” (BRASIL, 2005, p. 10)

No ano de 2006 tem-se um importante avanço no processo de reconhecimento da violência contra as mulheres: a criação da Lei nº 11.340/2006. Esta Lei, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha¹³, é uma conquista no reconhecimento público da violência doméstica contra as mulheres na medida em que é a primeira legislação brasileira a tratar especificamente da questão, e é responsável por criar “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.” (BRASIL, 2006)

Acerca da relação entre a Lei Maria da Penha e a violência que atinge as lésbicas, é interessante notar que a Lei prevê a proteção para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar independente da orientação sexual das mesmas, como fica explicitado em seu art. 2º:

“Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, **orientação sexual**, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua

¹³ A Lei nº 11.340/2006 ficou popularmente conhecida como Lei Maria da Penha em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que no ano de 1983 foi atingida por um tiro de espingarda efetuado pelo seu marido enquanto dormia, e em decorrência disso ficou paraplégica. A impunidade diante do caso fez com que autoridades e entidades nacionais e internacionais iniciassem um debate para criar leis que punissem juridicamente a violência doméstica destinada às mulheres. Da mesma forma, os movimentos feministas e de mulheres foram fundamentais na criação deste instrumento de enfrentamento à violência contra as mulheres.

saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.”
(Lei n. 11.340/06, art. 2º, **grifos meus**)

Da mesma forma, no art. 5º, a Lei apresenta o significado da violência doméstica e familiar contra as mulheres e enumera em seus incisos I, II e III, os âmbitos nos quais essa violência pode se manifestar, como no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”. Em seu parágrafo único, o art. 5º afirma que “As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.” (Lei n. 11.340/06, art. 5º, p. u.) Nesse sentido, a Lei Maria da Penha representa um avanço no reconhecimento da gravidade da violência dirigida às lésbicas, pois apresenta uma ideia de proteção abrangente e não vinculada a um pensamento heteronormativo.

No ano de 2011, é lançada a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, orientada pelos princípios propostos no 1º e 2º Planos Nacionais de Política para as mulheres. Alguns princípios desta Política são: a desconstrução da desigualdade e promoção de maior igualdade entre homens e mulheres; o respeito à diversidade, seja ela cultural, racial, social etc.; a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos; dentre outros.

Nesse processo surgem também a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e a rede de atendimento às mulheres em situação de violência. A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres tem como base a atuação articulada entre instituições governamentais, não-governamentais e a sociedade, visando ao desenvolvimento de estratégias de prevenção e criação de políticas que garantam a autonomia e os direitos humanos das mulheres, os seus, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Já a rede de atendimento consiste em um conjunto de ações e serviços de diferentes setores que visam a identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e a integralidade e humanização do atendimento. (BRASÍLIA, 2011)

Em Niterói, cidade localizada no Estado do Rio de Janeiro e que é locus desta pesquisa, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência conta com diversas instituições como: a Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), criada em 1986; a Coordenadoria de Políticas e Direitos para as Mulheres (CODIM) criada em 2003 com o intuito de estimular a construção de políticas que ratifiquem a cidadania e os direitos das mulheres; o Centro Especializado de

Atendimento à Mulher em situação de Violência (CEAM), que é um serviço proporcionado pela CODIM e conta com profissionais da área de serviço social, Direito, Psicologia, dentre outras; o Programa SOS Mulher que funciona no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP/UFF) desde 2002, além do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Gostaria de fazer uma breve observação sobre a relação entre a Política Nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres e a violência que atinge especificamente a população lésbica. Ao analisar o texto oficial da Política é possível notar que há apenas uma menção ao termo “lésbicas”, no momento em que há uma referência aos parágrafos 2º e 5º da Lei Maria da Penha, mas não há nenhum aprofundamento sobre as especificidades da violência que atinge a população lésbica. Sabemos que a Política é um instrumento direcionado às mulheres de maneira geral, mas não podemos deixar de compreender que existem particularidades na vivência lésbica que necessitam de atenção, pois a questão da lesbofobia acaba sendo mais um obstáculo para essas mulheres na busca por direitos e proteção social.

A questão da lesbofobia familiar, tema desta pesquisa, traz desafios na implementação da Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres na medida em que é um tema pouco conhecido até mesmo pelos profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres e na operacionalização desta Política. É importante refletir sobre a necessidade de sensibilização e capacitação das instituições da rede de atendimento com relação aos temas que perpassam a vivência da população lésbica. É necessário analisarmos os fenômenos e problemas sociais para além da ótica heteronormativa, pois a proteção social deve ser garantida à todas as mulheres independente de qualquer fator de classe, raça, cor, etnia ou orientação sexual. Em relação ao movimento LGBTI+, um dos grandes marcos no processo de avanço das políticas e direitos sexuais e de reconhecimento dos direitos desta população foi a criação dos “Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”, expressos no documento que ficou intitulado como “Princípios de Yogyakarta”¹⁴. Os Princípios de Yogyakarta integram um documento construído e pensado conjuntamente por pesquisadores e ativistas da área de diversidade sexual e de gênero, movimentos sociais, especialistas em direitos humanos, Organizações Não-Governamentais de diversos

¹⁴ Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 17/06/2020.

países, dentre outros atores. Esse documento foi divulgado e firmado na reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, ocorrida na cidade de Yogyakarta (Indonésia), em novembro de 2006.¹⁵ Os Princípios de Yogyakarta apresentam normas de direitos humanos e sua aplicação à questões referentes à orientação sexual e identidade de gênero, além disso, esses Princípios afirmam a obrigação dos Estados na implementação dos direitos humanos da população LGBTI+. Conforme destaca Corrêa (2009, p. 29):

“O documento compila e reinterpreta definições e direitos humanos fundamentais consagrados em tratados, Convenções, resoluções e outros textos internacionais sobre os Direitos Humanos, no sentido de aplicá-los a situações de discriminação, estigma e violência experimentados por pessoas e grupos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero”.

A partir de sua criação, este documento foi disseminado e vem sendo utilizado internacionalmente por diversos governos mundo a fora e também por movimentos sociais, ativistas e outros setores da sociedade civil. Conforme aponta Correa (2009, p. 31):

“Uma rápida busca na Internet informa que a gama de aplicações é extensa: uma iniciativa das lésbicas irlandesas, inúmeras menções em sites e blogs mantidos pela comunidade transexual e intersex, lançamentos locais, retraduições criativas em quadrinhos e num pequeno filme de animação, algumas menções ao texto em ações legais contra violações ou que demandam tratamento igual perante a lei.”

Logo em sua introdução, os Princípios de Yogyakarta já apontam que a discriminação e as violações de direitos humanos por conta da orientação sexual e da identidade de gênero se caracterizam como um padrão global e consolidado, e destaca que “estas violações são com freqüência agravadas por outras formas de violência, ódio, discriminação e exclusão, como aquelas baseadas na raça, idade, religião, deficiência ou status econômico, social ou de outro tipo.” (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 7). Neste trecho é possível observar que o documento aponta a importância de se estabelecer um olhar interseccional para as violações e violências que atingem a

¹⁵ “Um grupo eminente de especialistas em direitos humanos preparou um documento preliminar, desenvolveu, discutiu e refinou esses Princípios. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero.” (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 8)

população LGBTI+, atentando para outras formas de violência que podem se manifestar, relacionadas a outros eixos de diferenciação como raça, cor, etnia, classe social, etc.

Com relação ao contexto brasileiro, houve importantes conquistas e avanços para os direitos da população LGBTI+, mas infelizmente os retrocessos e ataques também são muitos. O movimento LGBTI+ possui um importante histórico de luta pelos direitos da população LGBTI+, e mesmo em meio a tantos ataques dos setores conservadores da sociedade, vem resistindo e lutando pela construção de leis, políticas, direitos e cidadania para as pessoas LGBTI+. Gostaria de apontar aqui, ainda que de maneira breve, alguns desses avanços e também alguns percalços na construção de políticas e direitos para a população LGBTI+ no Brasil.

Os direitos sexuais “se referem a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais”. (CARRARA, 2010, p. 135) Conforme destaca Carrara (2010), a luta pelos direitos LGBTI+ no Brasil se configura como uma das principais arenas em que se desenvolve a política sexual brasileira. Tendo por base a reflexão desenvolvida no âmbito do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM-UERJ), Carrara (2010) aborda o desenvolvimento das políticas e direitos sexuais no contexto brasileiro e um dos pontos que o autor destaca, é a conexão que havia entre o movimento LGBTI+ e o movimento feminista, enquanto dois atores políticos que emergem nos anos 1960 e 1970:

“Tínhamos também claro que, no plano político, tais direitos se produziam na interseção, em certos pontos, entre a agenda do Movimento Feminista e a agenda do Movimento LGBT, dois atores políticos que emergem (ou reemergem, no caso do feminismo) nos anos 1960 e 1970. Nessa confluência ou diálogo, eram reformuladas certas estratégias anteriores, através das quais tais atores buscaram indiretamente promover a “liberdade sexual”, valor central em seus ideários.”

Carrara (2010) também destaca a relação entre as políticas e direitos sexuais e a Constituição Federal de 1988. Apesar de trazer a questão da formulação da equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, a partir principalmente da pressão do movimento feminista e de mulheres, a Constituição de 1988 não inclui a discriminação por “identidade de gênero” e “orientação sexual” como uma questão a ser combatida pelo poder público, o que “evidencia o quanto o contexto político daquele momento era desfavorável para o então

chamado Movimento Homossexual Brasileiro ou, como se designa atualmente, Movimento LGBT.” (CARRARA, 2010, p. 134)

Gostaria de destacar algumas das iniciativas que ocorreram no Brasil em prol do reconhecimento dos direitos da população LGBTI+. Uma delas foi a criação do Projeto de Lei 122/2006 da Câmara dos Deputados, que vem sendo objeto de polêmicos debates desde a sua criação, além de ser tema de muitos estudos e pesquisas na área de diversidade sexual e de gênero. O referido Projeto de Lei foi originalmente proposto pela então deputada Iara Bernardes (PT-SP) no ano de 2001 e inicialmente era denominado de PL 5003/2001. A princípio não reivindicou alterar a Lei nº 7.716/7 de 05 de janeiro de 1989¹⁶. Com um texto simplificado, esse projeto previa a aplicação de sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas. (BORTOLIN, 2018)

Após tramitar na Câmara dos Deputados durante 5 anos, em 2006, mais precisamente no dia 23 de novembro, foi aprovada a Redação Final do Projeto de Lei, e no dia 07 de dezembro do mesmo ano foi remetido ao Senado Federal¹⁷, com a identificação de PL 122/2006, já com a proposta de alteração da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que por sua vez define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.¹⁸ Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu haver uma omissão inconstitucional no Congresso Nacional por não tratar de Lei que verse sobre homofobia e transfobia e com a diferença de 8 votos a 3, o STF decidiu que práticas homofóbicas e transfóbicas passassem a ser equiparadas aos dispositivos da Lei 7716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor¹⁹.

O fato do PL 122/2006 ter encontrado tanta resistência para ser aprovado é algo que exemplifica uma conjuntura extremamente complexa que vem se desenrolando na política brasileira há alguns anos. Conforme destaca Carrara (2010, p. 137):

“O imobilismo do Congresso se deve em grande parte à influência das religiões cristãs sobre os parlamentares organizados nas chamadas bancadas evangélica e católica. Tais bancadas atuam mais ou menos na mesma direção quando se trata de direitos LGBT. Nas atuais discussões sobre o projeto de lei que criminaliza a homofobia, por exemplo, representantes das duas bancadas levantam contra o projeto a tese de que ele cercearia a liberdade de expressão ou opinião, que, nesse caso, significa a “liberdade” de condenar publicamente

¹⁶ Esta Lei define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

¹⁷ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-5003-2001>. Acesso em 18/05/21.

¹⁸ https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=429491. Acesso em 18/05/21.

¹⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

a homossexualidade a partir de interpretações da Bíblia.”

Podemos perceber como a luta pelos direitos LGBTI+ no Brasil é permeada por tensões, conflitos, correlações de força entre aqueles que lutam pelo avanço dos direitos e políticas sexuais e pela ampliação dos direitos das pessoas LGBTI+ e aqueles que são contrários à esses avanços, alegando erroneamente que esses direitos atingiriam a “moral cristã” e a “honra” das famílias brasileiras.

Não podemos deixar de destacar, no entanto, que houveram também importantes conquistas no âmbito dos direitos da população LGBTI+ no Brasil, como a criação do Programa Brasil Sem Homofobia em 2004. O “Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à violência e à Discriminação Contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (BSH) foi criado a partir da Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão vinculado a Presidência da República, no mandato do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2004, e elaborado através da Comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e pelo Ministério da Saúde, com a participação de vários ativistas e organizações militantes. (CARRARA, 2010)

A implantação deste Programa de ação representou um importante marco na luta do movimento LGBTI+ e no avanço das políticas e direitos sexuais. Em um de seus princípios, o BSH prevê a inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais como alvo de ação do poder público e do próprio Governo Federal, através de políticas públicas e outras estratégias de ação. (BRASIL 2004)

Há um ponto importante a ser destacado com relação ao Programa BSH e as ações e políticas relacionadas às lésbicas especificamente. No item 10 do documento base do Programa, denominado de “Política para as Mulheres”, há uma série de ações que demonstram um reconhecimento de demandas específicas à identidade lésbica. Uma dessas ações seria: “Apoiar estudos e pesquisas sobre as relações de gênero e situação das mulheres com o recorte de orientação sexual.” Sobre este ponto, acredito ser de suma importância o apoio e o incentivo à criação de estudos, pesquisas e produções acadêmicas em geral sobre lesbianidade. Acredito que apesar de haver muitos avanços e seja possível encontrar riquíssimos trabalhos sobre a temática lésbica, a quantidade de análises nessa área ainda é pequena e existe ainda certa invisibilidade em volta deste tema no universo acadêmico. Ao falar sobre a questão da lesbianidade na história do Brasil, Oliveira (2015, p. 1) destaca que:

“A problemática da lesbianidade na história do Brasil está, marcadamente, vinculada a sua invisibilidade, o que provoca consequências de ordens distintas, tanto históricas e historiográficas, como sociais e políticas. Apesar do tema da homossexualidade ter encontrado espaço no meio acadêmico brasileiro durante as últimas décadas, o foco da atenção produzida por pesquisadores situa-se predominantemente relativo à questão masculina.”

Outro tópico importante que o Programa BSH traz no item que versa sobre “Políticas para as Mulheres” é a capacitação de profissionais de instituições públicas atuantes no combate à violência contra as mulheres. A questão da lesbofobia traz a necessidade de um trabalho de capacitação e sensibilização para com as instituições e profissionais que atuam no enfrentamento à violência contra as mulheres com relação às demandas e situações que envolvem a população lésbica.

É importante compreendermos que a violência atinge mulheres de diferentes orientações sexuais e além da própria violência de gênero que todas as mulheres vivenciam em seus cotidianos, as lésbicas também estão expostas à situações de violência em decorrência de possuírem uma orientação sexual diferente da heterossexualidade. Essa capacitação das instituições é fundamental para que as lésbicas que procuram apoio nesses serviços não vivenciem outro tipo de violência, a violência institucional. Nesse sentido:

“A capacitação continuada de profissionais da rede para atender mulheres dissidentes do padrão cis-heteronormativo se mostra uma necessidade fundamental para a melhoria dos serviços da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar.” (MONTANHER, NEGREIROS & ANDRADE, p.2114)

O documento base do Programa BSH também chama atenção para as diversas formas de violência que pessoas LGBTI+ têm enfrentado, inclusive a LGBTIfobia que por muitas vezes se manifesta nas casas e lares dessas pessoas, partindo de familiares e/ou parentes próximos:

“Para além da situação extrema do assassinato, muitas outras formas de violência vêm sendo apontadas, **envolvendo familiares**, vizinhos, colegas de trabalho ou de instituições públicas como a escola, as forças armadas, a justiça ou a polícia. Pesquisas recentes sobre a violência que atinge homossexuais dão uma idéia mais precisa sobre as dinâmicas mais silenciosas e cotidianas da homofobia, que englobam a humilhação, a ofensa e a extorsão.” (BRASIL, 2004, p. 17, grifos meus)

Três anos após a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2007, foi

criado no Rio de Janeiro o Programa Rio Sem Homofobia (PRSH), sob coordenação da Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), com o objetivo de combater a violência e discriminação contra a população LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro.

Leite (2014) aponta que o Rio foi pioneiro no país com relação à implantação de políticas para a população LGBTI+ e ainda no ano de 1990 foram inauguradas duas instituições voltadas para essa questão: o Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH) e o Disque Defesa Homossexual (DDH), a partir da parceria entre o movimento LGBTI+ e algumas universidades do Rio, dentre elas a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do Instituto de Medicina Social (IMS-UERJ).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro possui um papel importantíssimo no avanço das políticas públicas para a população LGBTI+ do Rio de Janeiro. O Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ) vem há muitos anos desenvolvendo pesquisas na área de diversidade sexual e de gênero e em 2002 criou o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM-UERJ), que por sua vez integra um projeto internacional envolvendo centros congêneres na Ásia, África e EUA. O referido Centro congrega pesquisadores, ativistas e outros parceiros interessados em fomentar o debate sobre a sexualidade e os direitos sexuais, coordenando atividades no Brasil, Argentina, Chile, Peru e Colômbia. Além disso, a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria Estadual de Assistência Social (SUPERDIR/SEASDH), órgão responsável pela implementação do PRSH, assinou em 2010 um convênio com a UERJ para assessorar e acompanhar a implantação do PRSH (LEITE, 2014). A partir desse convênio e da interlocução entre a SUPERDIR e a UERJ, começou a ser implantada “a estrutura institucional do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, do Disque Cidadania LGBT, do Centro Regional de Referência da Promoção da Cidadania LGBT Baixada I (Duque de Caxias) e do Centro Metropolitano de Referência e Promoção da Cidadania LGBT (CEMO – RIO).” (LEITE, 2014, p. 262) Conforme destaca França (2018, p. 50):

“A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) não só colaborou abrindo o espaço para o evento, como também selou sua parceria por meio do documento assinado pelo reitor, Ricardo Vieiralves, designado “Carta Compromisso da UERJ por um Rio Sem homofobia”. Nessa carta, foram contidas sete ações de mobilização de enfrentamento da homofobia, promoção da cidadania GLBT e do diálogo produtivo entre sociedade civil e

poder público, assumindo compromisso no combate à discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero no Estado. Todavia, poderíamos considerar esse documento como gênese da idealização das ações do PRSH, que desenvolveria diretrizes logo mais adiante na I CEPPGLBT-RJ.”

Com o decorrer dos anos foram implantados outros Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBTI+ em diferentes localidades do Rio de Janeiro como: o Centro de Cidadania LGBT Serrana Hanna Suzart (Nova Friburgo), o Centro de Cidadania LGBT Baixada II (Queimados), o Centro de Cidadania LGBT Sul Fluminense (Volta Redonda) e o Centro de Cidadania LGBT Leste (Niterói)²⁰, este último localizado na cidade onde foi realizada esta pesquisa e que abriga a Universidade Federal Fluminense. Os Centros de Cidadania LGBTI+ tem por objetivo:

Atender LGBT, familiares e amigos vítimas de discriminação e violência homofóbica, orientar LGBT e sociedade em geral sobre direitos; esclarecer dúvidas sobre saúde e serviços sociais; sensibilizar e capacitar gestores públicos e segmentos da sociedade local sobre homofobia e cidadania LGBT; formar banco de dados estadual sobre homofobia e rede de apoio. (LEITE, 2014; p. 263)

A criação destes Centros é um avanço no que diz respeito às políticas LGBTI+ na medida em que se configura como um espaço destinado especificamente à tratar das demandas que perpassam a vida das pessoas LGBTI+. Isso mostra que houve um período de intenso debate e interlocução entre o movimento LGBTI+, as universidades e a sociedade civil, pensando, construindo e implementando estratégias e serviços destinados à promoverem a cidadania e os direitos das pessoas LGBTI+. Entretanto, não podemos negar que tem sido cada vez mais complexa a tarefa de fazer avançar as pautas da população LGBTI+, do movimento negro, dos movimentos feministas, e de diversas pautas identitárias, em um cenário de tamanho conservadorismo e ausência de proteção social como o que vem se apresentando no Brasil nos últimos anos.

Importante destacar também que no dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu juridicamente as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, através da aprovação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277. O STF reconheceu judicialmente a união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade

²⁰ Os endereços e o contato dos serviços citados está disponível em: <https://www.abglt.org/rio-de-janeiro>. Acesso em 01/07/2021.

familiar, por analogia à união estável. Casais do mesmo sexo passaram a usufruir direitos antes garantidos apenas em uniões heterossexuais como: comunhão parcial de bens, pensão alimentícia, pensões do INSS, adesão a planos de saúde do parceiro, imposto de renda compartilhado, direito à sucessão e adoção de filhos.

Em março de 2015, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, considerou que uma união estável homoafetiva equivale à entidade familiar e garantiu que um casal de homens gays do Paraná pudessem adotar duas crianças, depois que o Ministério Público tentou impedir a adoção de uma das crianças.

No entanto, sabemos que no Brasil a implementação de ações, políticas e programas para a população LGBTI+ se desenrolam no plano prático de maneira muito mais complexa do que vemos na teoria. As instituições públicas brasileiras têm perecido com a falta de recursos e investimentos, principalmente quando se trata de programas ligados às pautas LGBTI+. Nesse contexto, o Programa Rio Sem Homofobia e os Centros de Cidadania LGBTI+ enfrentaram um intenso processo de desmonte e sucateamento. Desde o ano de 2015 se tem notícia de uma grande crise que atinge o Estado do Rio de Janeiro, o que levou à demissão de muitas pessoas, atrasos de salários de funcionários públicos, desmonte das universidades, e tantos outros problemas.

A UERJ, instituição a qual me referi anteriormente e que possui forte atuação na implantação das políticas LGBTI+ do Rio de Janeiro, foi uma das instituições mais afetadas por esta crise (VIEIRA et. al., 2018). E esse cenário desolador reflete um problema que ocorre a nível nacional, a crise das universidades brasileiras e da educação superior, que infelizmente vem se agravando cada vez mais.

Além das universidades, a política LGBTI+ do Rio de Janeiro foi atingida fortemente por esses cortes e também por setores conservadores religiosos que passaram a ocupar importantes cargos no poder fluminense, como é o caso do deputado e pastor evangélico Ezequiel Teixeira, que em 2015 assumiu a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), órgão responsável por implementar o Programa Rio Sem Homofobia.

Por outro lado, vale registrar a existência de grupos conservadores e fundamentalistas, representados por parlamentares, que vem se posicionando de forma contrária ao avanço da política LGBTI+ no Brasil, alegando que isso iria contra a moralidade cristã. Teixeira (2017, p. 16) explica como esta conjuntura afetou o funcionamento do PRSH e dos Centros de Referência da Cidadania LGBTI+ no RJ:

“Os Centros [de Referência] localizados no Rio de Janeiro/Capital, Niterói e Nova Friburgo estiveram fechados entre os meses de janeiro e maio [de 2016] por falta de recursos para a sua manutenção. Isso ocorreu durante a gestão de Ezequiel Teixeira como Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos. Enquanto esteve no cargo, o gestor mostrou-se totalmente avesso ao tema, disseminando um discurso que associava a homossexualidade à doença. Além disso, atuou fortemente no sentido de desestruturar o programa Rio Sem Homofobia, demitindo 78 funcionários e fechando seus equipamentos de atendimento. Após uma expressiva mobilização do movimento LGBT e da sociedade, em fevereiro, tal secretário foi exonerado e iniciaram as negociações para a definição do novo orçamento para a reestruturação do programa. Em abril, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) disponibilizou o recurso e os Centros foram reabertos para o atendimento em maio de 2016.”

Outro marco extremamente importante no avanço dos direitos LGBTI+ no Brasil foi a criação da Política Nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, no ano de 2011²¹. A relação entre direitos LGBTI+ e saúde é histórica. Durante muito tempo as orientações sexuais e as identidades de gênero dissidentes eram consideradas pela Medicina como doenças ou patologias, de forma que a homossexualidade deixou de constar no manual de perturbações mentais da Associação Americana de Psiquiatria somente no ano de 1973 e da lista de doenças mentais da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde apenas no ano de 1991. Além disso, a luta em torno da epidemia AIDS/HIV também é uma marca histórica do movimento LGBTI+ no Brasil e mundo a fora. (DUARTE, 2014) Da mesma forma, destaca-se a luta histórica do movimento trans em torno assistência integral à saúde das pessoas transexuais.²²

Nesse sentido, a criação da Política Nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais representa um importante passo no reconhecimento da importância de se conceder uma atenção especial à saúde LGBTI+, além de ser um mecanismo de combate à discriminação e à LGBTIfobia nos serviços e instituições de saúde. Alguns dos objetivos específicos desta Política são:

“Instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres; ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades; promover o respeito à população LGBT em todos os serviços do SUS.”

²¹ A Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

²² Cf. Almeida e Murta (2013).

Gostaria de destacar brevemente algumas questões com relação à saúde das lésbicas especificamente. Existem poucos estudos que versam sobre a saúde sexual das lésbicas, por exemplo, sobre a questão da prevenção dessa população às doenças sexualmente transmissíveis. Moraes e Esteves (2011) realizaram um estudo acerca desse desencontro entre as lésbicas e a prevenção quanto aos riscos de DST e HIV/AIDS. A pesquisa, realizada em espaços de sociabilidade LGBTI+ na cidade do Rio de Janeiro com mulheres lésbicas, revela que “[...] 90% não utilizou nenhum tipo de proteção durante essas relações, 18% compartilhou acessórios com a parceira sem camisinha e 16% com a mesma camisinha” (MORAES E ESTEVES, 2011, p.1) Isso constata a desinformação de muitas lésbicas sobre proteção e prevenção de DST e HIV/AIDS e afirma a necessidade de atenção especial a essa população. As autoras destacam ainda que “quando se fala em homossexuais, DST e Aids, novamente as lésbicas são "esquecidas": a grande maioria dos artigos, campanhas e estudos no Brasil estão relacionados ao universo homossexual masculino, sendo raro encontrar algo a respeito de lésbicas e bissexuais (MORAES E ESTEVES, 2011, p. 2). Os estudos sobre DSTs e HIV/AIDS ainda são em sua maioria relacionados a homossexualidade masculina, enquanto a saúde sexual das lésbicas se mantém obscurecida nas produções acadêmicas, já que “no Brasil notadamente existe uma lacuna de dados e informações concernentes à saúde da mulher lésbica e bissexual” (MORAES E ESTEVES, 2011, p. 3).

As políticas de saúde devem estimular constantemente a sensibilização de profissionais e os demais atores inseridos para questões ligadas a população LGBTI+, na medida em que a discriminação se caracteriza como uma forte violação de direitos humanos, as instituições de saúde devem estar preparadas para amparar esse público de maneira integral, e para tratar da complexidade que envolvem as questões LGBTI+ no Brasil.

2.2 Breves apontamentos sobre o contexto atual

Falar sobre o contexto atual significa, de um lado falar sobre a crise pandêmica que se abate sobre o mundo, mas também é importante falar dos retrocessos que a sociedade brasileira vem vivendo e que antecedem essa crise. Acredito que esses retrocessos estão em parte relacionados a um processo de disseminação de ideologias ligadas ao fundamentalismo religioso no interior da política brasileira e nas mais altas

esferas de poder do país. Essa relação entre fundamentalismo religioso e política representa um dos maiores obstáculos ao avanço de leis que protejam e garantam os direitos da população LGBTI+. O fato desses setores conservadores passarem a ocupar importantes espaços de tomadas de decisões e criação de leis no país possibilitou e estimulou a criação e disseminação de narrativas e práticas LGBTIfóbicas em todo o país, e conseqüentemente contribuiu para agravar ainda mais a violência que atinge as pessoas que possuem orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes da norma heterossexual.

Na tentativa de barrar os avanços da pauta LGBTI+, esses setores conservadores propagam um discurso de ódio contra as minorias e pautas identitárias, disseminando a ideia de que a população LGBTI+ seria uma “ameaça à família tradicional brasileira” e aos bons costumes calcados em uma moralidade cristã. Com o intuito de proteger a instituição da família nuclear branca, heterossexual, patriarcal e cristã, esses setores passaram a atacar os movimentos sociais, os LGBTI+, os negros, as mulheres, dentre outros grupos minoritários, espalhando teorias e informações falsas e “demonizando” o debate sobre diversidade sexual e de gênero.

Para entendermos melhor esse processo faço aqui um breve histórico sobre a relação entre religião e a política brasileira e sobre como esses grupos conservadores chegaram a alcançar um lugar central no legislativo brasileiro, através principalmente da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados. É importante ressaltar que não se tem a pretensão de abordar um tema tão complexo como esse com riqueza de detalhes, mas a intenção é apenas contextualizar o cenário que se formou na política brasileira, cenário esse que possui um impacto direto e extremamente negativo para o avanço dos direitos LGBTI+.

Historicamente, o protestantismo no Brasil se apresenta de maneira bastante diversa, com inúmeras vertentes e denominações espalhadas pelo país. Muitas dessas denominações fazem parte do chamado “movimento pentecostal”, que começou a atuar no Brasil a partir de 1910, quando foi criada a denominação “Assembléia de Deus”. Apesar de existirem algumas vertentes do pentecostalismo que se posicionam de maneira contrária ao envolvimento com a política, foi a partir do avanço do movimento pentecostal no Brasil que começou a haver uma maior aproximação entre as igrejas evangélicas e a política brasileira. Conforme destaca Bortolin (2018, p. 67):

“Destacamos que a atuação evangélica no espaço público iniciou-se no período denominado como segunda onda pentecostal. As igrejas fundadas

nesse momento preocuparam-se em inovar as suas formas de evangelização, sob o intuito de alcançar um número maior de fiéis. Porém, é a partir da chamada terceira onda que o pentecostalismo vai cada vez mais adentrando a arena política, bem como aos meios de comunicação de massa. De movimento sectário, passa a cada vez mais atuante e participativo em outras arenas para além da religiosa.”

Sobre essa mesma questão, Machado (2015, p. 53) destaca que:

“A despeito das diferenças no meio pentecostal, predomina a visão de que as demandas dos movimentos das minorias sexuais expressam essa ameaça para a “formação da família cristã”, e as propostas de lei no Congresso Nacional com intuito de regularizar o trabalho das profissionais do sexo, descriminalizar o aborto ou ampliar o permissivo legal, promover a equiparação jurídica das uniões entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homossexuais, etc. são interpretadas como sinais de que a batalha a ser travada pelos cristãos requer a presença deles nas casas legislativas.”

Nesse contexto de ocupação cada vez maior dos setores religiosos nas casas legislativas foi criada na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Evangélica, que se configura como uma estratégia de parlamentares evangélicos, juntamente com pastores de grandes denominações, no sentido de atuar em um conluio para barrar o avanço das leis e iniciativas de combate a LGBTI+fobia e em prol dos direitos LGBTI+. Ao analisar a formação desta bancada evangélica, Nogueira (2014, p. 97) destaca que:

“(…) a bancada evangélica, que conta com 68 deputados e 3 senadores, se comparada com as bancadas dos partidos, já é a terceira maior do Congresso. Quanto à representação, estes políticos já monitoram em torno de 368 projetos que tramitam na Câmara e no Senado, a maioria diz respeito a direitos individuais, que não necessariamente são pautas de seus partidos, mas sim de suas crenças religiosas. Destes direitos individuais, se destacam os que tratam de temas como aborto, homossexualidade, direito penal etc.”

Sabemos que a democracia pressupõe a convivência entre diversas perspectivas e pontos de vista e a liberdade de expressão é uma garantia constitucional. No entanto, o direito à liberdade de expressão é garantido desde que essa liberdade não venha a ferir e agredir outros grupos e pessoas. Não se pode valer de liberdade de expressão para caluniar, mentir e propagar informações falsas que atinjam outras pessoas e/ou grupos.

A entrada de grupos religiosos - ligados tanto às igrejas evangélicas quanto católicas - na arena política brasileira também está relacionada a um projeto de moldar as decisões políticas do país de acordo com a moral cristã e os preceitos bíblicos. Apesar de no Brasil esse movimento partir majoritariamente de setores ligados às igrejas evangélicas neopentecostais, a Igreja Católica também vem historicamente se

posicionando de maneira contrária às pautas feministas e da população LGBTI+. Sobre este assunto, gostaria de apontar, ainda que de maneira breve, o contexto mais amplo em que se iniciou e se desenvolveu a nível internacional, uma onda de ataques de setores conservadores da sociedade ao debate sobre diversidade sexual e de gênero. Corrêa (2018) nos ajuda a compreender como historicamente se iniciou esse posicionamento anti-gênero da Igreja Católica, e destaca que:

“Espelhando o escopo milenar de presença e ação da Igreja Católica, a cruzada contra o gênero foi, desde sempre, transnacional. Gestada nas altas esferas das arenas intergovernamentais e da elaboração teológica, ela hoje se manifesta em todo mundo, mas com especial intensidade na Europa e na América Latina.” (CORRÊA, 2018, p. 12)

A autora escreve sobre o momento em que se iniciaram os ataques anti-gênero a nível internacional e traz um relato enquanto feminista, professora, pesquisadora e testemunha ocular desse processo, pois foi participante ativa da Conferência Mundial de Mulheres em Pequim (1995) e também da Conferência Eco-92 no Rio de Janeiro, que ela aponta como os momentos em que se iniciaram os ataques ao gênero a nível internacional. Ao descrever este contexto, Correa aponta que:

“Ao chegar em Nova Iorque, contudo, a primeira coisa que me disseram é que gênero estava entre colchetes: ou seja já não era mais uma definição consensual. Fui informada que os debates estavam paralisados porque as/os diplomatas que coordenavam as negociações não estavam preparadas/os para os acirrados embates que haviam proliferado em torno a terminologia de gênero e outros temas polêmicos. Numa das salas de trabalho, assisti um delegado do Sudão exigir, vigorosamente, o “colcheteamento” da palavra e ser apoiado por outros países islâmicos, sem que a coordenadora da sessão conseguisse conter seu longo e agressivo discurso. Nessa cena, as mãos nem tão invisíveis do Vaticano eram detectáveis, pois embora a Santa Sé não tenha se manifestado, as delegações de Honduras, Nicarágua e El Salvador, seus aliados fieis, apoiaram a posição sudanesa. Essa tensão inesperada em torno a gênero também parecia confirmar que, tal como suspeitávamos, estava em curso uma inédita e preocupante aproximação entre o Vaticano e os estados islâmicos.” (CORRÊA, 2018, p. 5)

Corrêa (2018) também aponta que em 1999 e 2000, nos processos de revisão da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas e da IV Conferência Mundial de Mulheres a questão de gênero foi frontalmente atacada do começo até o fim das negociações: “Sempre que o termo surgia no debate, questões eram levantadas quanto ao seu significado e as delegações mais diversas pediam sua eliminação dizendo que ele remetia a homossexualidade, pedofilia e outras “perversões sexuais.” (CORRÊA, 2018, p. 10)

Um dos documentos que expressa o pensamento do Vaticano com relação à essa questão é a “Carta dos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração dos Homens e das Mulheres na Igreja e no Mundo (2004)”. No referido documento, nota-se um forte incômodo e uma forte crítica ao fato de existirem outras formas de sexualidade e outras configurações de família para além do padrão heterossexual, o que segundo consta no trecho abaixo retirado do próprio documento, representaria um problema a ser combatido:

“I. O PROBLEMA

2. Nestes últimos anos têm-se delineado novas tendências na abordagem do tema da mulher. Uma primeira tendência sublinha fortemente a condição de subordinação da mulher, procurando criar uma atitude de contestação. A mulher, para ser ela mesma, apresenta-se como antagônica do homem. Aos abusos de poder, responde com uma estratégia de busca do poder. Um tal processo leva a uma rivalidade entre os sexos, onde a identidade e o papel de um são assumidos em prejuízo do outro, com a consequência de introduzir na antropologia uma perniciososa confusão, que tem o seu revés mais imediato e nefasto na estrutura da família. Uma segunda tendência emerge no sulco da primeira. Para evitar qualquer supremacia de um ou de outro sexo, tende-se a eliminar as suas diferenças, considerando-as simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural. Neste nivelamento, a diferença corpórea, chamada *sexo*, é minimizada, ao passo que a dimensão estritamente cultural, chamada *género*, é sublinhada ao máximo e considerada primária. O obscurecimento da diferença ou dualidade dos sexos é grávido de enormes consequências a diversos níveis. Uma tal antropologia, que entendia favorecer perspectivas igualitárias para a mulher, libertando-a de todo o determinismo biológico, acabou de facto por inspirar ideologias que promovem, por exemplo, o questionamento da família, por sua índole natural bi-parental, ou seja, composta de pai e de mãe, a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimórfica.”²³

No Brasil, um dos episódios que representa a materialização desta investida anti-gênero foi a forte crítica advinda de setores conservadores e religiosos contra o “Projeto Escola Sem Homofobia”. Conforme nos explica Leite (2014, p. 176):

“O Projeto foi fruto de uma emenda parlamentar proposta pela Deputada Fátima Bezerra (PT-RN), em 2007, a partir de políticas dá ABGLT no Congresso Nacional. Em sua fase final de aprovação pelo MEC, foi suspenso publicamente pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2011, após forte pressão de setores religiosos do Congresso Nacional.”

A criação do Projeto Escola Sem Homofobia está relacionada ao Plano de Implementação do Programa Brasil Sem Homofobia, que recomenda em seu

²³https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html

componente V:

“O Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” – o fomento e apoio a cursos de formação inicial e continuada de professoras/es na área da sexualidade; formação de equipes multidisciplinares para avaliar os livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana.”²⁴

O “Caderno Escola Sem Homofobia”, que faz parte do Projeto Escola Sem Homofobia e seria distribuído nas escolas continha um riquíssimo e necessário material sobre educação sexual e sobre a questão da homofobia enquanto um problema que afeta muitas crianças e adolescentes em diversas escolas em todo país e no mundo que tem sido denominado de bullying homofóbico²⁵. Conforme consta no “Caderno Escola sem Homofobia”:

“Fica assim explícito o entendimento do governo brasileiro de que a escola atua como um dos principais agentes responsáveis pela produção, reprodução e naturalização da homofobia, não apenas no que se refere aos conteúdos disciplinares, mas também às interações cotidianas que ocorrem em seu interior e que são extensivas, também, ao ambiente doméstico. Nesse aspecto, a homofobia reflete a mesma lógica violenta de outras formas de inferiorização, como o racismo e o sexismo, cujo objetivo é sempre o de desumanizar o outro.”

Souza, Silva e Faro (2015) realizaram um estudo descritivo e quantitativo como método survey, onde participaram 808 jovens com idade média de 14,9 anos oriundos de escolas estaduais de Aracaju-SE. Foi constatado que “a presença de conteúdo homofóbico no bullying verbal foi a segunda forma mais recorrente entre os participantes do sexo masculino (20%).” Infelizmente, a LGBTIfobia é uma realidade

²⁴“Caderno Escola Sem Homofobia”. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5g_gvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf. Acesso em 30 de junho de 2021.

²⁵ “No ambiente científico um tipo particular de violência escolar vem ganhando visibilidade e o que antes era compreendido como “brincadeira” hoje recebe o título de bullying – termo inglês, mas adotado e já difundido na literatura nacional. Como pontos principais, esse fenômeno pode ser caracterizado pelas ações repetitivas de abuso (físico, verbal, material ou exclusão social) na relação desigual de poder entre pares, produzindo sofrimento para aquele que é alvo da agressão. Ainda que tenha se tornado comum o seu estudo no âmbito escolar, vale ressaltar que não se trata apenas de um problema educacional, mas, principalmente, social e de saúde, uma vez que afeta diretamente a qualidade de vida e o bem-estar dos alunos.” (SOUZA, SILVA e FARO, 2015, p. 290). “O bullying homofóbico pode ser caracterizado por comportamentos associados ao bullying no geral (e.g. agressões físicas, verbais, sexuais), mas revestidos de teor homofóbico.” (ANTÓNIO et. al., 2012).

nas escolas brasileiras, trazendo consequências imensuráveis na vida de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, ações como o Projeto Escola Sem Homofobia contribuiriam muito para o enfrentamento deste problema. No entanto, a conjuntura que vem há anos se formando no Brasil, de avanço do conservadorismo e das pautas da extrema-direita, impede que avancemos em direção a uma sociedade mais consciente da gravidade que possui o problema da LGBTI+fobia no Brasil. Conforme apontam Franco e Maranhão (2020, p. 138):

“A retirada do debate público de gênero e sexualidade das escolas reedita um velho e central problema de gênero: o de manter no domínio do privado aquilo que se quer controlar, subalternizar, invisibilizar ou excluir, como foi o caso das mulheres por muito tempo.” (FRANCO e MARANHÃO, 2020, p. 138)

Leite (2014) destaca que um dos aspectos singulares deste Projeto é a multiplicidade de atores envolvidos em sua trajetória e construção, dentre eles o movimento LGBTI+, diversos ativistas e organizações não-governamentais, profissionais da área de educação, o próprio Ministério da Educação (MEC). Com relação à polêmica em torno do Projeto Escola Sem Homofobia, a autora aponta que:

“O ESH promoveu forte polêmica em todo o país, amplamente divulgada pela mídia. Articulou-se um pânico moral em torno do projeto, que esteve envolto na ideia de que o estado estaria financiando “desvirtuamento das crianças”. No ano de 2011, o projeto, denominado por seus opositores de “Kit Gay”, esteve no centro de um grande conflito.”

O fato do Projeto ter sido suspenso antes mesmo de seu lançamento, demonstra o quão complexo é o terreno dos direitos e políticas sexuais no Brasil, um campo que congrega avanços, retrocessos e intensos embates político-ideológicos entre diversos atores sociais. Além disso, é um reflexo de uma conjuntura amplamente afetada pelo avanço de fenômenos como o conservadorismo, o fundamentalismo religioso e o pânico anti-gênero.

No Brasil, esses setores conservadores se utilizam do princípio constitucional da liberdade de expressão, para justificar a disseminação da LGBTI+fobia que cotidianamente praticam. Não é incomum ver no Brasil, pastores e parlamentares evangélicos proferirem palavras de ódio e repúdio às pessoas LGBTI+, dizendo que são abominações. E ao fazerem, destroem vidas e histórias.

Apesar de não se pretender esmiuçar os detalhes do momento extremamente

complexo que o Brasil e o mundo vivenciam hoje, é imperioso apontar aqui o cenário no qual ocorreu a atual pesquisa. O mundo vive hoje um contexto extremamente peculiar e um momento que é difícil de expressar em palavras, mas que é necessário apontar aqui. Em dezembro de 2019, foi descoberto na cidade de Wuhan, na China, um vírus denominado novo coronavírus (SARS-CoV-2)²⁶. A COVID-19, doença provocada pelo novo coronavírus, se espalhou muito rapidamente pelo mundo e milhares de pessoas vieram a adoecer, com registro de casos de internação e óbito. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia da COVID-19.

O mundo conta com a triste marca de 213 milhões de pessoas que contraíram a COVID-19 e mais de 4 milhões de óbitos em decorrência da doença.²⁷ No Brasil, infelizmente o cenário é aterrador. O país enfrenta a pior crise sanitária de sua história. Atualmente se tem registro de mais de 20 milhões de casos de COVID-19 e mais de 589.000 óbitos decorrentes da COVID-19, sem contar a grande subnotificação no registro de casos e óbitos apontada por especialistas da área da saúde. O Brasil ocupa o 3º lugar na tabela mundial de casos e mortes por coronavírus, depois dos Estados Unidos e da Índia.

Com o avanço da doença, diversos países começaram a adotar medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde para frear a transmissão comunitária. Dentre essas medidas, as principais são: o isolamento social, o distanciamento social e a quarentena. A pandemia da COVID-19 modificou profundamente a forma de se conviver em sociedade, trazendo a necessidade de um distanciamento obrigatório entre as pessoas. Depois de um ano de pesquisas, cientistas conseguiram criar vacinas contra a COVID-19 que vem sendo aplicadas em todos os países do mundo, no entanto, o surgimento de variantes do novo coronavírus ainda representa um desafio e a pandemia principalmente no Brasil ainda é uma realidade.

No Brasil, a conjuntura política agravou ainda mais a gravidade da situação. O negacionismo do presidente Jair Messias Bolsonaro com relação à gravidade da doença, a postura de ataque à ciência, a disseminação de notícias falsas sobre o vírus, a demora e a omissão na compra de vacinas para a COVID-19, acompanhados de um avanço significativo da extrema direita aliada ao governo brasileiro, trouxe uma conjuntura desoladora e uma crise sem precedentes em todas as áreas, social, saúde, emprego,

²⁶ <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/covid-19-ponto-a-ponto-do-novo-coronavirus/>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

²⁷ <https://ourworldindata.org/coronavirus-data>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

moradia, economia, cultura, dentre outras. Conforme aponta Lacerda (2020, p. 201):

“Num naufrágio de proporções seculares, entre mortos e feridos, o Governo Federal concentrou-se menos nos falecimentos e nas contaminações e mais na falência da economia, através de discursos mistificadores e irracionais, contrapondo-se ao isolamento social. O sarcasmo frente ao sofrimento alheio e a minimização dos efeitos das mortes pela pandemia se objetivam numa instabilidade do Ministério da Saúde e na propaganda de caráter obsessivo por um medicamento que não possui eficácia comprovada e reconhecimento médico e científico.”

Conforme destaca Almeida (2020, p.721): “O contexto em que vivemos é completamente atravessado por diferentes manifestações de neoconservadorismo.” Almeida (2020) aponta que este neoconservadorismo presente no Brasil tem relação com um contexto mais amplo crise capitalista e aos efeitos do colonialismo e do extermínio e escravização dos povos tradicionais e dos povos africanos. O autor utiliza o uso do prefixo “neo”, justificando que existem novos elementos nesse conservadorismo atual, e um deles seria a ascensão, no Brasil e em vários países, da ultradireita ao poder.

A vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018 aprofundou ainda mais essa onda conservadora e extremista que já vinha se desenvolvendo na política brasileira. Vejamos o que Corrêa (2019, p.2) aponta em um ensaio publicado na página do Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch – SPW) intitulado de “Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita?”:

“Política é razão e afeto. Por isto, escrever sobre o que ocorreu nas eleições brasileiras de 2018 é tarefa dolorosa. Tendo observado no país por tantos anos a maturação de políticas cada vez mais conservadoras sobre aborto, sexualidade e gênero, não fiquei exatamente surpresa com o resultado. Contudo, a materialização durante o processo eleitoral de múltiplas formações de direita ativas e raivosas, as cenas de comemoração pós-vitória e o conteúdo dos discursos do candidato presidencial eleito me lançaram numa terra desconhecida.”²⁸

Como falamos anteriormente, já há muitos anos há um avanço da agenda conservadora no país, a partir principalmente da ascensão ao poder de grupos ligados à setores religiosos que vem se colocando contrários às pautas do movimento LGBTI+ e de diversos movimentos sociais. Acrescido a isso, tem-se o desenvolvimento do que Almeida (2020) conceitua como “neoliberalismo confessional”, que consiste na

²⁸ Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/eleicoes-presidenciais-brasileiras-em-2018-a-catastrofe-perfeita/9008/catastrofe-perfeita-mesclado>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

“agudização da vinculação tática do neoliberalismo às instituições e discursos de origem religiosa e/ou moralizadoras, notadamente de origem cristã.” Nesse sentido, este avanço do autoritarismo e da extrema direita pode ser vista também como uma reação à uma série de avanços que ocorreram na sociedade brasileira, como o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade feminina e o avanço de pautas do movimento LGBTI+. (ALMEIDA, 2020)

Apesar de todos os avanços que ocorreram com relação às políticas e direitos LGBTI+ no Brasil, os quais foram apontados neste capítulo, vivemos tempos extremamente desfavoráveis ao avanço da pauta LGBTI+ e ao avanço da ciência, de uma maneira geral:

Os retrocessos no campo dos direitos sexuais se fortaleceram com a ascensão do governo ultraconservador, que recorrentemente propaga um discurso nacionalista calcado no fundamentalismo religioso, através da instauração de um projeto autoritário sustentado por uma milícia digital. Desde o golpe jurídico parlamentar, observamos a intensificação das medidas de austeridade, do célere desmonte dos direitos sociais, da contrarreforma trabalhista e previdenciária, do congelamento dos gastos públicos, da perseguição às universidades públicas e do sucateamento e privatização das políticas da saúde, assistência e educação. (LACERDA, 2020, p. 202)

Entretanto, mesmo nesse cenário de tamanha complexidade é preciso continuar a pesquisar, investigar, compreender e analisar os problemas que ocorrem na sociedade e que tem afetado diretamente a vida de milhares de pessoas LGBTI+ em todo o planeta.

Esses retrocessos desembocam em violências praticadas cotidianamente contra a população LGBTI+ como forma de perpetuar e reproduzir o conservadorismo e propagar o ódio à tudo o que é diferente da norma. Um dos efeitos disso é a LGBTIfobia que ocorre dentro das casas e ambientes familiares desta população, um problema que tem raízes profundas e complexas e que necessita ser investigado com mais atenção.

No próximo capítulo procuro abordar as possíveis origens e bases da lesbofobia familiar, este tipo específico de violência que afeta muitas lésbicas ao redor do mundo. À luz da bibliografia existente sobre o tema busco apontar algumas das consequências e impactos deste grave problema na vivência das pessoas que enfrentam situações de LGBTIfobia no âmbito familiar, com destaque para a realidade das lésbicas. No capítulo 3 também abordo o conceito de famílias, a mudança que ocorreram nas configurações familiares ao longo do tempo, a diversidade de famílias existentes no momento atual. Além disso, busco dissertar sobre a relação histórica entre famílias e proteção social, e

como a questão da lesbofobia familiar coloca obstáculos para a efetivação da proteção social advinda das famílias, fazendo com que muitas vezes, as lésbicas que passam por esse problema tenham que buscar apoio e proteção social em outros espaços que não o de seus lares.

CAPÍTULO 3 – Lesbofobia familiar: notas preliminares

Antes de abordar o tema da lesbofobia familiar especificamente gostaria de fazer alguns apontamentos sobre o conceito de famílias no intuito de buscarmos compreender minimamente o papel desta instituição tão importante na sociedade e que vem sendo alvo de muitos estudos e pesquisas na área de ciências humanas e sociais e muitas outras.

Além disso, gostaria de apresentar algumas reflexões sobre como a compreensão de famílias foi se modificando ao longo dos anos, além de abordar a relação direta que há na sociedade entre as famílias e o controle sobre a sexualidade das pessoas, controle que adquire contornos específicos e se apresenta de maneira ainda mais intensa sobre as pessoas LGBTI+, e de forma bastante peculiar sobre as lésbicas, como veremos no decorrer deste trabalho.

Apesar de virem crescendo cada vez mais as análises acerca de famílias, ainda não há uma grande quantidade de trabalhos relacionando famílias e lesbianidade. Para analisar como o problema da lesbofobia familiar se manifesta, é necessário compreender o conceito de famílias, as transformações sociais e culturais que incidiram sobre as configurações familiares, e também entender a maneira como as famílias muitas vezes atuam como fonte de controle da sexualidade das mulheres e como uma instituição reprodutora e mantenedora da heteronormatividade.

Na primeira parte deste capítulo apresento alguns apontamentos sobre famílias e as transformações históricas que vem ocorrendo no entendimento do que a família representa, além de destacar a diversidade de modelos familiares existentes na sociedade. Neste primeiro tópico também falo sobre a relação história entre famílias e proteção social.

Em um segundo momento, apresento o conceito de lesbofobia familiar, suas particularidades e especificidades, os impactos dessa violência para as pessoas que a vivenciam, e apresento uma revisão bibliográfica sobre a temática.²⁹

²⁹ É importante explicitar que não foi encontrado nenhuma bibliografia que verse especificamente sobre a lesbofobia familiar, dessa forma, a revisão bibliográfica foi realizada com estudos que falam sobre a temática da homofobia ou LGBTIfobia familiar, ou seja, tratam do tema de forma mais ampla.

3.1 Apontamentos sobre famílias: histórico e transformações ao longo do tempo

Antes de aprofundar a análise nas particularidades e especificidades da lesbofobia familiar gostaria de fazer alguns apontamentos sobre a questão de famílias. Em primeiro lugar é importante destacar que a família não é uma instituição estática e sim uma construção social e histórica que foi se modificando e adquirindo novas configurações com o decorrer do tempo. De acordo com Freitas (2000, p. 8), a família pode ser compreendida:

“Enquanto um processo de articulação de diferentes trajetórias de vida, que possuem um caminhar conjunto e a vivência de relações íntimas, um processo que se constrói a partir de várias relações, como classe, gênero, etnia e idade”.

A família também possui uma forte relação com a questão da proteção social. Na Idade Média, por exemplo, período em que a pobreza atingia fortemente grande parte da população medieval, as relações sociais “(...) eram fortemente baseadas em laços de solidariedade, na relação de proximidade e na família, resultando na criação de estruturas mínimas por parte da sociedade para lidar com as questões que rodeavam os “infortunados”. (MESQUITA E FREITAS, 2011, p. 4)

Já na Idade Moderna importantes transformações ocorrem na sociedade, mudanças advindas da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, a expansão do capitalismo e da propriedade privada, “a família é privatizada e sua função social é redefinida, sendo imediatamente conhecida como um núcleo.” (Ibid, p. 5)

Apesar da grande diversidade de configurações familiares que se apresentam na sociedade contemporânea - como as famílias dissidentes da heteronorma³⁰, as famílias monoparentais femininas³¹, as “famílias de escolha” formadas por laços afetivos que não necessariamente envolvem consanguinidade³² – historicamente ocorreu na sociedade ocidental a construção de um modelo padrão de família, que até os dias de hoje é visto por muitas pessoas e instituições como o único modelo de família aceito como legítimo, trata-se do modelo da família nuclear burguesa. Neste arranjo (apoiado nos papéis de gênero hegemonicamente aceitos na sociedade³³) o homem é tido como a autoridade maior da família, o mundo externo é compreendido como o espaço

³⁰ Cf. Grossi, Uziel e Mello, 2006.

³¹ Cf. Mesquita, 2010.

³² Cf. Roseneil, 2006.

³³ Sobre gênero, ver Scott (1990).

masculino, e o espaço da casa como pertencente às mulheres e filhos. Dessa forma, as relações interpessoais que perpassam as famílias acabaram ficando subsumidas à estrutura proposta por este arranjo que compreende a família enquanto formada por pai, mãe e filhos vivendo juntos em uma casa. Nesse contexto, juntamente com a consolidação deste modelo construído historicamente há uma aceitação implícita dos valores, regras, crenças e padrões emocionais que este modelo carrega, de forma que tudo que difere dessa estrutura é considerado uma família “desestruturada”. (SZYMANSKI, 1995)

Conforme aponta Szymanski (1995, p. 24):

“Com o surgimento da escola, da privacidade, a preocupação de igualdade entre os filhos, a manutenção das crianças juntos aos pais e o sentimento de família valorizado pelas instituições (principalmente Igreja), no início do século XVIII, começa a delinear-se a família nuclear burguesa.”

Existem diversas instituições sociais que vem há muitos anos atuando no sentido de manter e preservar o modelo de família nuclear burguesa e uma das principais dessas instituições é a Igreja, que através da religião reproduz este modelo e atua no sentido de preservá-lo. No entanto, não foi sempre assim. Como apontam Narvaz e Kooler (2005, p. 3):

“No início da história da humanidade, tinham tamanho corporal equivalente, não havendo uma divisão rígida entre papéis sexuais e nem mesmo entre papéis sociais. As comunidades eram coletivistas, tribais, nômades e igualitárias. Todos os membros destas comunidades envolviam-se com a coleta de frutas silvestres e de raízes, alimento dos quais sobreviviam, bem como cabia a todos os membros o cuidado das crianças do grupo. (...) As formas de agrupamento eram matrilineares, matrifocais e matrilocais, ou seja, os membros organizavam-se em grupos em torno da figura da fêmea-mãe-mulher.”

No que diz respeito à família ocidental, Piato et. al. (2013) destacam que até os séculos XVI e XVII praticamente não era possível delimitar a separação entre a estrutura social e a estrutura familiar, as famílias eram extensas, e pais e filhos conviviam com diversos parentes como uma grande comunidade:

A relação entre eles era norteada por uma hierarquia, já pré-estabelecida, em que o pai (mais velho) ocupava a posição mais alta e os demais papéis eram distribuídos de modo que permitisse a realização do trabalho que aquela família exerceria para sobrevivência. (PIATO et. al, 2013, p. 41)

Entretanto, a partir do século XVI, através da influência de religiosos, do

surgimento do sentimento de família e infância, da escolarização, da revolução industrial, dentre outros fatores, as características sociais da família passaram por diversas alterações. Diante disso, “as famílias começaram a se concentrar nas cidades para trabalharem nas fábricas, o que colaborou para que a família se dissociasse em arranjos menores compostos, em geral, pelos membros mais próximos como pais e filhos. Essa estruturação ficou conhecida por família nuclear.” (PIATO, 2013, p. 43) Como destacam Ponciano e Carneiro (2003, p. 60):

“O ‘sentimento de família’ nasceu simultaneamente com o “sentimento de infância”: com o objetivo de melhor cuidar de suas crianças, a família recolheu-se da rua, da praça, da vida coletiva, em que antes se encontrava, para a intimidade, fazendo desaparecer a antiga sociabilidade. Paulatinamente, através dos séculos, o valor social da linhagem transferiu-se para a família conjugal. Quando essa passagem se consolidou, a família tornou-se a “célula social”, a ‘base dos Estados””.

A configuração anterior de família extensa e baseada na linhagem é suprimida dando lugar a este modelo centrado na reunião de pais e filhos. (PONCIANO e CARNEIRO, 2003) Nesse contexto, é importante compreendermos que “o conceito comumente utilizado de família é oriundo de diversos aspectos sociais e culturais que se apresentam de maneiras diferentes sendo, portanto, instáveis e modificáveis ao longo do tempo, na medida em que os valores sociais também se modificam” (BORSA E NUNES, 2011, p. 31).

A defesa da família e do casamento heterossexual é algo datado no tempo e uma construção social e histórica, que está relacionada à constituição da Igreja enquanto um sujeito de Estado (SILVA, 2005). Conforme aponta Silva (2005, p. 37):

“Em um dado momento, obrigou-se a Igreja Católica a ter de apoiar o instituto do casamento, deixando em segundo plano a defesa da virgindade e da castidade, pois era nele que via a constituição da família estável, donde surgiam os homens que ajudariam a fortalecer a Igreja de Cristo e a principal base para a expansão da própria fé cristã que se constituía na meta principal do catolicismo.”³⁴

Esse processo de apropriação da Igreja sobre a questão do casamento e família também está relacionada à uma estratégia de controle social sobre os sujeitos através da religião, procurando moldar a sociedade ao que a Igreja entende como bons costumes. Na construção social deste modelo de família nuclear burguesa enraizado e reproduzido

³⁴ Em 1049 d.C ocorreu na França o Concílio de Reims, onde foi ressaltado que compete à Igreja pronunciar-se sobre o vínculo conjugal e todos os assuntos referentes à essa temática (SILVA, 2005)

na sociedade ocidental, foram atribuídos papéis diferenciados para homens e mulheres. Às mulheres, historicamente foi atribuído o papel de cuidadora do lar, mãe dedicada aos filhos e ao marido, enquanto que ao homem foi atribuído o espaço da rua, o espaço público, o trabalho fora de casa. Essa família também seria calcada na monogamia, na heterossexualidade e em um sistema patriarcal. Nesse modelo, o homem ocuparia então um lugar distante do contexto doméstico que seria destinado às suas esposas e filhos.

Tudo isso trouxe impactos até mesmo no processo de criação dos/as filhos/as, onde as mães normalmente ocupam um lugar mais presente e mais próximo das crianças, e a função dos pais fica muitas vezes reduzida ao aspecto da provisão financeira, sem participar ativamente e de perto do crescimento e criação das crianças. Nesse sentido, nos últimos anos vem crescendo o número de produções acadêmicas sobre a questão da paternidade e da importância dos pais participarem ativamente do processo de criação dos filhos, desmistificando a ideia de que o espaço do lar e da casa seria algo exclusivo da mulher. Como destacam Borsa e Nunes (2011, p. 33):

“(...) os estudos sobre a paternidade vêm considerando a relevância da relação paterna, apontando para a importância de conhecer e compreender o lugar de um pai mais atuante e participativo. Esses novos estudos vêm sendo incentivados por um crescimento da popularidade do papel paterno como figura importante no desenvolvimento infantil.”

As autoras citadas acima demonstram através de uma pesquisa que esse foco na maternidade em comparação com a paternidade se expressa até mesmo na quantidade de estudos e pesquisas, comprovando que a quantidade de artigos científicos sobre maternidade é até três vezes maior que os artigos que tratam sobre paternidade:

“Em que pese o crescente interesse pelo tema da paternidade, os estudos sobre maternidade ainda são mais numerosos. Tal fato pôde ser constatado em levantamento realizado, em maio de 2010, nas bases de dados online SciELO, Lilacs, Medline e PsycINFO, com os descritores “mãe/mother”, “maternidade/ motherhood”, “pai/father” e “paternidade/fatherhood”. (BORSA E NUNES, 2011, p. 33)

Apesar do modelo nuclear ter sido disseminado e reproduzido na sociedade como o único legítimo e aceitável é importante destacar que este padrão é oriundo de uma construção social e histórica marcada no tempo, pois a função de provedor atribuída ao pai e a glorificação da maternidade são relativamente recentes, reforçadas principalmente nos séculos XVIII e XIX. (BORSA E NUNES, 2011)

Ariès (1981, p. 226) aponta que a família assumiu um novo lugar na vida

sentimental dos séculos XVI e XVII. O autor destaca que “é significativo que nesta mesma época tenha ocorrido mudanças importantes na atitude da família para com a criança. A família transformou-se profundamente na medida em que se modificou suas relações internas com a criança.” A literatura científica tem apontado a existência de variadas formas de família. Conforme apontam Cavallieri et.al. (2017, p. 135):

“Na contemporaneidade, tem-se tornado cada vez mais visível a diversidade de configurações familiares possíveis, as quais ultrapassam o modelo mãe-pai-filho/a. Nesse contexto destacam-se as famílias chefiadas por mulheres, que, segundo o censo de 2010, compunham aproximadamente 40% dos domicílios brasileiros.”

Roseneil (2006) destaca que a partir do início do século XXI ocorrem processos de individuação que estão a colocar em questão a família nuclear e o casal heterossexual romântico, o que aponta para a existência de uma grande variedade de modos como as pessoas vivem fora da heteronorma. A tese central da autora aponta que para se compreender o atual estado e o provável futuro das relações pessoais, é necessário “desalojar a família e o casal heterossexual do lugar central que têm ocupado no nosso imaginário intelectual.” (ROSENEIL, 2006, p. 34) Além disso, Sasha Roseneil faz uma crítica à forma como a sociologia vem investigando a questão das famílias, destacando que “os investigadores continuam a produzir análises esmagadoramente centradas nas relações (sobretudo hetero-)sexuais de tipo monógamo, diádico, co-residente, e de que resultaram filhos, bem como nas transformações ocorridas no interior de tais relações.”

Nesse sentido, é importante compreendermos que o significado de famílias vai muito além da configuração heteronormativa que persiste na sociedade, de forma que para muitas pessoas as próprias relações de amizade são consideradas “família” ou “famílias de escolha”, algo que ocorre com frequência na vida das pessoas LGBTI+, conforme apontam diversos estudos e pesquisas sobre o tema. (WESTON, 1991; WEEKS, 1999; STACEY, 2002).

Conforme vem sendo falado no decorrer deste trabalho muitas lésbicas vivenciam situações de lesbofobia no interior de suas famílias, e por muitas vezes, quando a família biológica deixa de ser uma fonte de apoio, cuidado e proteção, são as redes de amizade que oferecem suporte para as pessoas que enfrentam esse tipo de discriminação. Conforme destaca Roseneil (2006, p. 36):

“A investigação sociológica e antropológica demonstra amplamente que a

amizade é especialmente importante para as lésbicas e os gays. O contexto em que umas e outros vivem as respectivas vidas pessoais é formado por redes de amigos, que desse modo lhes oferecem estabilidade emocional, companhia, prazer, e ajuda no plano prático. Por vezes alvo de rejeição, de objecção e de exclusão pelas respectivas famílias de origem, lésbicas e gays constroem e mantêm vidas que correm o seu curso fora do quadro da família nuclear heterossexual, estribando a sua segurança emocional e o seu quotidiano nos respectivos grupos de amigos. ”

Para melhor compreensão acerca da violência homofóbica familiar é necessário analisar como, historicamente, a sexualidade se tornou alvo do controle e vigilância por parte da sociedade e das famílias³⁵. Foucault (1988) destaca que a partir do século XVII inicia-se nas sociedades ocidentais um processo de regulação sobre a sexualidade. Nesse processo:

“A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio.” (FOUCAULT, 1988, p. 9)

Para Foucault (1988), a sexualidade seria um dispositivo e um terreno de intensificação dos prazeres e reforço dos controles e das resistências. Depreende-se então que esse dispositivo de sexualidade baseado em relações de poder construídas socialmente e historicamente permite que pais, mães, irmãos e outros familiares exerçam controle sobre seus parentes, sejam eles gays, lésbicas, transexuais ou indivíduos com qualquer outra sexualidade dissidente, pressionando para que eles ou elas venham a se adequar ao padrão heterossexual. Nesse sentido:

“A família atua como um dispositivo de reprodução e reiteração da norma e da repetição das formas de discriminação e violência que podem ser visualizadas em contextos mais amplos da sociedade em geral” (BRANDÃO, PERUCCI & VIEIRA, 2014, p. 69).

No caso das lésbicas esse processo ganha contornos particulares na medida em que a sociedade atribui à todas as mulheres determinados padrões de comportamentos. O principal desses padrões consiste na ideia de que toda mulher deve se amoldar ao modelo heterossexual e ser uma “boa esposa” e uma “boa mãe”. (BADINTER, 1986)

Os estudos e pesquisas científicas sobre famílias vem crescendo e se ampliando e nesse contexto abre-se espaço para que diversas situações que ocorrem no interior das

³⁵ Cf. Elias (1994).

famílias possam ser analisadas e compreendidas com mais profundidade, como é caso da violência familiar, nosso próximo tópico.

3.2 A Lesbofobia familiar e suas especificidades

Existem muitos trabalhos que abordam os diversos tipos de violência que ocorrem no contexto familiar, por exemplo, sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, a violência contra a criança e o adolescente, violência contra os idosos, dentre outras. No entanto, acredito que ainda existem poucos estudos sobre a LGBTIfobia familiar, violência que tem sido parte da vida de muitas pessoas LGBTI+ no Brasil. Com relação ao tema específico desta tese, que é a lesbofobia familiar, a quantidade de trabalhos é ainda menor³⁶.

Antes de falar especificamente sobre o conceito de lesbofobia gostaria de abordar brevemente a questão da homofobia, em um enfoque mais geral. A homofobia pode ser conceituada como um sentimento de ódio, discriminação e preconceito com relação a pessoas com orientação sexual dissidente à heterossexual. Como destacam Lionço & Diniz (2008, p.312): “Homofobia define-se como uma manifestação perversa e arbitrária da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos do masculino e do feminino.” Dessa maneira, “são vítimas da homofobia lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e todos aqueles que não se adequam à norma linear fêmea/feminina/mulher/heterossexual ou macho/masculino/homem/ heterossexual.” (TOLEDO e FILHO, 2013, p. 377)

Uma das peculiaridades da homofobia é que a manifestação desse tipo de violência desnuda o caráter heteronormativo e heterocêntrico da sociedade ocidental. Uma das bases da homofobia seria a errônea compreensão de que a heterossexualidade seria uma orientação sexual superior à todas as outras formas de se expressar a sexualidade humana. Infelizmente a homofobia é um problema recorrente na sociedade brasileira. De acordo com Junqueira (2009, p.373) a homofobia representa um “fator de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos.” E é justamente para essa questão que este trabalho busca chamar a atenção, para o fato de que sem segurança, sem respeito aos direitos de todos independente da orientação sexual ou quaisquer outros fatores, não é possível se

³⁶ Toledo e Filho, 2013; Borges, 2009.

viver a cidadania de maneira plena.

A homofobia se esparrama pela sociedade e se manifesta nas microesferas do cotidiano das pessoas homossexuais, de modo que esta violência:

“é cotidiana e compartilhada por diversos atores sociais, está no meio familiar, institucional, político e social, está nas piadas que ridicularizam os sujeitos que se afastam da norma heterossexual, nas violências mais brutais, como no desejo de exterminar o diferente. Por essas, e outras razões que é imprescindível questionar a homofobia enquanto normalizadora de comportamentos e de construções ideológicas.” (PEDROSO, 2020: p.108)

Com relação à discriminação direcionada às lésbicas especificamente esta vem sendo denominada de lesbofobia, conceito com o qual gostaria de trabalhar mais detalhadamente neste momento. A lesbofobia pode ser definida como um conjunto de comportamentos e atitudes que expressam desprezo, indiferença, preconceito e discriminação com relação à lesbianidade e às lésbicas. A lesbofobia opera de maneira complexa e pode se manifestar de diversas formas. Muitas vezes, falas e atitudes que para o senso comum podem ser consideradas “normais” na verdade podem estar carregadas de discriminação e podem ter impactos e consequências negativas na vida das pessoas que são alvos dessas palavras e atitudes. Borrillo (2016, p.27) destaca que “A lesbofobia constitui uma especificidade no âmago de outra: com efeito, a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula às discriminações contra o gênero e contra a sexualidade.”

Muitas vezes, a lesbofobia está por trás daquela fatídica frase que muitas lésbicas já ouviram ao expor sua orientação sexual: “isso vai passar, é só uma fase”, palavras que deslegitimam a lesbianidade, como se fosse apenas um momento de devaneio ou uma fase em comparação com a heterossexualidade. Da mesma forma, a lesbofobia pode aparecer expressa em frases como: “você só é lésbica porque ainda não conheceu o homem certo.” Acredito que que a maioria desses discursos, atitudes e pensamentos lesbofóbicos que infelizmente são reproduzidos cotidianamente na nossa sociedade demonstram uma questão central: a imposição da heterossexualidade como uma norma obrigatória, de caráter compulsório, dando a errônea ideia de que todas as sexualidades que dissidem dessa norma devem ser desconsideradas, deslegitimadas, reprimidas e punidas.

Por outras vezes, a lesbofobia pode se expressar de maneira mais cruel, por exemplo quando pessoas são expulsas de suas casas e do convívio familiar

simplesmente por serem lésbicas. Ou ainda de maneira mais atroz, através dos “estupros corretivos” que muitas vezes ocorrem dentro do próprio lar. Costa (2021, p. 59) aponta que há uma relação direta entre a heterossexualidade compulsória e o estupro corretivo:

“Concomitantemente, verifica-se que o estupro corretivo é uma maneira, ainda que delituosa, para garantir a manutenção de um sistema patriarcal, em virtude da sua correlação com gênero e orientação sexual. O interesse, predominantemente masculino, em subverter mulheres não-heterossexuais a parâmetros heteronormativos evidencia o estupro como instrumento de dominação e de universalização do padrão heterossexual.”

Para compreender como a lesbofobia familiar opera é preciso analisar a relação histórica entre famílias e sexualidade para posteriormente entendermos a relação entre famílias e a sexualidade lésbica especificamente. Ao falar sobre a história da sexualidade e sobre a construção desse dispositivo da sexualidade, Foucault aponta a existência de um controle sobre a sexualidade das mulheres na família “burguesa”, como já foi realçado:

Pode-se dizer o mesmo da família como instância de controle e ponto de saturação sexual: foi na família "burguesa", ou "aristocrática", que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada em primeiro lugar para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção. (FOUCAULT, 1988, p. 113)

O autor ainda aponta que a mulher foi a primeira personagem investida pelo dispositivo da sexualidade:

“A personagem investida em primeiro lugar pelo dispositivo de sexualidade, uma das primeiras a ser "sexualizada" foi, não devemos esquecer, a mulher "ociosa", nos limites do "mundo" — onde sempre deveria figurar como valor — e da família, onde lhe atribuíam novo rol de obrigações conjugais e parentais: assim apareceu a mulher "nervosa", sofrendo de "vapores"; foi aí que a histerização da mulher encontrou seu ponto de fixação. Foi ela o primeiro lugar de psiquiatrização do sexo. Foi quem entrou, antes de todas, em eretismo sexual, dando-se a medos, inventando receitas, pedindo o socorro das técnicas científicas, suscitando, para repeti-los para si mesma, discursos inumeráveis. A burguesia começou considerando que o seu próprio sexo era coisa importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável.” (FOUCAULT, 1988, p. 113)

Conforme destacam Toledo e Filho (2013, p. 379):

“Especialmente a partir do início do século XIX, esse dispositivo passou a

atuar pela inventividade e produção de métodos e procedimentos de controle, com o aparecimento das tecnologias médicas de sexo, veiculando, estrategicamente, rituais, tradições e modelos em nome da saúde, da felicidade e da produtividade.”

Trata-se de um movimento no sentido de estabelecer um controle sobre os corpos das mulheres. Além de operar sobre as mulheres, esse controle advindo da família também começou a ser exercido sobre todos aqueles que são dissidentes da norma heterossexual reproduzida e perpetuada entre diversas gerações no contexto familiar:

“Considerada uma anormalidade e degenerescência, a chamada “inversão” ou o chamado “homossexualismo” passou, conjuntamente com outros “desvios” do modelo economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo, a ser controlado pelo Estado e sua comparte, a família.” (TOLEDO E FILHO, 2013, p. 379)

Ao buscarmos compreender como essa questão do controle das famílias sobre a sexualidade das mulheres, e especificamente das lésbicas, o objetivo é compreender qual a relação entre esse controle e a lesbofobia que ocorre nas famílias. Analisar esse tema significa chamar a atenção para um problema que traz uma série de impactos e consequências para a vida das pessoas LGBTI+ mundo à fora. No caso da lesbofobia familiar, ao se posicionarem muitas vezes como vigilantes da sexualidade, familiares e parentes se sentem autorizados a julgar o modo como suas filhas, irmãs, primas, sobrinhas, etc., vivenciam a sexualidade e o erotismo. (TOLEDO E FILHO, 2013)

A análise da lesbofobia familiar nos impele a refletir e procurar compreender as diversas estruturas de poder presentes nas dinâmicas familiares e nos leva a perceber como a família muitas vezes opera como uma instituição reprodutora, protetora e mantenedora da ideia da heterossexualidade como algo compulsório e obrigatório na vida das mulheres.

Nos anos 1980, Adrienne Rich já apontava a família nuclear, a maternidade e a heterossexualidade compulsória como as instituições através das quais as mulheres são controladas, e destaca que a autonomia das mulheres representaria uma ameaça à essas instituições:

“As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura.” (RICH, 1980, p. 19)

A manifestação da lesbianidade se relaciona com a desconstrução do paradigma da heterossexualidade obrigatória. Nesta via da heterossexualidade compulsória, “a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível.” (RICH, 2010, p. 21)

Toledo e Filho (2013) apontam que na procura por uma maior liberdade e autonomia com relação à expressão de suas sexualidades, muitas lésbicas acabam saindo da casa dos familiares, indo estudar em outras cidades, morando sozinhas, e esse processo evidenciaria o fato de essas mulheres vivenciarem uma sexualidade dissidente da norma heterossexual fez que com que elas não se submetessem “aos padrões de opressão estabelecidos ao feminino”:

Tal modo de lidar com a homofobia familiar as empoderou para se desvincilharem das obrigações atribuídas ao feminino heteronormativizado, tais como a obediência aos pais, sobretudo ao pai, e aos laços familiares burgueses, como podemos observar no excerto da narrativa que se segue: “[...] e o clima pesou de novo. ‘Você pensa que você é quem, você tá na nossa casa. Você tem que respeitar. Não pode trazer esse tipo de gente aqui. O que está acontecendo?’. E o meu pai: ‘Você tá ouvindo o que eu tô falando? Você fica andando com esse tipo de gente. Você não era assim. Depois que você começou a conviver com esse tipo de gente, você começou a ficar desse jeito’. De responder, de ser mal-educada em casa. Aí eu falei: ‘Então tá, vou sair de casa, a partir de amanhã eu não venho mais nessa casa’ (Narrativa de Júlia, 19 anos (TOLEDO, 2013, pp. 227-228)

Como vimos anteriormente, existe um tipo de discriminação e violência direcionados especificamente às lésbicas e que vem sendo conceituado na literatura existente como lesbofobia. Apesar de utilizarmos muitas vezes o termo homofobia, é importante destacar que este trabalho busca analisar a violência e discriminação que as lésbicas enfrentam no âmbito familiar e procurar apontar algumas das especificidades e particularidades deste fenômeno que denomino de lesbofobia familiar.

Diante disso, procuro analisar a questão da lesbofobia familiar à luz de pesquisas, livros, estudos, artigos que vem sendo construídos sobre a temática, e por conta da quase ausência de estudos que versam especificamente sobre a lesbofobia familiar, ao me referir a esses estudos por algumas vezes utilizarei o termo LGBTIfobia familiar ou homofobia familiar para se referir à questão de maneira mais ampla, e por outras vezes utilizarei o termo lesbofobia familiar para abordar a questão de maneira mais específica.

É importante destacar que muitas vezes, as primeiras experiências que as

lésbicas têm com a questão da lesbofobia acontecem no interior da família. É no ambiente familiar que as lésbicas – e as pessoas LGBTI+ em geral – experimentam a discriminação por conta de suas sexualidades.

Em seu livro “Ties that blind: familial homophobia and its consequences”, a autora norte-americana Sarah Schulman (2009) apresenta o conceito de “homofobia familiar” e aponta como e por que os sistemas de homofobia familiar operam. A autora destaca a importância de se construir estratégias de intervenção para combater a homofobia nas famílias, pois sem uma rede de apoio e uma intervenção compassiva, esse tipo de discriminação pode se tornar algo muito doloroso e determinante na vida da pessoa que vivenciou essa homofobia. A autora destaca que:

“Devido à natureza invertida do comportamento dominante, as pessoas gays estão sendo punidas no interior da estrutura familiar, mesmo que nunca tenhamos feito nada de errado. Essa punição tem consequências dramáticas tanto nas nossas experiências sociais quanto em nossas relações de maior confiança, as relações afetivo-sexuais.” (SCHULMAN, 2009, p. 70)³⁷

A existência deste fenômeno expõe a complexidade que há no enfrentamento da LGBTIfobia, pois apesar de haver avanços no reconhecimento da existência do problema, quando notamos que até mesmo as casas e ambientes familiares dessas pessoas muitas vezes têm representado um lugar de rejeição, punição e não-aceitação, o que gera consequências graves na saúde mental e física das pessoas que vivenciam a LGBTIfobia familiar.

Para Schulman (2010) a homofobia familiar faz parte de uma ampla crise cultural e se manifesta de diversas formas, podendo variar desde pequenos desrespeitos cotidianos até variados graus de exclusão, chegando a ataques brutais que impactam diretamente a vida das pessoas LGBTI+ que vivenciam esse tipo de violência.

A família cria punições sobre seus membros homossexuais que vão desde “pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas” (Schulman, 2010, p. 70).

A família é de extrema importância na vida dos indivíduos, independentemente de sua configuração ou modelo, ou seja o que for que compreendemos como família, esta desempenha um papel importante e fundamental na vida dos sujeitos.

³⁷ Traduzido por Felipe Bruno Martins Fernandes.

Assim, a necessidade de aceitação e reconhecimento por parte da família está totalmente aderida aos modos de subjetivação dos sujeitos, e o vínculo idealizado como estruturador da família moderna é um vínculo afetivo de amor. O que observamos é que o ser humano necessita de reconhecimento e, por isso, a família, com todas suas transformações e justamente por conta delas, permanece sendo uma instituição de grande peso para os sujeitos do momento histórico atual. (TOLEDO E FILHO, 2013, p. 381)

Schulman (2010) destaca que diversas convenções e estruturas opressivas contra a população LGBTI+ têm sido reproduzidas através de algumas estratégias concretas. Uma dessas estratégias seria o uso de falsas acusações contra pessoas com sexualidades dissidentes: “A mais tipicamente vulgar das falsas acusações que os homossexuais enfrentam é aquela que prega que a homossexualidade é de alguma forma errada e/ou inferior à heterossexualidade.” (SCHULMAN, 2010, p. 72) Além de apontar que essas acusações falsas são uma estratégia de homofobia, Schulman destaca o conceito de “evitação” que segundo ela seria uma ferramenta de reforço da homofobia. A evitação ocorre quando as pessoas LGBTI+ são excluídas e cortadas de participarem em conversas, reuniões, comunidades e estruturas sociais, não lhes sendo permitido nem mesmo reclamar ou ter alguma voz e opinião sobre a forma como são tratadas:

“A evitação é uma forma de crueldade mental que é desenhada para que se finja que a vítima não existe ou nunca existiu. É praticada por grupos religiosos como os Amish e as Testemunhas de Jeová, bem como pela indústria das artes e entretenimento, pelo sistema legal, pelas estruturas familiares, pelos sistemas econômicos e pelas convenções sociais que patologizam e isolam as pessoas gays através do não reconhecimento ou representação de suas experiências. Por extensão, é também praticada por indivíduos irresponsáveis que não querem ser responsabilizados pela dor não merecida que estão infligindo em outros que não apresentam o poder de tomar medidas contra o praticante da evitação. Em suma, a evitação é uma forma ativa de assédio.” (SCHULMAN, 2010, p. 74)

A evitação muitas vezes é vista como um comportamento normal e ocorrem situações em que ela é introjetada pelas próprias pessoas LGBTI+ e se manifesta de forma multiplicativa, conforme explica Schulman (2010, p. 75):

“A evitação é multiplicativa. Por exemplo, em uma semana eu posso ser excluída de um evento familiar, ser ignorada por um editor que nunca publicou um romance lésbico, ser desrespeitada por um teatro que nunca produziu uma peça lésbica e ter negados emprego e habitação em muitos estados da nação. Deixe-me incluir que a maioria de minhas semanas se parece com essa.”

Gostaria de destacar mais um ponto muito importante de reflexão que Sarah Schulman apresenta e que nos auxilia a compreendermos de maneira mais aprofundada como se desenrola a homofobia familiar. A autora destaca que muitas vezes, as pessoas gays se tornam os “bodes expiatórios” no interior das famílias, e diante disso:

“Elas se tornam uma tela projetora, o terreno em que todos os outros depositam suas deficiências e ressentimentos. Além disso, ninguém está olhando. Ninguém de fora irá intervir, porque há a percepção de que os assuntos de família são privados e intocáveis. A estrutura familiar e sua intocabilidade predominam. Então, porque a pessoa gay não tem apoio total de sua família, ela por sua vez se torna o bode expiatório ideal. Na sociedade, assim como na família, ninguém irá intervir. A sociedade não irá intervir na família e a família não irá intervir na sociedade. É uma relação dialógica de opressão.” (SCHULMAN, 2010, p. 76)

Isso nos faz pensar sobre o motivo pelo qual esta pesquisa foi realizada, no intuito de trazer à tona e analisar de maneira mais detalhada um tipo de homofobia que muitas vezes não é investigados e tratada, pois há um entendimento no senso comum que certos assuntos de família possuem um cunho privado e não devem ser objeto de intervenção externa.

Muitas lésbicas acabam enfrentando a questão da discriminação de forma silenciosa e solitária, por não poder contar com o apoio daqueles que teoricamente deveriam oferecer apoio, cuidado e proteção social. Como destaca Schulman (2010, p. 76):

“Usualmente, a família é o refúgio das crueldades da cultura. Se a família é a fonte da crueldade, a sociedade mais ampla é o refúgio da família. No entanto, quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o indivíduo não tem lugar para onde escapar, especialmente quando as instituições de representação também não permitem que a experiência e sentimentos subsequentes sejam expressos.”

Nesse sentido, uma das questões a ser destacada com relação à lesbofobia familiar, é: quais as estratégias e alternativas tem sido construídas pela sociedade e pelo Estado para o enfrentamento da lesbofobia familiar? Será que as lésbicas que vivenciam discriminação na família têm acessado os serviços que integram a rede de atendimento às mulheres ou as instituições ligadas à temática LGBTI+ como os Centros da Cidadania LGBTI+ ou as instituições ligadas ao movimento LGBTI+, como ONG's, associações, etc? E caso não estejam acessando, é preciso compreender os motivos e procurar estratégias para que essas mulheres tenham acesso à um atendimento de

qualidade caso necessitem de ajuda.

Borrillo (2010) traz importantes reflexões sobre diversas formas nas quais a homofobia se manifesta e apresenta o conceito de “homofobia liberal”, um comportamento homofóbico que ocorreria tendo como base não o reconhecimento da legitimidade das sexualidades dissidentes, mas sim uma atitude de tolerância para com as orientações sexuais e identidades de gênero distintas da norma heterossexual, que na visão das pessoas que reproduzem este comportamento, seria considerada a única orientação sexual passível de reconhecimento:

“Em função desses pressupostos é que a homofobia liberal preconiza a tolerância para com os homossexuais, mas considera que a heterossexualidade é a única a merecer o reconhecimento da sociedade e, por conseguinte, o único comportamento sexual suscetível de ser institucionaliza. [...]A tolerância é a palavra de ordem da homofobia liberal, mas convém distinguir entre tolerar e reconhecer: para essa doutrina, é impossível tentar passar da tolerância dos comportamentos Íntimos ao reconhecimento dos direitos iguais, independentemente da orientação sexual dos indivíduos. Forma de expressão específica, a homofobia liberal confina os homossexuais no silêncio da vida privada; as dicotomias privado/ público, dentro/fora, interior/exterior organizam a hierarquia das sexualidades, reservando a posição visível para um aspecto, mantendo o outro em segredo. O pudor e a discrição devem orientar os atos homossexuais, sempre taciturnos, ao passo que a heterossexualidade exhibe-se livremente, sem necessidade de qualquer justificativa. As práticas homossexuais e suas manifestações são de natureza privada e permitidas com a condição de permanecerem circunscritas a esse espaço. Em compensação, ao assumirem a forma heterossexual, as mesmas condutas tornam-se expressão do amor e se desenvolvem livremente no espaço público: os heterossexuais beijam-se e dançam juntos na rua, mostram publicamente as fotos dos/as parceiros/as, declaram em público amor eterno e nunca fazem o coming out heterossexual, já que o espaço público lhes pertence. Mas, quando um gay ou uma lesbica têm a ousadia de empreender uma dessas manifestações, eles/as são imediatamente considerados/as militantes ou provocadores/as.” (BORRILLO, 2010, p. 70)

Para muitas mulheres a questão da lesbianidade acaba se tornando uma espécie de segredo, o que faz com que elas muitas vezes sejam impelidas à vivenciar e descobrirem suas sexualidades de forma autônoma e solitária, pois não se sentem à vontade para revelar suas orientações sexuais para seus familiares, com medo de sofrerem discriminação e rejeição, pois, conforme destacam Kavalhieri et. al. (2017, p. 140): “a expectativa de que um membro da família responda de forma negativa ou agressiva à revelação de um segredo está relacionada à continuação do segredo em si. Assim tem origem o ciclo do segredo, que se perpetua no sistema familiar. ”

Essa associação entre a forma de vivenciar a própria sexualidade e a vergonha e o segredo faz com que muitas vezes, lesbicas e pessoas LGBTI+ em geral, necessitem e

sejam impelidos a manter sua orientação sexual em sigilo, vivendo em constante alerta quando nas ocasiões e eventos familiares, exercendo uma espécie de autodisciplina no sentido de se adequar à padrões de comportamento estabelecidos e reproduzidos no interior da dinâmica familiar, a fim de que suas orientações sexuais ou identidades de gênero dissidentes não sejam notada ou percebidas por familiares diversos, como pais, mães, tias/os, avós, primas/os, irmãos/ões, dentre outros membros da família.

Em seu texto denominado “A epistemologia do armário”, a autora Eve Sedwick aponta diversas reflexões sobre o “armário” que faz parte da trajetória das pessoas LGBTI+ e os mecanismos de regulação e controle envolvidos nessa questão. Para Sedwick (2007), o “armário” seria um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas.

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. É igualmente difícil adivinhar, no caso de cada interlocutor, se, sabendo, considerariam a informação importante. (SEDGWICK, 2007, p. 22)

O “armário”, termo que ficou popularmente conhecido e que ouvimos cotidianamente em nosso círculo social ou na mídia, poderia ser definido como o segredo que pessoas LGBTI+ carregam em algum momento de suas vidas, com relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero que possuem. Muitas vezes esse armário se manifesta na família, outras vezes no trabalho, na escola, universidade, ou muitas vezes em todos esses meios e círculos sociais, muitas pessoas mantem em segredo a sua sexualidade, por diversos motivos complexos e profundos, os quais alguns deles procuramos analisar aqui neste trabalho. Esse processo de “sair do armário” também tem sido denominados por muitos autores como *coming out*, expressão em inglês que significa “saindo”.

Um dos temas mais prevalentes na literatura sobre gays e lésbicas desde os anos 70 e 80 do século passado é o da formação da identidade homossexual, frequentemente conhecido por processo de *coming out*. Este processo tem sido definido de várias formas e deu origem a diversas formulações teóricas. Segundo Haneley-Hackenbruck (1989), esse processo de sair do armário ou *coming out* consistiria em complexo

processo de transformações interpessoais que leva a um conjunto de acontecimentos que culminam no reconhecimento e revelação da orientação sexual do indivíduo.

A questão da lesbianidade dentro da família representa muitas vezes uma ruptura com os projetos e expectativas dos pais e da família com relação a essas mulheres, expectativas que se relacionam diretamente com a questão da heterossexualidade, como se a não adequação ao modo de vida heterossexual representasse um rompimento com os sonhos e planos de familiares - principalmente pais e mães - para o destino de suas filhas. Conforme destacam Soliva e Junior (2014, p. 131):

“Esses medos se relacionam intimamente com o rompimento dos projetos que esses familiares têm para os destinos sociais de seus filhos. Nesse caso, sobretudo pais e mães se deparam com a ruptura brusca dos “sonhos” que nutriam em relação ao filho [...]. Como se essa notícia por si só fizesse ruir por completo todo um roteiro de vida esperado para esses jovens ao nascer.”

Soliva e Junior (2014) chamam atenção para um aspecto muito peculiar da LGBTIfobia familiar, que consiste no fato de que diferentemente daquela violência sofrida na rua e nos espaços públicos, partindo de pessoas desconhecidas, essa violência atinge as pessoas LGBTI+ de duas maneiras: a dor da agressão em si - seja ela física, verbal, psicológica ou de qualquer tipo – e a dor de ser agredido por alguém com quem possuem uma relação de proximidade, afeto, e que muitas vezes são as principais referências dessas pessoas.

Muitas lésbicas enfrentam esse dilema e essa dúvida entre assumir sua orientação sexual para os parentes e familiares ou manter essa questão como um segredo, o que acaba prejudicando a relação e o estabelecimento de uma comunicação mais direta entre os membros da família.

Diversos estudos e pesquisas na área de Psicologia têm procurando analisar aspectos profundos e específicos da LGBTI+fobia familiar. Mason (2002), por exemplo, aponta que a vergonha se configura muitas vezes como um “reservatório de segredos na família”:

“Quando nos referimos aos segredos, implicamos informações escondidas – isto é, informações que são “devidas a outros”. O segredo protege algo, mantendo-o invisível a outros. (...) Os segredos frequentemente envolvem tabus culturais acerca de dinheiro, sexo e doença.” (MASON, 2002, p. 41)

Acredito que por conta da configuração da sociedade que estamos inseridas e inseridos, calcada na heteronormatividade e na LGBTI+fobia que vivemos, e pelo fato

das sexualidades dissidentes serem vistas por grande parte da sociedade como algo anormal ou errado, muitas mulheres experienciam sentimentos de vergonha, e como consequência dessa vergonha, enfrentam momentos solitários e carentes de apoio familiar.

É extremamente necessário destacar que o processo de se descobrir lésbica e a expectativa de aceitação e reconhecimento por parte dos familiares gera diversas consequências sociais, psicológicas e muitas vezes físicas para as mulheres que vivenciam esse processo, processo esse que “movimenta nessas pessoas um conjunto de medos que se expressam em formas concretas de violência, sofrimento psíquico e incertezas.” (SOLIVA E JUNIOR, 2014, p. 125)

Gostaria de abordar brevemente um tipo específico de discriminação que afeta as pessoas LGBTI+ e que vem sendo denominada em estudos e pesquisas na área de Psicologia como homofobia internalizada (MEYER E DEAN, 1998) ou nas palavras de Borillo (2010), “homofobia interiorizada”. Pereira e Leal (2005) destacam que o termo homofobia internalizada foi definido por Meyer e Dean (1998), e “consiste na canalização para o self do próprio homossexual de todas as atitudes de valor negativas, levando à desvalorização desse self, resultando em conflitos internos e pouca autoestima.” (PEREIRA E LEAL, 2005, p. 323) Apesar da maioria dos autores utilizarem o termo homofobia, acredito que esse tipo de conflito pode ocorrer com qualquer pessoa que possua uma orientação sexual e/ou uma identidade de gênero dissidente da norma heterossexual.

Baseando-me neste conceito e nas reflexões apresentadas pelos autores citados acima, gostaria de neste momento focar a análise no objeto mais específico desta pesquisa, que é a lesbofobia familiar. Digo isso porque acredito que há uma relação direta entre lesbofobia familiar e o que denomino de *lesbofobia introjetada*. Em seu sentido sociológico, a palavra “introjeção” significa: “processo por meio do qual uma pessoa incorpora a seu pensamento valores de outras pessoas ou grupos.” (Dicionário Oxford Languages)³⁸

Dessa maneira, esse processo ocorre na vida de muitas lésbicas que ao receberem críticas e sofrerem algum tipo de rejeição por parte da família pelo fato de ser lésbica, acabam introjetando esses pensamentos e atitudes e sofrendo muitas vezes um processo de autocrítica e uma dificuldade no processo de auto aceitação.

³⁸ Disponível em <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em 07/10/21.

A questão da homofobia interiorizada se manifesta de forma subjetiva, mas que afeta de maneira muito intensa e direta a vida de muitas pessoas LGBTI+. Reis et. al. (2017) abordam os efeitos e implicações psicossociais na subjetividade dos sujeitos não-heteronormativos e a partir de dados coletados em entrevistas semi-estruturadas, as autoras destacam que:

“Notou-se a unânime presença dos parâmetros heteronormativos nos contextos dos entrevistados, os quais foram impostos e reafirmados por discursos advindos da família, da escola e da sociedade em geral desde a infância, embasados em sua maioria, por saberes religiosos e historicamente herdados. Como nota-se na fala do entrevistado 02: “As pessoas chegam perto de você falando que você não pode ser assim, que isso é feio, que você vai pro inferno e Deus vai te castigar, que você tem que ficar é com meninas. Você nasceu homem, você não nasceu mulher (E02)” (REIS et. al, 2017, p. 11)

Podemos perceber então, a importância de compreendermos com mais profundidade a questão da lesbofobia que muitas vezes é introjetada e internalizada na vida de muitas lésbicas, e é necessário verificar como os serviços de atendimento às mulheres e às pessoas LGBTI+ podem contribuir para o enfrentamento de uma violência que muitas vezes leva à problemas gravíssimos de saúde como ansiedade, depressão e em muitos casos infelizmente leva ao suicídio, como vimos na pesquisa relatada no parágrafo anterior. Isso demonstra a imensa gravidade do problema e a intensidade da dor que a LGBTIfobia pode causar, principalmente quando essa discriminação parte de familiares e pessoas próximas que deveriam ser um ponto de apoio nesse processo tão complexo e delicado de descoberta da própria sexualidade.

No quarto e último capítulo serão apresentados os caminhos metodológicos da pesquisa e os resultados de entrevistas semiestruturadas realizadas com lésbicas residentes na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 4 – Uma análise acerca da lesbofobia familiar na cidade de Niterói

Introdução

Neste quarto e último capítulo analisaremos alguns aspectos da lesbofobia familiar tendo como base dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 3 mulheres lésbicas residentes na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, onde elas falam sobre o processo de descoberta de suas sexualidades dissidentes e o posicionamento de seus familiares próximos sobre suas orientações sexuais.

As entrevistadas Maria (28 anos), Laura (38 anos) e Ana³⁹ (44 anos) são oriundas de camadas médias da cidade de Niterói, brancas, solteiras, nível de escolaridade superior completo, e duas delas possuem Pós-Graduação. Quanto à profissão das entrevistadas Ana é advogada, Laura é empresária e Maria é servidora pública. Todas residem na cidade de Niterói. A partir dos relatos colhidos nas entrevistas semiestruturadas busco analisar a questão da lesbofobia familiar apresentando algumas de suas características e formas de manifestação.

Neste capítulo, poderemos perceber como a lesbofobia familiar lesbofobia familiar opera muitas vezes de maneira complexa, se desdobrando em uma violência psicológica vivenciada e até mesmo introjetada por lésbicas que vivenciam esse problema, despertando sentimentos de rejeição, autculpabilização, baixa autoestima, dificuldades de relacionamento, aprendizagem, dentre outros graves problemas para a saúde mental e física da população lésbica.

Em um primeiro momento do capítulo, serão apresentados as escolhas e caminhos metodológicos da pesquisa, a forma como foram acessadas as entrevistadas, as técnicas utilizadas e a justificativa sobre a escolha da cidade de Niterói como locus privilegiado da pesquisa. Além disso, apresento uma breve descrição dos serviços e instituições que vem atuando no combate da violência contra as mulheres e população LGBTI+ de Niterói.

Neste capítulo também veremos como a heterossexualidade compulsória acaba impactando diretamente a vida das lésbicas, o que faz com o período de descoberta da

³⁹ Os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar o direito ao anonimato.

sexualidade muitas vezes seja um momento que gera insegurança, conflitos internos, e em muitos casos trata-se de um processo bastante delicado e solitário. Por fim, busco apontar algumas reflexões sobre lesbofobia familiar, proteção social e a questão do enfrentamento deste problema que afeta a vida de muitas lésbicas em todo o mundo.

4.1. Breves considerações acerca das escolhas metodológicas da pesquisa

Em primeiro lugar, é importante explicar o porquê a cidade de Niterói foi escolhida como lócus dessa pesquisa. Em seguida, darei destaque para as escolhas metodológicas e dos instrumentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

A cidade de Niterói como campo de pesquisa

A rede de atendimento a violência contra a mulher na cidade de Niterói tem como principais instituições: a Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), que data de 1986; a Coordenadoria de Políticas e Direitos para mulheres (CODIM) criada em 2003, com o intuito de estimular a construção de políticas que ratifiquem a cidadania e os direitos da mulher; o Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de Violência (CEAM), que é um serviço proporcionado pela CODIM e conta com profissionais da área de serviço social, Direito e Psicologia, que data do ano de 2003; o Programa SOS Mulher/HUAP que se iniciou em 2002, além do Juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Assim, a escolha da cidade de Niterói como foco dessa pesquisa foi pelo fato de ser um município que conta com uma ampla rede de atendimento a violência contra a mulher, apresentando-se assim como um vasto campo de análise sobre as questões relacionadas a essa temática. Além disso, trata-se de uma cidade onde o conservadorismo e práticas de resistência convivem. A cidade contou, historicamente, com uma movimentação política muito grande. Cunha (2010) destaca que Niterói possui uma história de aparecimento de diversos movimentos em prol das demandas das mulheres, alguns que remontam a década de 50. No ano de 1955, por exemplo, nota-se a existência da Associação Feminina Fluminense. Durante a década de 1960, se fortaleceu uma organização de mulheres que marcou o momento da passagem do sufrágio, para a fase de questionamentos mais abrangentes, na voz de militantes mais

comprometidas com posições de esquerda, em geral socialistas. (COSTA, 2005, s.p)

Nos anos 70 e 80, como vimos no capítulo 1 desta tese, há uma efervescência dos movimentos sociais no contexto brasileiro, dentre eles os movimentos feministas. É justamente na década de 70 que é criado o Centro Brasileiro de Mulheres de Niterói. “Este Centro contava com a proposta de reflexão, pesquisa e análise da condição da mulher brasileira, atuando no sentido de superar os estereótipos, como mito da fragilidade feminina.” (CUNHA, 2010, p. 60). Dentre os temas discutidos no movimento de mulheres da cidade de Niterói nesta época estavam a questão da “discriminação, sexualidade, o aborto e a violência contra a mulher.” (CUNHA, 2010, p. 60)

Além desse aspecto histórico, outro fator que estimulou a análise da lesbofobia familiar no âmbito municipal é que Niterói apresenta dados alarmantes e preocupantes no tocante a violência direcionada as mulheres, e nesse sentido há uma necessidade de se investigar estratégias de enfrentamento a esta problemática de direitos humanos no âmbito municipal. A situação é preocupante porque segundo dados do Dossiê Mulher 2014, todos os dias, pelo menos duas mulheres são vítimas de algum tipo de violência no município de Niterói. No ano de 2015 (Janeiro a Julho) o Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de Violência (CEAM), pertencente à Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres (CODIM), recebeu 529 atendimentos no total (RODRIGUES, 2016). Esses são dados que despertam a necessidade de se pensar e repensar estratégias de enfrentamento a violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica que acomete mulheres lésbicas, por ser uma população que passa por um duplo processo de violência, a violência de gênero que todas as mulheres são acometidas pelo simples fato de ser mulher, mais a discriminação que acomete a população LGBTI+ como um todo, inclusive a população lésbica.

Da mesma forma que a cidade de Niterói possui um histórico ligado ao movimento feminista e de mulheres e o enfrentamento da violência contra as mulheres, a cidade também vem há muitos anos abrigando diversas associações e grupos pertencentes ao movimento LGBTI+, instituições que atuam de forma bastante ativa no enfrentamento da LGBTIfobia.

Algo que demonstra essa participação ativa do movimento LGBTI+ em Niterói é o fato da cidade ser a primeira do Estado do Rio de Janeiro a possuir um Conselho

LGBTI+.⁴⁰ Dentre as atribuições do Conselho estão: desenvolver ação integrada e articulada com as secretarias e demais órgãos públicos visando implementar políticas públicas comprometidas com a superação das discriminações e desigualdades devido à orientação sexual e identidade de gênero.

Dessa forma, há na cidade de Niterói um processo de interlocução entre o movimento LGBTI+ e outros atores sociais como as universidades. Uma das associações LGBTI+ de maior destaque na cidade é o Grupo Diversidade Niterói (GDN). O GDN foi fundado no ano de 2004 a partir de uma iniciativa de ativistas LGBTI+ que residiam na cidade de Niterói e viram a necessidade de formar um grupo que pudesse ser espaço de luta e debate sobre as questões que perpassam a vivência das pessoas LGBTI+ na cidade de Niterói. Esse grupo notou que havia uma participação intensa e ativa das pessoas LGBTI de Niterói na Parada LGBTI+ de São Paulo e seria interessante reunir essas pessoas de forma mais organizada. É importante destacar que o GDN é um dos principais grupos que organizam a Parada LGBTI de Niterói. Conforme destaca Quiroga (2021, p. 101):

“O GDN, é reconhecido desde 2014 como patrimônio imaterial da cidade pela Câmara de vereadores de Niterói. Isso só foi possível esse reconhecimento, porque a longo dos anos, não só é um dos principais responsáveis por colocar há 15 anos a Parada LGBTI na rua, mas por estar sempre na luta frear o conservadorismo, lutar contra a LGBTIfobia, desenvolver projetos pra movimento LGBTI e calcar conquistas nas políticas públicas e leis de proteção a movimento LGBTI.”

Outro grupo ligado ao movimento LGBTI+ e bastante atuante na cidade de Niterói é o Grupo 7 cores. O Grupo 7 cores é uma Organização Não-Governamental (ONG) fundada em 2006, dois anos após a criação do GDN, o que demonstra uma ampliação e diversificação do movimento LGBTI+ de Niterói:

“No segundo ano da Parada LGBTI de Niterói, é fundando um outro grupo LGBTI: o Grupo 7 Cores. O grupo tem, em sua trajetória, uma característica geracional em sua composição, e se mostra atuante nas disputas por políticas públicas na cidade. Obviamente, como em todo movimento social, vem disputar espaço e militância com o GDN, mas sempre com a compreensão de contra quem é a real disputa: LGBTIfobia, machismo, sexismo, racismo e capitalismo.” (QUIROGA, 2021, p. 100)

Quiroga (2021) disserta sobre a construção do movimento LGBTI+ na cidade de Niterói e aponta que ainda nos anos 60 ativistas do movimento se reuniam em suas casas de forma clandestina por conta da repressão que sofriam, e circulavam na cidade

⁴⁰ <https://midianinja.org/news/niteroi-e-a-primeira-cidade-do-estado-do-rj-a-ter-um-conselho-lgbt-2/>. Acesso em 03/10/2021.

três jornais locais com temáticas LGBTI+: o Opinião, Os Felinose e O Mito.

A cidade de Niterói sem dúvida é palco de muita luta política do movimento LGBTI+ por reconhecimento, espaço na agenda política e contra a violência e discriminação que atinge a população LGBTI+ tão fortemente. O movimento LGBTI+ de Niterói foi se ampliando e ganhando espaço na cidade. A sede do GDN, por exemplo, está localizada na parte central de Niterói, em uma área bastante conhecida e movimentada, algo que seria inimaginável na década de 60 e 70 por exemplo, onde os grupos LGBTI+ precisavam se reunir de maneira escondida e clandestina. Acredito que essa conquista do Movimento por determinados espaços faz parte de um processo mais amplo de rompimento com a marginalidade e clandestinidade a que a população LGBTI+ esteve submetida durante muitos anos por conta da discriminação.

Quiroga (2021) também destaca a forte interlocução que há entre o movimento LGBTI+ de Niterói e a Universidade Federal Fluminense, quando aponta que alguns Docentes da UFF tiveram participação ativa nessa conexão entre Universidade e Movimento LGBTI+ a nível local, através do grupo Cidadania Gay, fundado por Sergio Aboud, Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal Fluminense e ativista do movimento LGBTI+:

“Como referência dentro da universidade, o Cidadania Gay colaborou e apoiou com diversos projetos voltados pra movimento LGBTI em Niterói, dando bolsa para alunos gays, lésbicas, trans e travestis (mesmo que a presença desse dois últimos ainda fosse em menor número), inclusive ajudou na construção do Diversitas, coletivo de luta pela livre expressão da diversidade sexual e de gênero da UFF, formados por, em sua maioria, alunos, mas também contava com a participação de funcionários e professores.” (QUIROGA, 2021, p. 97)

Além das instituições já citadas, o Centro de Cidadania LGBT Leste (Niterói) atua na cidade atendendo a população LGBTI+ de Niterói, prestando informações relacionadas aos direitos dessa população, auxiliando pessoas LGBTI+ que tenham sofrido violência, dentre outras atividades.

Os caminhos metodológicos

É importante justificar a escolha da metodologia e dos instrumentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Primeiramente, é necessário justificar o porquê a opção pela abordagem qualitativa ao tratar o tema da lesbofobia familiar. Entende-se aqui que a pesquisa qualitativa permite mergulhar na subjetividade do tema

estudado, fazendo com que uma questão inicial e fundamental, se desdobre de uma maneira muito rica em outras múltiplas questões igualmente importantes a questão inicial do trabalho. Em segundo lugar, a abordagem qualitativa promove uma fascinante conexão entre a teoria estudada e apresentada durante a escrita da pesquisa e a prática analisada no trabalho de campo.

Triviños (1987, p. 120) explica que a pesquisa qualitativa nasceu das “práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro, e em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidades.” O autor ainda complementa destacando que na antropologia, a pesquisa qualitativa surgiu quase que de maneira espontânea, na medida em que “os pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao dado objetivo.” (TRIVIÑOS, 1987; p. 120)

Também é importante justificar a escolha da entrevista como instrumento de pesquisa e coleta de dados subjetivos e conhecimento da realidade estudada. A escolha da entrevista, mais especificamente, da entrevista semiestruturada deve-se ao fato de ser um instrumento que permite um maior aproveitamento e fluidez do momento da entrevista, pelo fato de apesar de possuir um roteiro com algumas questões-base, questões que surgem no momento da entrevista podem ser colocadas ao entrevistado gerando uma maior fluidez e um melhor resultado na análise das entrevistas.

Segundo Manzini (1990/1991) a entrevista semiestruturada “está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.” (MANZINI, 1990/1991; p. 154)

Essa modalidade de entrevista permite, então, um direcionamento mais amplo e livre, sem a necessidade de se engessar e limitar as falas do entrevistado e também do entrevistador as perguntas pré-estabelecidas no roteiro.

Quiroga (2021) aponta algo bastante interessante com relação à cidade de Niterói, destacando que se trata de uma cidade bastante dividida socialmente, bastante elitizada, embranquecida e conservadora. É importante destacar que as entrevistas desta pesquisa foram realizadas com lésbicas de camadas médias da cidade, e por isso, mostra a realidade da lesbofobia familiar neste contexto específico.

Nesse sentido, é importante destacar que a lesbofobia vivenciada nas camadas médias assume aspectos peculiares e distintos daqueles que poderiam surgir caso a pesquisa fosse realizada com camadas mais populares. Isso porque a questão da classe

tem influência direta sobre a forma como os fenômenos sociais são vivenciados e enfrentados, nesse caso específico, o fenômeno da lesbofobia familiar.

As entrevistadas foram acessadas através da técnica de amostragem em bola de neve na qual se busca chegar nos informantes-chaves através de uma rede de contatos e referências. A partir do contato com essas primeiras informantes se buscou a indicação de novos contatos dentro de suas redes pessoais para serem entrevistadas, e assim sucessivamente, formando uma espécie de cadeia de referência. As lésbicas normalmente possuem conexões umas com as outras formando uma espécie de comunidade. Essas mulheres muitas vezes possuem vivências e trajetórias de vida semelhantes. Partindo desse pressuposto foi que optei por utilizar esta técnica. Conforme destaca Dewes (2013, p.10) “o método de amostragem em bola de neve pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma.

É importante destacar, conforme apontamos no primeiro capítulo, que o mundo vive hoje uma das maiores crises de sua história com a pandemia da COVID-19. Dessa forma, a pesquisa foi realizada em um contexto específico e peculiar, por conta das medidas restritivas de distanciamento social tomadas para evitar a propagação do novo coronavírus. As entrevistas que foram planejadas para acontecerem presencialmente, tiveram que ser substituídas por entrevistas realizadas virtualmente, através de vídeo-chamada. Muitas participantes que antes da pandemia tinham aceitado participar acabaram desistindo pelo fato de estarem em um momento delicado psicologicamente e emocionalmente e não se sentirem a vontade para falar de uma tema tão delicado. No entanto, acredito que a pesquisa qualitativa se faz mais pela qualidade das informações analisadas do que pela quantidade propriamente dita, e ainda que esta seja uma análise micro espero que sirva para provocar algumas reflexões sobre a temática da lesbofobia familiar.

4.2. O processo de descoberta da sexualidade e a lesbofobia familiar

Como vimos no capítulo 3 desta tese, um dos momentos cruciais na vida das mulheres lésbicas e da população LGBTI+ em geral é o período de descoberta da sexualidade, um momento que gera insegurança, conflitos internos, e em muitos casos é

um processo desafiador e complexo para quem o vivencia. Isso ocorre porque a sociedade é regida pela heteronormatividade, o que faz com que as orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes dessa heteronorma sejam julgadas e discriminadas, até mesmo por pessoas próximas e mais chegadas, como ocorre nos casos de lesbofobia familiar.

Schulman (2009) destaca que as pessoas homossexuais estão sendo punidas no interior de suas famílias por conta de sua orientação sexual, e essa punição traz consequências graves e dramáticas em suas experiências sociais e relações afetivo-sexuais. Uma das entrevistadas, Maria, servidora pública de 28 anos, descreve esse período de descoberta de sua sexualidade e as dificuldades vivenciadas ao se perceber enquanto lésbica na fase da infância e adolescência:

“Eu sempre senti atração por meninas e mulheres. Quando criança me apaixonava por professoras, meninas mais velhas da escola e primas, mas nunca me senti à vontade para exteriorizar meus sentimentos, um pouco por não conhecer nenhuma mulher lésbica, um pouco por timidez de criança... Ainda assim, meu primeiro beijo foi com uma menina da escola, aos oito anos, mas não passou disso e eu tenho poucas lembranças quanto aos meus sentimentos⁴¹.” (Maria, 28 anos)

Ao chegar na adolescência a entrevistada relata que continuou sem expor sua sexualidade para família e/ou amigos, apesar de já se entender como lésbica. Na fala a seguir podemos ver como a discriminação no interior da família faz com que esse processo de descoberta da sexualidade seja muitas vezes algo solitário e que traz diversos impactos na socialização, no processo de aprendizagem, dificuldade nos relacionamentos, dentre outras consequências negativas para as mulheres que vivenciam esse processo:

“Quando adolescente, continuei sem conseguir expor meus sentimentos a ninguém, não falava sobre eles com minha família ou com amigos, mas já me entendia como lésbica e lidava razoavelmente bem com isso. Digo razoavelmente, pois não foi fácil não ter com quem me abrir e conversar sobre meus sentimentos. Por conta disso, não consegui desenvolver muitas amizades sólidas e passei a faltar muitas aulas no ensino médio.” (Maria, 28 anos)

É possível perceber que a angústia trazida por esse processo fez até mesmo com que Maria tivesse uma piora em seu desempenho escolar e em seu processo de aprendizagem e socialização, de forma que ela teve que enfrentar esse período de

⁴¹ As falas das entrevistadas serão apresentadas em itálico para diferenciar das outras citações.

maneira mais isolada e sem poder expressar seus sentimentos. Conforme destacam Perucchi, Brandão e Vieira (2014, p.69):

“Frequentemente, a iniciação da vida sexual ocorre no período da adolescência ou no início da juventude e se configura como um contexto de experiências importantes para o processo de constituição do sujeito, não apenas no âmbito da sua sexualidade, mas também no que se refere a outras dimensões importantes da vida, como a busca de autonomia, o senso de responsabilidade e a gradativa independência afetiva da família de origem. Entretanto, considerando as diversas nuances que a homofobia possui e que atravessam a sociedade, sobretudo, nos níveis institucionais, a vivência da sexualidade pelos adolescentes e jovens fora dos parâmetros da norma heterossexual passa a ser para muitos (as) deles (as) o estopim de uma série de violências legitimadas pelo preconceito.”

Alguns estudos e pesquisas na área de Psicologia tem buscado compreender a questão da descoberta e revelação da sexualidade na vida das pessoas LGBTI+, processo que tem sido denominado por muitos autores como *coming out*, que traduzido significa “saindo”. De acordo com Haneley-Hackenbruck (1989 apud FRASÃO E ROSÁRIO, 2008, p. 30) o *coming out* consiste em um “um processo complexo de transformações interpessoais, frequentemente estendido à vida adulta, que leva a um conjunto de acontecimentos com o reconhecimento da orientação sexual do indivíduo”. Frasão e Rosário (2021, p. 30) apontam que “de grande relevância também, é a ideia de que este processo não é algo que se inicia na idade adulta, mas sim no processo global da formação da identidade iniciado na adolescência. Em consonância com esta ideia, verificamos hoje que a idade média do coming out é cada vez mais precoce.”

Maria conta ainda que algo que a auxiliou no processo de descoberta de sua sexualidade foi o fato de ela ter começado a frequentar o curso de teatro. Como ela não podia expor seus sentimentos para a família, outros espaços e atores da sociedade serviram de apoio e ajuda nesse momento de descoberta. Isso confirma o que vimos anteriormente, sobre como o processo de *coming out*, o “sair do armário”, é extremamente complexo e desafiador na vida das pessoas LGBTI+. Como destaca Sedgwick (1993, p. 22):

“Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com

interlocutores que ela não sabe se sabem ou não.”

A revelação da orientação sexual lésbica na família se manifesta de diferentes formas, de modo que algumas famílias lidam melhor com essa questão e outras agem de forma mais dura, praticando violência psicológica, verbal e até mesmo física. Fato é que o *coming out* é sempre um processo difícil e desafiador para as pessoas que o vivenciam – um processo que pode ser facilitado pela existência de uma rede fora da família, como amigos (ROSENEIL, 2006). Conforme destacam Franco e Rosário (2008, p. 35):

“Independentemente dos motivos que conduzem à revelação da identidade sexual, é relativamente seguro afirmar que o *coming out* à família leva muitas vezes a uma crise familiar (ver Kusnetzoff, 1991). As famílias tipicamente reagem mal no início, existindo muitas vezes reacções de rejeição emocional, violência verbal ou física e mesmo expulsão de casa. (...) Estas reacções assumem uma importância particular se estivermos a falar de um *coming out* na adolescência, em que o jovem pode ficar numa situação de grande desprotecção e vulnerabilidade.”

Ainda que tenha tido suas primeiras experiências com mulheres nessa época, Maria relata que ainda não se sentia à vontade para expor sua orientação sexual para a família, se referindo a esse processo como “complexo e solitário”.

“Nesta época entrei para o teatro e, finalmente, consegui me assumir para uns poucos amigos. Tive minhas primeiras experiências com mulher a partir de então, mas ainda não me sentia à vontade para conversar sobre isso com minha família. Já adulta, me apaixonei por uma mulher e iniciamos um relacionamento. Apenas a apresentei a minha família e acredito que todos tenham entendido de imediato, pois já desconfiavam que eu fosse lésbica. Não tive nenhum problema e não sofri qualquer discriminação na minha família. Foi um processo complexo e solitário, mas, comparando às histórias de alguns amigos, acredito que eu tive sorte” (Maria, 28 anos)

Podemos notar nessas falas que a questão da arte, representada pelo teatro, aparece como uma aliada no processo de aceitação da própria sexualidade e uma forma de se sentir mais à vontade em se expressar de maneira mais livre no mundo. A entrevistada complementa dizendo que apesar de ter sido um processo complexo e a família tenha estado ausente durante o processo de descoberta de sua sexualidade, após um tempo houve uma aceitação por parte de seus familiares, no entanto, a entrevistada não reconhece esse processo como uma violência de fato:

“No processo de descoberta da minha sexualidade, minha família foi ausente, mas me apoiou quando eu, finalmente, decidi me assumir lésbica. Não sinto qualquer resistência com relação a minha orientação sexual por parte dos meus familiares, muito pelo contrário, meus pais, irmãos, avós, tios

e primos sempre me apoiaram e expressaram em palavras e atos que não têm qualquer problema com a minha sexualidade. Tenho muitas pessoas homossexuais na minha família, muitas das quais se assumiram quase na mesma época que eu, o que acredito que tenha tornado mais fácil a aceitação da família como um todo.” (Maria, 28 anos)

Algumas lésbicas descobrem sua orientação sexual muito cedo ainda na infância, o que faz desse momento algo ainda mais desafiador, pois muitas dessas mulheres introjetam a discriminação sofrida e passam a se enxergar como diferentes ou inferiores:

“Desde muito nova já havia me despertado algo diferente quanto a questão sexual. Já me atraía por pessoas do mesmo sexo. Não havia muita lógica porque quando olhava para o lado percebia que a maioria das pessoas se atraíam pelo sexo oposto. Na cabeça de uma criança isso era algo desafiador. Havia muitos questionamentos sobre aquele comportamento diferente do que a maioria sentia ou pelo menos era o que eu imaginava que as pessoas sentiam”. (Ana, 44 anos)

Coleman (1982 apud FRASÃO E ROSÁRIO, 2008, p.32) divide o processo de *coming out* em diversos estágios. Um desses estágios é definido pelo autor como “estágio pré-coming out”:

“O estágio de Pré-Coming Out seria caracterizado pelo fato da criança se sentir diferente dos seus pares, fato que muitas vezes também é reconhecido pelos pais. Durante estes anos, o indivíduo incorpora os valores dominantes da sociedade que consideram a homossexualidade errada, fato que o leva a sentir-se diferente, alienado e só.”

Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória é internalizada pelas pessoas LGBTI+, muitas vezes ainda na infância, o que faz que essas pessoas se sintam erradas e culpadas por perceberem que não se encaixam no padrão heterossexual. Isso demonstra que a sociedade enxerga a heterossexualidade como a única orientação sexual legítima, ao passo que as sexualidades dissidentes são vistas como inferiores e erradas. Conforme apontam Toledo e Filho (2013, p. 377):

“Muito mais que um medo ou uma fobia da dissidência da heteronormatividade, a homofobia é movida por um sistema de prazer baseado em crenças e valores advindos da pretensa superioridade da heterossexualidade e suas regulações de gênero diante de outras formas de expressão do erotismo ou da identidade de gênero.”

Chama atenção a "autopunição" a que Ana se refere, como se a discriminação sofrida fosse internalizada, trazendo um sentimento de culpa atrelada à lesbianidade.

Soliva e Junior (2014) constataram através de uma pesquisa realizada com 20 jovens brasileiros do sexo masculino entre 18 e 24 anos de idade, universitários, de camadas médias e que se autoidentificam como homossexuais, que: “o reconhecimento da homossexualidade pelos familiares e, sobretudo, entre eles mesmos movimenta nesses jovens todo um conjunto de medos que se expressam em formas concretas de violência, sofrimento psíquico e incertezas.”

Além disso, é possível notar como há uma pressão social sobre as pessoas que possuem sexualidades dissidentes, gerando conflitos internos e inúmeros questionamentos:

"Foram muitos questionamentos e também um sofrimento, porque algo que diziam ser errado fazia tanto sentido pra mim? Porque eu não podia sentir aquilo? Porque comigo? Havia uma autopunição, pois me sentia como se não estivesse dentro dos padrões sociais. Foi algo desafiador e intrigante por muito tempo. (...) É uma autopunição que existe em nós. A família a primeira e inserir em nós isso... São as crenças que eles colocam em nós."
(Ana, 44 anos)

A família possui um papel importante na formação da nossa subjetividade, na forma como nos enxergamos e nos colocamos no mundo. A partir de padrões e modelos de comportamento disseminados e reproduzidos no âmbito familiar, e que as pessoas ouvem desde criança, essas mulheres muitas vezes inconscientemente acabam introjetando esses padrões e desenvolvendo uma espécie de autopunição e autoculpabilização. Soliva e Junior (2014) abordam esse processo de autodescoberta da sexualidade e destacam que:

“O que chamamos aqui de “período de desconfiança” – vivenciado pelos pais – ocorre de forma concomitante ao momento da autodescoberta da sexualidade por esses jovens. Se eles, em fases anteriores de suas vidas, viam seus desejos como algo transitório – como alguma coisa que possivelmente iria passar com o transcurso dos anos, agora eles se dão conta de que isso não vai ocorrer. Descobrir que desejam uma pessoa do mesmo sexo é tarefa complicada, que envolve uma teia de sentimentos e medos. Reconhecer que os desejos pelos seus pares não ficou para trás – com a infância – é uma questão difícil com a qual, de agora em diante, esses jovens passarão a lidar.”
(SOLIVA E JUNIOR, 2014, p. 133)

Existem casos em que a descoberta da sexualidade acontece de forma mais natural. Uma das entrevistadas aponta que mesmo antes de se sentir atraída por mulheres, tinha amizade com pessoas gays e lésbicas, o que ela relata que foi uma conexão que parece ter auxiliado em seu processo de auto descoberta da sexualidade:

"O meu processo de descoberta aconteceu muito naturalmente. Antes de sentir atração por pessoas de mesmo sexo, já era amiga próxima de gays e lésbicas. Parece que me juntei a eles por afinidade mesmo, sem nenhuma pretensão, e futuramente as primeiras atrações foram surgindo. Por já ter a aceitação desse grupo, as coisas se tornaram um pouco mais fáceis. Não me senti tão excluída, apesar de não ter me assumido de imediato em outros ambientes que frequentava." (Laura, 38 anos)

Como vimos no capítulo 3, a lesbofobia se manifesta de diversas maneiras, muitas vezes de forma sutil, o que faz com que muitos comportamentos lesbofóbicos sejam naturalizados no interior da família e não sejam questionados ou vistos como uma violência. Um desses comportamentos é a frase tão conhecida por tantas lésbicas, de que o fato de sentir atração por mulheres seria apenas uma fase transitória, e que logo essas mulheres retornariam à heterossexualidade, que por sua vez é tida como uma norma compulsória. Podemos notar isso na fala de uma das entrevistadas abaixo, quando ela relata que os pais sempre lidaram bem com o fato dela ser lésbica, apesar dos pais acreditarem que era apenas uma fase:

" Meus pais souberam de tudo desde o início e não posso dizer que foi difícil diante de todos os absurdos que vemos por aí. Continuei sendo tratada com carinho e respeito, apesar de eles acreditarem que aquilo fosse apenas uma fase ou má influência." (Laura, 38 anos)

Conforme foi falado anteriormente, há uma relação histórica na sociedade entre as famílias e a questão do cuidado, do acolhimento e da proteção social. No entanto, muitas mulheres enfrentam a falta de apoio da família no momento em que descobrem ser lésbicas, como podemos notar abaixo no relato de uma das entrevistadas:

"Durante esse processo de descoberta minha família não aceitava a minha orientação sexual. Nunca foi aceito. Acredito que tenha sido a parte mais difícil... qual filho deseja decepcionar seus pais? Ao mesmo tempo não havia como não decepcionar porque tal condição fazia parte também de várias renúncias. Não haveria naquele momento como não decepcionar minha família. Quando não somos aceitos tudo se torna mais difícil, vivemos em busca da tal aprovação pra nos sentirmos mais fortes e protegidos. Mas tem um momento em que tal escolha é parte dos nossos sentidos... é uma condição inerente ao que verdadeiramente somos..."

A família é essencial para que possamos nos sentir confortáveis diante de tal condição, porém no meu caso em especial a família nunca apoiou. Ainda que mostrassem que era algo aceitável não era o que de fato gostariam. É um processo de fato desafiador pra quem vive." (Ana, 44 anos)

É possível notar na fala de Ana um receio de que o fato de ser lésbica venha a decepcionar seus pais e um desejo de reconhecimento e aceitação por parte da família

com relação à sua orientação sexual, descrevendo a vivência do processo de descoberta de sua sexualidade como algo desafiador e sofrido. Sobre essa questão, Toledo e Filho (2013, p. 381) destacam que:

“(...)a necessidade de aceitação e reconhecimento por parte da família está totalmente aderida aos modos de subjetivação dos sujeitos, e o vínculo idealizado como estruturador da família moderna é um vínculo afetivo de amor. O que observamos é que o ser humano necessita de reconhecimento e, por isso, a família, com todas suas transformações e justamente por conta delas, permanece sendo uma instituição de grande peso para os sujeitos do momento histórico atual.”

Ainda que em muitas famílias a questão da lesbianidade seja aceita e respeitada, infelizmente ainda há um grande número de famílias que enxerga a orientação sexual lésbica de suas filhas e/ou parentes como um “problema”. Com a justificativa de lidarem com aquilo que consideram um “problema”, muitas famílias acabam praticando uma série de agressões psicológicas, físicas, verbais, patrimoniais, para com suas familiares lésbicas. Em meio a esse contexto, muitos jovens LGBTI+ vivem um conflito entre revelar ou ocultar suas sexualidades no interior da família. Dessa forma, “estas questões colocam a “casa” como espaço marcado por contradições, desconstruindo a noção corrente de que ela seria um lugar da segurança e refúgio.” (SOLIVA E JUNIOR, 2014, p. 146)

É importante destacar que em alguns casos, há uma maior aceitação por parte dos pais, no entanto, a lesbofobia acaba partindo de outros parentes e familiares. Quando foi perguntado qual havia sido o papel da família nesse processo de se descobrir lésbica, uma das entrevistadas relata que sempre foi tratada com carinho e respeito pelos pais, mas que há dificuldade com os demais parentes, conforme relato a seguir:

“Dentro de casa tudo sempre correu bem, enquanto morava com eles pude levar namoradas pra dormirem em casa, passeios em família, etc. A dificuldade sempre foi com os demais parentes. Meus pais sempre foram contra a exposição das minhas relações para os familiares e isso fez com que eu me afastasse de primos, tios e outros, já que nunca pude ir acompanhada em festas de aniversário e eventos diversos. Alegavam que eu sofreria preconceito, mas acredito que tivessem vergonha da minha condição mesmo. Há alguns anos moro com minha namorada e meus pais nos visitam e nos recebem, mas continuamos não frequentando juntos eventos de familiares.”
(Laura, 38 anos)

A partir desse relato é possível notarmos como a lesbofobia familiar muitas vezes se manifesta de maneira complexa e muito peculiar. No caso de Laura, é como se os pais criassem uma espécie de barreira em torno da sexualidade da filha para não transparecer para os outros parentes e familiares que sua filha é lésbica. Conforme apontam Toledo e Filho (2013, p. 383):

“Quando não são reconhecidas as uniões homossexuais, as(os) companheiras(os) são vistas(os) como apenas “colegas de quarto”, ou “aquela(e) amiga(o) com quem divide o apartamento”; pessoas que possuem um relacionamento estável são tratadas como se fossem solteiras, e como se não tivessem as responsabilidades e compromissos de uma pessoa comprometida com outra; precisam negociar constantemente em que momento devem expor seu relacionamento, permanecendo em vigilância excessiva sobre si e sua(seu) parceira(o); e muitas vezes a(o) parceira(o) fica excluída(o) de eventos familiares.”

Em muitos casos surge nos pais um sentimento de vergonha e um receio de que a sociedade considere que a sexualidade de suas filhas seja fruto de uma parentalidade inadequada, além de frequentes sentimentos de perda em relação à idealização de um futuro heterossexual para as filhas. (FRANCO E ROSÁRIO, 2008). Na verdade, uma postura tida como protetiva termina por esconder o preconceito e revestir a violência lesbofóbica de uma aparência de cuidados.

Conforme apontam Hauer e Guimarães (2015, p. 649):

“Devido à organização heteronormativa da sociedade, a possibilidade de ter um filho ou uma filha homossexual sequer é pensada e, quando se deparam com essa situação, os pais e as mães iniciam um trajeto de diversos embates entre as suas concepções e o amor d@ fi lh@. A delimitação dos papéis de gênero, a ideia do que é ser homem ou mulher, a forma “correta” de expressão da sexualidade, os planos futuros feitos em torno de uma provável relação heterossexual d@ fi lh@: tudo isso é revisto, repensado, desconstruído e reconstruído.”

Além disso, acredito que muitas vezes a lesbofobia familiar e da LGBTIfobia familiar de maneira geral são impulsionadas por uma frustração dos pais pelo fato de suas filhas não seguirem os planos e projetos que eles tinham sobre a vida delas. Sendo que esses planos na imensa maioria dos casos estão relacionados à heterossexualidade e ao casamento heterossexual. Conforme apontam Soliva e Junior (2014, p. 132):

“Nesse caso, sobretudo pais e mães se deparam com a ruptura brusca dos “sonhos” que nutriam em relação ao filho, instaurando uma “crise” no fluxo das relações domésticas (Oliveira, 2013). Como se essa notícia por si só fizesse ruir por completo todo um roteiro de vida esperado para esses jovens ao nascer. Planos como netos, casamento, continuação da família são abruptamente corrompidos e ameaçados. O que resta é tão somente a

percepção de que precisam fazer algo para resgatar tais projetos.”

Como vimos no capítulo anterior, Schulman (2010) aborda o processo de evitação, que segundo a autora pode ser considerada uma ferramenta de reforço da homofobia familiar. A evitação ocorre quando as pessoas LGBTI+ são excluídas e impedidas de participarem em conversas, reuniões, comunidades e estruturas sociais, não lhes sendo permitido nem mesmo reclamar ou ter alguma voz e opinião sobre a forma como são tratadas.

Quando perguntadas se já havia escutado algum comentário de cunho lesbofóbico ou notou algum comportamento preconceituoso por parte de algum parente ou familiar, uma das entrevistadas responde:

“Sim. Ao final de um relacionamento de oito anos com uma mulher, uma prima, muito católica, questionou se eu não pensava em me relacionar com homens a partir de então... Pra chegar a essa conclusão, ela revisitou um carnaval em que eu beijei um menino... Me senti desrespeitada e menos aceita do que imaginava até então. (Maria, 28 anos)

Podemos perceber como as famílias muitas vezes operam como “guardiãs da sexualidade” de suas filhas e filhos (TOLEDO E FILHO, 2013) exercendo controle e repressão sobre o comportamento sexual dos membros da família, principalmente as mulheres que historicamente vivenciam esse controle advindo de diversas esferas da sociedade. Maria ainda relata outro episódio de lesbofobia ocorrido no contexto familiar:

“Uma vez, ouvi de um tio que ele sentia muita admiração por Lulu Santos antes de descobrir que ele era gay. Outra vez, um primo de seis anos questionou se eu e minha namorada éramos, de fato, namoradas. Quando eu respondi que éramos, ele perguntou se beijávamos na boca. Eu respondi que sim e ele disse, enfaticamente, que eu não podia, já que menino não pode beijar menino e menina não pode beijar menina. Eu, então, questioneei quem havia ensinado isso a ele, que respondeu ter sido sua mãe, uma prima da minha idade e muito próxima de mim. Ao questioná-la, sem acreditar que ela teria realmente ensinado isso a ele, ela confirmou e justificou que era necessário ensiná-lo dessa forma para que ele não sofresse reprimendas na casa do pai.” (Maria, 28 anos)

Infelizmente os discursos e comportamentos lesbofóbicos são reproduzidos cotidianamente no interior das famílias e chama atenção que até mesmo o primo da entrevistada, uma criança de seis anos de idade, reproduziu um discurso discriminatório que ouviu de sua mãe. Conforme destacam Brandão, Perucci & Vieira (2014, p. 69), “a família atua como um dispositivo de reprodução e reiteração da norma e da repetição

das formas de discriminação e violência que podem ser visualizadas em contextos mais amplos da sociedade em geral.”

Além disso, a família também atua como um mecanismo de reprodução da heterossexualidade como uma norma e uma regra compulsória. Como destacam Soliva e Junior (2014, p. 126):

“Podemos perceber que as relações domésticas são reveladoras de pesadas estruturas de poder que configuram um esforço de heterossexualização compulsória. Esse esforço faz com que comportamentos considerados não conformados às expectativas familiares acerca da sexualidade e do gênero sejam controlados pelos familiares visando à reintegração desses jovens à norma sexual dominante – ora sob o pretexto de garantir uma melhor qualidade de vida para os jovens, ora preocupando-se com a “má fama” e o “falatório” que essa informação pode atrair na vizinhança.”

Sobre haver escutado algum comentário lesbofóbico no âmbito da família, duas das entrevistadas deram respostas semelhantes, conforme podemos notar abaixo:

“Sempre ouvi de forma indireta comportamentos preconceituosos e homofóbicos. Tipo daqueles comentários: viu fulana ela é sapatao, como pode tão bonita; tão inteligente... Era algo que sempre mencionava alguém de fora, como se fosse um exemplo, pra não ser dito de forma direta.” (Ana, 44 anos, Advogada)

“Já ouvi diversos comentários homofóbicos de parentes e familiares, mas nunca direcionados a mim. Como se eu ser gay fosse ok, mas fulano "que decepção pra família!" (Laura, 38 anos, Empresária)

A partir disso podemos compreender que muitas vezes a lesbofobia praticada por familiares aparece como algo tolerável dentro da família, mas intolerável quando se trata de alguém de fora, o que demonstra que muitas famílias tem um comportamento que mais se assemelha a um comportamento de tolerância para com o fato de suas filhas serem lésbicas, e menos com uma atitude e um comportamento de aceitação de fato.

Concluindo, é importante destacar compreender que estamos falando aqui de estratégias de proteção social. Como destaca Freitas (2013, p.3), a proteção social deve ser entendida:

“(…) enquanto mecanismos/estratégias construídos historicamente visando à proteção e bem-estar mínimo. Tais mecanismos podem ser constituídos através de estruturas informais – como a família ou a vizinhança – ou por formas institucionalizadas através dos serviços e políticas sociais.”

É importante destacar que mesmo antes de a proteção social ser institucionalizada, a sociedade sempre buscou estabelecer mecanismos de proteção de seus membros. De acordo com Castel (1998), a proteção social pode ser compreendida a

partir de duas dimensões: a sociabilidade primária e a sociabilidade secundária. A sociabilidade primária está relacionada a um sistema que une indivíduos de um mesmo grupo, que por sua vez “tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas.” (CASTEL, 1998, p. 48). As famílias seriam um exemplo dessas redes primárias. Já a sociabilidade secundária, estaria ligada a uma forma institucionalizada da proteção social, àquela oferecida pelo Estado através de serviços e políticas sociais. No que diz respeito à correlação entre famílias, proteção social e lesbofobia familiar, acredito que é importante refletirmos sobre o fato de que apesar da família possuir um papel importante na proteção social dos indivíduos, em determinados contextos e situações, a família pode vir a ser o lugar da desproteção, da rejeição e da discriminação, como ocorre em muitos casos de lesbofobia familiar e as pesquisas sobre o tema demonstram essa realidade. (SCHULMAN, 2010; TOLEDO E FILHO, 2013; SOLIVA E SILVA JR., 2014; PERUCCHI et. al., 2014).

Na medida em que a proteção social advinda da família pode faltar em alguns casos, devido à discriminação, torna-se necessário investigar quais as redes de proteção e quais as políticas sociais que são acessadas pela população lésbica em casos de violência familiar. No caso da lesbofobia familiar a hipótese é que as redes de sociabilidade primária - representadas por amigos, vizinhos, ou pessoas que sejam vítimas da mesma violência - atuem como uma importante ferramenta de proteção para as mulheres que enfrentam esse problema. No entanto, também é importante verificar quais as formas institucionalizadas que essas vítimas têm acessado para enfrentar a homofobia parental.

Ao vivenciarem a lesbofobia em seus contextos familiares, muitas lésbicas enfrentam rejeição por parte de familiares e parentes próximos e necessitam buscar redes alternativas de apoio para enfrentarem esse processo. Sabemos que existe uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, os Centros da Cidadania LGBTI+, além das associações e grupos ligados ao movimento LGBTI+ em Niterói, no entanto, acredito ser importante investigar se estes serviços têm oferecido atendimento às lésbicas em situação de lesbofobia familiar e se essas mulheres têm acessado essas instituições.

Quando perguntado sobre a importância de leis, políticas, programas e serviços para tratar da questão da lesbofobia familiar, uma das entrevistadas relatou que considera importante, no entanto, não aprofundou a resposta:

“Considero muito importante qualquer ação que dê suporte ao LGBT na luta contra a homofobia.” (Laura, 38 anos)

Outra entrevistada relatou que apesar de existirem tais mecanismos institucionais de proteção, estes não possuíam a eficácia necessária:

“Acredito que as leis no geral não possuem a eficácia necessária. Quando de fato estamos diante de fatores geradores de preconceito, comentários homofóbicos ou até mesmo violência de gênero é difícil que se cumpram as leis necessárias afim de que cessem tais agressões. Quanto a questão de proteção social a pessoas LGBTI, não possuo conhecimento específico, pois nunca utilizei de tais serviços. (Ana, 44 anos, advogada)

Acredito que este relato nos faz refletir sobre o fato de que apesar de existirem políticas, leis e serviços direcionados à população LGBTI+, o que é uma conquista, muitas vezes as informações e os serviços prestados não chegam à toda população LGBTI+, o que demonstra uma desconfiança das pessoas nas instituições quando o tema é a questão da LGBTIfobia. Ana relata ainda que não possui conhecimento sobre as políticas relacionadas à população LGBTI+:

“Não presenciei nenhum tipo de ação adequada que desse suporte à essas pessoas. Não tenho conhecimento de políticas de implementação de apoio a essas pessoas. O que presencio é sempre a discriminação e o preconceito. Ainda que seja velado, não vejo no Brasil uma política social sólida dando suporte adequado às pessoas LGBTI.” (Ana, 44 anos, advogada)

Diante do fato de que algumas mulheres lésbicas não possuem conhecimento sobre as ações e políticas direcionadas à população LGBTI+, acredito que a Universidade e a produção acadêmica pode ser uma aliada no sentido de auxiliar na divulgação desses serviços.

Os relatos dessas mulheres nos mostram as diversas nuances que o problema da lesbofobia familiar apresenta e ainda que se trate de uma análise introdutória, dada a complexidade do assunto, acredito que foi extremamente importante escutar essas mulheres e compreender melhor como a lesbofobia se manifesta no contexto familiar.

Além disso, a existência da lesbofobia familiar nos mostra como é necessário desconstruirmos continuamente o paradigma da heterossexualidade compulsória, tão naturalizado e arraigado na nossa sociedade, de forma que muitas pessoas sofrem danos em sua saúde mental e física, pela autocobrança e autculpabilização pelo fato de não se adequarem aos padrões estabelecidos pela sociedade e reproduzidos dentro de seus lares, através de seus familiares.

Considerações Finais

Como vimos no decorrer deste trabalho a lesbofobia familiar é um problema extremamente complexo que perpassa a vida de muitas lésbicas, desde a infância até a vida adulta. Dada a complexidade do tema, não se pretende aqui esgotar o assunto, mas apenas despertar para a existência de um grave problema que deixa consequências graves na vida de muitas mulheres, e muitas pessoas LGBTI+ de maneira geral. Apesar de sua gravidade, é praticamente nula a quantidade de trabalhos que versam sobre o tema da lesbofobia no âmbito familiar. Diante disso, considero importante trazer à tona esta questão, ainda que em uma análise micro.

Em suma, esse trabalho pretende apontar a existência de um problema real na vida de muitas lésbicas, mas ainda invisibilizado em meio às produções e debates acadêmicos. Acredito que a reflexão teórica sobre o assunto representa um primeiro esforço e uma etapa importante na busca por uma visibilidade maior para esta problemática. Torna-se necessário também investigar em que medida as políticas sociais voltadas para as mulheres e para a população LGBTI+ tem enfrentado esse problema.

A partir das reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres surge em 2011, a Política Nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres, orientada por princípios que apontam para a desconstrução da desigualdade e promoção de maior igualdade entre homens e mulheres e o respeito à diversidade, seja ela cultural, racial ou social. A violência familiar contra lésbicas é uma expressão da violência contra as mulheres, e por isso, é de extrema importância analisar em que medida a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres tem alcançado as lésbicas que são rejeitadas ou violentadas por seus familiares.

A particularidade da situação das lésbicas diante da violência é que as agressões ocorrem por conta do gênero e também por conta da orientação sexual, configurando-se em uma espécie de dupla violência. Sendo assim, a violência familiar contra lésbicas se coloca como um desafio para a Política de enfrentamento à violência contra a mulher e para os profissionais que operam essa Política, pois é necessário que os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência não reproduzam uma lógica de discriminação e exclusão das lésbicas usuárias da Política de enfrentamento a violência, privando-as de serem reconhecidas como sujeitos de direitos.

Como vimos no decorrer deste trabalho, a lesbofobia familiar é uma problemática real que perpassa a vida de muitas mulheres, impactando negativamente

no desenvolvimento da identidade e subjetividade das pessoas que enfrentam essa violência, trazendo dificuldades de relacionamento, problemas no processo de aprendizagem, principalmente se a lesbofobia é vivenciada ainda na fase da infância e adolescência. Essa lesbofobia sofrida no âmbito familiar muitas vezes é introjetada pelas lésbicas que a sofrem, trazendo uma série de danos à saúde dessas mulheres.

Os relatos que vimos demonstram que a lesbofobia familiar opera muitas vezes de forma silenciosa e por estar naturalizada na sociedade muitas vezes não é percebida como uma violência de fato, o que faz com que seja ainda mais difícil combater o problema. Muitas vezes a lesbofobia familiar se manifesta disfarçada sob a forma de cuidado ou proteção, o que dificulta ainda mais o enfrentamento dessa violência que muitas vezes ocorre de forma sutil. Muitos familiares não sabem como agir com relação a sexualidade de suas filhas, e acabam praticando discriminação, gerando danos e impactos negativos na vida de suas familiares lésbicas.

A partir das falas das entrevistadas é possível notar que o processo de “sair do armário”, o *coming out*, desperta diversos sentimentos negativos, impactando na saúde mental e física dessas mulheres. Na medida em que não podem se abrir com a família, elas busquem outros espaços em que possam ser aceitas e ter sua orientação sexual reconhecida, como é o caso de uma das entrevistadas que passou a se aceitar melhor enquanto lésbica após começar a frequentar o curso de teatro.

Ainda que este seja um trabalho apenas introdutório sobre o assunto, dada a complexidade do tema, acredito que se trata de um passo importante no seu reconhecimento. Os estudos e pesquisas sobre o assunto são um importante aliado no enfrentamento dessa violência que atinge a população lésbica em todo o mundo. Como destaca Borges (2009, p.227) “é importante enfatizar a necessidade de realização de estudos na área da homossexualidade, tanto quanto das famílias, ampliando os saberes e fazeres da prática profissional”.

Ouvir estas mulheres foi extremamente importante para conhecermos as particularidades da lesbofobia familiar e suas formas de manifestação, de forma que essas mulheres decidiram romper com o silêncio e falarem sobre suas vivências enquanto lésbicas, e o papel de suas famílias nesse processo tão complexo e desafiador. Este trabalho procura contribuir na “guerra contra as tiranias do silêncio” (LORDE, 2019, p.50), pois acredito que “nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para ser ouvidas, cada um de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de

buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida.” (LORDE, 2019: p.53).

Quando a violência vem de dentro dos lares e partindo de pessoas próximas, se torna ainda mais difícil detectá-la e traçar estratégias para o seu enfrentamento. Nesse sentido, as reflexões trazidas aqui tem o objetivo de nos despertar para a existência de um problema real que atinge cotidianamente a vida de muitas mulheres, mas ainda invisibilizado e incipiente nas produções acadêmicas.

Referências Bibliográficas

Akotirene, Carla Interseccionalidade / Carla Akotirene. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Guilherme. MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. Dossier N.2, Revista Sex., Salud Soc. RJ, 2013.

ALMEIDA, Guilherme; HEILBORN, Maria Luiza. *Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras*. Revista *Gênero*, v. 9, n. 1. Niterói, 2008.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Copyright, Rio de Janeiro, 1973.

BADINTER, E. (1986). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Riode Janeiro: Nova Fronteira.

BANDEIRA, L. M; MELO, Hildete Pereira de; *A estratégia da transversalidade de gênero: uma década de experiência da Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da república (2003/2013)*. In: Políticas e Fronteiras- Desafios Feministas. 1ed. v.2. Santa Catarina, 2014.

BARROS, Nivia Valença. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. Rio de Janeiro, 2005. 248f. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BLACKWELL M.; NABER N. Interseccionalidade em uma era de globalização. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p.189-198.

BORGES, Zulmira Newlands; BULSING, Muriel; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; PERURENA, Fátima C. V. *Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas*. Latitude, Vol. 07, nº 1, pp. 61-76, 2013.

BORRILLO, Daniel. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito* (G. J. de F. Teixeira, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

BORSA, J.C.; NUNES, M. L. T. . Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. Psicologia Argumento (PUCPR. Online), v. 29, p. 31-39, 2011.

BORTOLIN, P. . (2019). EVANGÉLICOS EM OPOSIÇÃO À CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: Uma análise das falas contrárias à homossexualidade. *Pensata: Revista Dos Alunos Do Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais Da UNIFESP*, 7(1).

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Política Nacional Pelo enfrentamento violência contra a mulher. Brasília, 2011.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Bagoas: Revista de Estudos Gays, v.4, 2010.

CASTELLS, Manuel, 1942 - O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CAVALHIERI, Klaus Eickhoff; SILVA, Isabela Machado ; Barreto, Mônica ; CREPALDI, MARIA APARECIDA . Influência do segredo na dinâmica familiar: contribuições da teoria sistêmica. PENSANDO FAMÍLIAS, v. 21, p. 134-148, 2017.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. Cadernos Pagu (53): UNICAMP, São Paulo, 2018.

CORRÊA, Sonia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. Bagoas: revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, V.3, n.4, jan./jun. 2009–pág. 17- 42. Natal: EDUFRN, 2009.

CUNHA, Ana Márcia Gomes Mendes da. “Por que não denunciar? Reflexões acerca da violência contra a mulher: uma experiência na CODIM/NIT”. Monografia de Final de Curso de Graduação em Serviço Social, UFF – 2010.

DUARTE, Marco José de Oliveira. *Diversidade sexual e políticas públicas: A Política de Saúde LGBT no Brasil*. In: Encontro Nacional de Políticas Sociais, Espírito Santo, 2015.

DUTRA, L.S.. A PRÁTICA DELITIVA DO ESTUPRO CORRETIVO E A HETERONORMATIVIDADE COMPULSÓRIA: UM ESTUDO ACERCA DA CORRELAÇÃO ENTRE CRIME E PATRIARCADO. Revista Direito e Sexualidade, 2021.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. . De cores e de matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), v. 1, p.

33-53, 2009.

FACHINNI, Regina. *Sopa de Letrinhas? - Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*, Tese de Doutorado. Unicamp: 2002.

FACHINNI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. 2006. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Brecha lésbica.

FRANCO, Clarissa De; MARANHÃO Fo., Eduardo Meinberg Albuquerque . Um Estado 'terrivelmente cristão' e privatizador: a opressão à educação em direitos humanos no governo Bolsonaro. *Estudos Teológicos (Online)*, v. 60, p. 134-155, 2020.

FRANKL, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. In *Revista Lua Nova*, n.17. São Paulo, jun., 1989.

FRAZÃO, Pedro. ROSÁRIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. Lisboa, 2021. *Revista Análise Psicológica*, 2008.

FREITAS, Rita de Cássia Santos .*Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social: desenhando uma proposta de estudos*. *Indagatio Didactica*, v. 5, p. 1128-1140, n. 2013.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In GOHN, Maria da Glória e BRINGEL, Breno M. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, Vozes, 2012.

Hanley-Hackenbruck, P. (1989). Psychotherapy and the "coming out" process. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 1(1), 21–39.

HAUER, MARIANE; GUIMARÃES, RAFAEL S. . Mães, filh@s e homossexualidade: narrativas de aceitação. *Temas em Psicologia*, v. 23, p. 649-662, 2015.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b. p. 367-444

LEITE, Vanessa. “Impróprio para menores?” Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/IMS/UERJ, 2014.

LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil 1979-2006)* / Patrícia Lessa. – Brasília : (s.n), 2007.

LIONÇO, Tatiana. DINIZ, Debora. *Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual*. *Revista psicologia política*, vol.8 no.16. São Paulo,2008.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Rev. Katál*. Florianópolis. Santa

Catarina, 2010.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019. Introdução e Páginas 49-55 e 137-172.

MACHADO, MARIA DAS DORES CAMPOS. *Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos*. *Religião & Sociedade*, v. 35, p. 45-72, 2015.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade- política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. / Edward MacRae. – Salvador: EDUFBA, 2018.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCELINO, S. R. S.. *Entre o racismo e a lesbofobia: relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro*. *Gênero*, v. 17, p. 111-129, 2017.

MARSIAJ, Juan P. “Gays Ricos e Bichas Pobres: Desenvolvimento, Desigualdade Socioeconômica e Homossexualidade no Brasil”. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 10, n. 18/19, 2003, pp. 129-150.

MASON, Marilyn J. Vergonha: reservatório para os segredos na família. In: IMBERBLACK, Evan et al. *Os segredos na família e na terapia familiar*. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002, p. 40-54.

MESQUITA, A. A.. *Proteção Social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas em análise*. In: *Fazendo Gênero 9 ? Diásporas, diversidades e deslocamentos*, 2010, Santa Catarina. *Fazendo Gênero 9 ? Diásporas, diversidades e deslocamentos*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1.

MONTANHER, G. O.; NEGREIROS, B. C. S. ; CORREA, C. M. A. . *Violência Doméstica e subjetividades: lesbianidades e transexualidades no contexto da Lei Maria da Penha*. In: VI SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2020, Londrina, 2020. v. 6. p. 2102-2119.

MORAES, Lorena; ESTEVES, Marcelle Cristiane. *Práticas sexuais de mulheres lésbicas e bissexuais e a relação com a prevenção das DST/HIV/AIDS*. *Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Bahia, 2011.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena . *A invenção da família*. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v. 7, n.9, p. 121-134, 2005.

NICODEMO, THIAGO LIMA; VIEIRA, B. M. ; FELIPPE, E. F. . *Crise: a exceção que virou regra*. *REVISTA MARACANAN*, v. 18, p. 7-12, 2018.

NOGUES, N. C.. *A Bancada Evangélica no Poder Legislativo Brasileiro: os limites ao discurso na democracia*. *CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL*, v. 2, p. 95-105, 2014.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. *A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania*. Ceará, 2015.

- PEDROSO, Amanda. A lesbofobia no ensino superior [manuscrito]: expressões e possibilidades de enfrentamento. / Amanda Pedroso. - 2020.
- PEREIRA, H; LEAL, I. P. (2005). *Medindo a homofobia internalizada*: A validação de um instrumento. *Análise Psicológica*, 3(23), 323-328. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.12/191>
- PETCHESKY, Rosalind Pollack. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard (Orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- PIATO, R. S.; ALVES, R. N.; MARTINS, S. R. C. . Conceito de família contemporânea: uma revisão bibliográfica dos anos 2006-2010. *NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA*, v. 22, p. 41-56, 2013.
- PINAFI, T.. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. In: COSTA, Horácio; BENTO, Berenice; GARCIA, Wilton; INÁCIO, Emerson; PERES, Wiliam Siqueira. (Org.). *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. 1ed.São Paulo: Edusp e IMESP - IMPRENSA OFICIAL, 2010, v. 1, p. 333-342.
- PINTO, Céli Regina Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.” *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. p. 263 a 274, 2008.
- PONCIANO, E. L. T.; FERES-CARNEIRO, T. . Modelos de família e intervenção terapêutica. *Revista Interações*, São Paulo, v. 8, n.16, p. 57-80, 2003.
- PRÁ, J. R.; EPPING, L. “Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.” *Revista Estudos Feministas*: Florianópolis, 2012.
- QUIROGA, Ana Beatriz. Parada LGBTI de Niterói: Resistência e a construção do Movimento Social. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- REIS, Cristina Roberta da Silva. Teixeira, Sara Angélica. HETERONORMATIVIDADE: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA SUJEITOS NÃO-HETERONORMATIVOS. v. 5 n. 3. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*, MG, 2017.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.
- RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Fernando Pocahy (organizador). – Porto Alegre: Nuances, 2007.
- RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, jul./dez, 2006.
- RODRIGUES, Vinícius. Denúncias traduzidas em números, 2015. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/ptbr/pol%C3%ADcia/den%C3%Bancias->

traduzidas-em-n%C3%BAmeros />. Acesso em: 10 de jun. 2016.

ROSENEIL, Sacha. *Viver e amar para lá da heteronorma: Uma análise queer das relações pessoais no século XXI*. Revista Crítica de Ciências Sociais, p. 33-51, 2006.

SANTOS, Nathaliê C.R. *Violência conjugal lésbica: concepções e relatos de profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência em Niterói*. Niterói, 2016. Dissertação de Mestrado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. Psicologia USP, São Paulo, v. 15, n.3,2004.

SCHULMAN, S. (2010). *Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento*. Revista Bagoas, 5, 67-78.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the Closet*. In: ABELOVE, Henry etalli. The lesbian and gay studies reader. New York/London, Routledge,1993.

SILVA, Celio Egídio da. História e desenvolvimento do conceito de família, PUC-SP: 2005.

SOARES, G. S.; COSTA, J. C. . Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. Labrys, études féministes/ estudos feministas, v. 2, p. 24, 2012.

SOLIVA, Thiago Barcelos; SILVA JUNIOR, João Batista da. *Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade*. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, v. 00.2014.

SOUZA, JACKELINE MARIA DE ; SILVA, JOILSON PEREIRA DA ; FARO, ANDRÉ . Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas. REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, v. 19, p. 289-298, 2015.

Stacey, J. (2002), “Fellow Families? Genres of Gay Male Intimacy and Kinship in a Global Metropolis”, CAVA International Seminar Paper, www.leeds.ac.uk/cava/papers/intseminar3stacey.htm

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC, Cortez, 1997.

TEIXEIRA, Camila Cristina da Silva. Políticas Públicas para a População LGBT no Estado do Rio de Janeiro: A experiência dos Centros de Referência da Cidadania LGBT. Revista de Políticas Públicas e Segurança Social, v. 1, n. 1, 2017, p. 13-35.

TELES, Paula do Nascimento Barros González. Lei Maria da Penha – Uma História de Vanguarda. Curso: “Capacitação em Gênero, Acesso à Justiça e Violência contra as Mulheres”. RJ, 2014.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar:

abrindo o armário “entre quatro paredes”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 65, p. 376- 391, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UZIEL, A. P. ; MELLO, Luiz ; GROSSI, M. P. . Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. *ESTUDOS FEMINISTAS*, v. 14, p. 481-487, 2006.

VI SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS (SENALE): “Movimento de mulheres lésbicas como sujeito político: poder e democracia” - relatório final/ Grupo Curumim, 2006. 68 páginas.

Weeks, J.; Donovan, C.; Heaphy, B. (1999), “Everyday Experiments: Narratives of Non-Heterosexual Relationships”, in E. Silva e C. Smart (orgs.), *The “New” Family?* London: Sage.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vai. 9, n. 2, 2001.

Weston, K. (1991), *Families We Choose: Lesbians, Gay Men and Kinship*. New York: Columbia UP